

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Diogo Dubiela



“A FZB NÃO TEM PREÇO, TEM VALOR!”

**Memória, patrimônio e imagem no processo de extinção da Fundação
Zoobotânica do Rio Grande do Sul**

Porto Alegre

2019

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Dissertação de Mestrado

Diogo Dubiela

“A FZB NÃO TEM PREÇO, TEM VALOR!”

Memória, patrimônio e imagem no processo de extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul

Dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cornelia Eckert

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

DUBIELA, DIOGO
"A FZB não tem preço, tem valor!": memória,
patrimônio e imagem no processo de extinção da
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul / DIOGO
DUBIELA. -- 2019.
115 f.
Orientador: Cornelia Eckert.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. 2.
Etnografia. 3. Memória. 4. Patrimônio. 5. Imagem. I.
Eckert, Cornelia, orient. II. Título.

Diogo Dubiela

“A FZB NÃO TEM PREÇO, TEM VALOR!”

Memória, patrimônio e imagem no processo de extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul

Dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Antropologia Social.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Cornelia Eckert (Orientadora)

Professora Ana Luiza Carvalho da Rocha (UFRGS – FEEVALE)

Professor Olavo Ramalho Marques (UFRGS – Litoral Norte)

Professor Flavio Leonel da Silveira (UFPA)

Porto Alegre

2019

Agradecimentos

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de mestrado durante o período integral de realização do curso, sem a qual eu não teria como realizá-lo.

Agradeço, em especial, a Cornelia Eckert pela paciência e dedicação em orientar essa dissertação, sempre atenciosa e incentivadora durante todo o curso. Foi um grande aprendizado para mim.

Agradeço, igualmente, à professora Ana Luiza Carvalho da Rocha e aos professores Olavo Ramalho Marques e Flávio Leonel da Silveira por terem composto a banca examinadora e trazido grandes contribuições a este trabalho de pesquisa.

Agradeço à equipe do NAVISUAL/UFRGS, que me acolheu desde março de 2017 como seu integrante e onde tive a oportunidade de aprender e produzir coletivamente.

Meu agradecimento aos professores e funcionários do PPGAS/UFRGS, pela oportunidade e infraestrutura necessária ao meu desenvolvimento como pesquisador nesta área.

Agradeço aos (as) funcionários (as) da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul e demais interlocutores, por colaborarem na realização desta pesquisa, pela confiança em mim depositada. Viva a FZB/RS!

Por fim, não por isso menos importante, sou grato à minha mãe Rosi e meu pai Marcos, no fundo sempre acreditaram no meu potencial, e aos meus amigos e amigas, companheiros de todas as horas, inclusive, as mais difíceis.

Resumo

Esta dissertação é uma narrativa etnográfica sobre o processo de extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB/RS). Iniciado em agosto de 2015 - com o PL300/2015, posteriormente substituído pelo PL246/2016, o processo de extinção prolongou-se até meados de 2019, em virtude da resistência popular à proposta governamental de encerrar as atividades da fundação pública. A presente narrativa é resultado de uma pesquisa etnográfica urbana e visual que teve como interlocução os (as) funcionários (as) da FZB/RS e demais envolvidos no movimento de resistência à sua extinção. Durante a pesquisa os (as) interlocutores (as) narraram como foi o referido processo e suas preocupações em relação à memória, patrimônio e produção de conhecimento ambiental no Estado do Rio Grande do Sul, ameaçados com o fim da instituição. Uma história registrada no filme etnográfico *S.O.S. Fundação Zoobotânica*.

Palavras-chave: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul; Etnografia; Memória; Patrimônio; Imagem.

Abstract

This dissertation is an ethnographic narrative about the extinction process of the Zoobotany Foundation of Rio Grande do Sul (FZB / RS). Initiated in August 2015 - with PL300 / 2015, later replaced by PL246 / 2016, the process of extinction lasted until the middle of 2019, due to popular resistance to the government proposal to close the activities of the public foundation. The present narrative is the result of an urban and visual ethnographic research that had as a dialogue the FZB / RS officials and others involved in the resistance movement to its extinction. During the research, the speakers described the process and their concerns regarding the memory, patrimony and production of environmental knowledge in the State of Rio Grande do Sul, threatened with the end of the institution. A story recorded in the ethnographic film *S.O.S. Zoobotany Foundation*.

Key words: Zoobotany Foundation of Rio Grande do Sul; Ethnography; Memory; Patrimony; Image.

Sumário

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1	
DESCOBRINDO A INSTITUIÇÃO EM TEMPOS DE CRISE E OFENSIVA ECONÔMICA NEOLIBERAL	18
1.1 Construção de uma trajetória de pesquisa e de um campo etnográfico na cidade	18
1.2 A Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul	23
1.3 O processo de extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul	45
1.4 A batalha legislativa	46
1.5 A batalha judicial	57
1.6 Contexto macro ético, político, econômico e histórico da pesquisa	65
CAPÍTULO 2	
PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NO TRABALHO ETNOGRÁFICO	72
2.1 A experiência etnográfica	66
2.2 Memória e Patrimônio	80
2.3 Conhecimento ameaçado	92
2.4 A imagem como instrumento de pesquisa na Antropologia	96
2.5 Etnografia visual: do analógico ao digital	100

CAPÍTULO 3

FAZER UM FILME É COMO COSTURAR PEDAÇOS DE TEMPO **103**

3.1 Imagens lançadas no mundo 103

3.2 Tarkovski: o filme como objeto temporal 103

3.3 A estratégia das múltiplas vozes 104

3.4 Sobre a paisagem sonora 106

3.5 Um filme de memória 107

CAPÍTULO 4

CAPÍTULO AUDIOVISUAL **108**

Filme etnográfico *S.O.S. Fundação Zoobotânica*

CONSIDERAÇÕES FINAIS **109**

REFERÊNCIAS **110**

Lista de siglas

AFFZB/RS: Associação de Funcionários da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul

AL/RS: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

ADPF: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

Agapan: Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

ANA: Agência Nacional de Águas

ARI: Associação Riograndense de Imprensa

BIRD: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

BM: Banco Mundial

Cetas: Centro de Triagem de Animais

Cientec: Fundação de Ciência e Tecnologia

CONSUN: Conselho Universitário

COP25: Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CQNUMC: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a mudança do Clima

EMATER/RS: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul

EUA: Estados Unidos da América

FDRH: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos

FEE: Fundação de Economia e Estatística

FEPAM/RS: Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FJDF: Frente Jurídica em Defesa das Fundações

FMI: Fundo Monetário Internacional

FZB/RS: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul

GATT: Acordo Geral de Tarifas e Comércio

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICMS: Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços

InGá: Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais

INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPE/RS: Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

IPHAE: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul

IGRÉ: Associação Sócio-ambientalista

JBPA: Jardim Botânico de Porto Alegre

MA: Ministério da Agricultura

MCN-FZB/RS: Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul

Metroplan: Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional

MMA: Ministério do Meio Ambiente

MP/RS: Ministério Público do Rio Grande do Sul

MPC/RS: Ministério Público de Contas do Rio Grande do Sul

NAVISUAL: Núcleo de Antropologia Visual

NOPA: Núcleo Regional de Ofiologia de Porto Alegre

OCDE: Organização da Comunidade Econômica Europeia

ONGs: Organizações Não Governamentais

ONU: Organização das Nações Unidas

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCdoB: Partido Comunista do Brasil

PDV: Plano de Demissão Voluntária

PL300/2015: Projeto de Lei número 300 de 2015

PL246/2016: Projeto de Lei número 246 de 2016

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP: Partido Progressista

PRN: Partido da Reconstrução Nacional

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PSL: Partido Social Liberal

PT: Partido dos Trabalhadores

PUCRS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PZ: Parque Zoológico

REDE: Partido Rede Sustentabilidade

RS: Rio Grande do Sul

SECOM: Secretaria de Comunicação

SEDETUR: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

SFB: Serviço Florestal Brasileiro

SEMA/RS: Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul

SEMAPI/RS: Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul

SEPLAG: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão

STF: Supremo Tribunal Federal

TCE/RS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

TJ/RS: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

TRT4: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ULBRA: Universidade Luterana do Brasil

UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos

ZEE: Zoneamento Ecológico Econômico

Lista de Imagens

Imagem capa: *slogan* da campanha em defesa da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Autoria: Alexandre Bock. Fonte: página web de apoio à FZB/RS no site *Facebook*. 2018.

Imagens 1: Encontro Pró-FZB/RS no Jardim Botânico de Porto Alegre em 08/04/2018. Foto: Diogo Dubiela. _____ 18

Imagem 2: momento das falas dos bolsistas da FZB/RS no encontro de apoio à fundação no dia 08/04/2018. Foto: Diogo Dubiela. _____ 19

Imagem 3: Diogo Dubiela em primeira conversa com Josy Matos, a época presidente da AFFZB/RS. Foto: Cornelia Eckert. _____ 20

Imagem 4: primeiro contato com Cléber Tentardini, jornalista do *Jornal Já*. Foto: Cornelia Eckert. 2018. _____ 21

Imagem 5: área do Jardim Botânico de Porto Alegre com as árvores ainda pequenas e o prédio da FZB/RS em construção. Registro da década de 1970 - Foto: Arquivo FZB/RS. _____ 23

Imagem 6: Organograma completo da FZB/RS. Fonte: site da FZB/RS. _____ 25

Imagem 7: Organograma do gabinete da presidência da FZB/RS. Fonte: site da FZB/RS. _____ 25

Imagem 8: Organograma do MCN/RS. Fonte: site da FZB/RS. _____ 26

Imagem 9: Organograma do JBPA. Fonte: site da FZB/RS. _____ 27

Imagens 10: Organograma do PZ. Fonte: site da FZB/RS. _____ 27

Imagem 11: Organograma administrativo-financeiro da FZB/RS. Fonte: site da FZB/RS. _____ 28

Imagem: 12: frame do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica que mostra a fachada do MCN-FZB/RS. Autor: Diogo Dubiela. 2018. _____ 30

Imagens 13 e 14: frames do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica que mostram, respectivamente, os momentos em que Luciano Moura apresenta a coleção científica de insetos e Glayson Benck apresenta a coleção científica de aves, ambas no MCN-FZB/RS. Autor: Diogo Dubiela. 2018. _____ 35

Imagem 15: frame do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica que mostra manifestantes pintando faixa para protesto contra extinção da FZB/RS. Autor: Diogo Dubiela. 2018. _____ 37

Imagem 16: Pedro da Cunha no JBPA em julho de 1976, quando ele, a época com 18 anos, começou a trabalhar como jardineiro no JBPA. Ao fundo o prédio que viria a abrigar mais tarde, em 1981, o MCN e a administração da FZB/RS. Fonte: Pedro da Cunha. _____ 39

Imagens 17 e 18: Horto de Plantas Medicinais do JBPA. Foto: Pedro da Cunha. 2019. _____ 41

Imagem 19: frame do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica que mostra uma visita escolar no JBPA. Autor: Diogo Dubiela. _____ 42

Imagens 20 e 21: frames do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica que mostram, respectivamente, o Setor de Nutrição do PZ e o momento do tratador alimentar os animais. Autor: Diogo Dubiela.	45
Imagem 22: primeiro abraço simbólico ao JBPA em 11/08/2015. Autor: desconhecido.	47
Imagens 23 e 24: manifestação em 12/08/2015 na Praça da Matriz. Foto: Caroline Ferraz/Jornal Sul21.	48
Imagem 25: frame do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica que mostra a fala da então secretária do meio ambiente Ana Pellini durante manifestação realizada em frente à SEMA/RS no dia 17/08/2015. Imagens: João Baraldo. 2015.	49
Imagens 26 e 27: manifestação na Praça da Matriz e adesivo da campanha contra a extinção da FZB/RS. Fotos: Caroline Ferraz/Jornal Sul21. 2016.	51
Imagem 28: segundo abraço simbólico ao JBPA em 29/11/2016. Foto: Marcelo Ribeiro/Jornal do Comércio.	52
Imagens 29 e 30: abraço simbólico ao Parque Zoológico em 04/12/2016. Fotos: Diego da Rosa/GES.	53
Imagens 31 e 32: frames do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica que mostra os manifestantes em frente à AL/RS no dia da votação que aprovou a extinção da FZB/RS e demais fundações públicas. Imagens: João Baraldo. 2016.	54
Imagem 33: placar da AL/RS com o resultado da votação que aprovou a extinção da FZB/RS e demais fundações públicas em 21/12/2016. Foto: Vanessa Vargas – PT.	55
Imagem 34: manifestante em frente à AL/RS após a votação que aprovou a extinção da FZB/RS e demais fundações. Foto: Luiz Damasceno/Mídia Ninja. 2016.	56
Imagem 35: servidores da FZB/RS comemoram a medida cautelar do TCE/RS na entrada principal da fundação. Autor: desconhecido.	59
Imagem 36: ato-comemoração dos 60 anos do Jardim Botânico de Porto Alegre. 10/09/2018. Foto: Diogo Dubiela.	60
Imagem 37: Cartaz virtual do SEMAPI/RS que anuncia a última suspensão do processo de extinção em uma das páginas web de apoio à FZB/RS no site Facebook. Autor: SEMAPI/RS.	63
Imagens 38 e 39: reportagens on line que noticiam o “Pacote Sartori” em 2016 e 2017. Fonte: Jornal O Globo e Jornal NH.	71
Imagem 40: Cartaz virtual do SEMAPI/RS que anuncia a última suspensão do processo de extinção em uma das páginas web de apoio à FZB/RS no site Facebook. Autor: SEMAPI/RS.	100
Imagem 41: print da página web do movimento de apoio à FZB/RS no site de relacionamentos Facebook que mostra o comunicado da produção do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica e solicitação de imagens para contribuir na sua produção. Autor: Diogo Dubiela.	102
Imagem 42: folder virtual de divulgação do Encontro Pró-FZB no JBPA. Fonte: página web do movimento em apoio à FZB/RS no site de relacionamentos <i>Facebook</i> . 2018.	107
Imagem 43: <i>Washingtonia robusta</i> , “palmeira-de-leque”. Fotografia realizada na entrada do JBPA. Foto: Diogo Dubiela. 2018	108

Imagem 44: frame do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica em que aparece detalhe da camiseta com o slogan “A FZB não tem preço, tem valor!” da campanha em defesa da FZB/RS. Autor: Diogo Dubiela. _____ 110

Introdução

A presente dissertação se constitui em uma narrativa etnográfica, escrita e visual, acerca do processo de extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB/RS). É fruto de uma pesquisa etnográfica com os (as) funcionários (as) da FZB/RS e demais atores envolvidos no movimento de resistência à extinção da fundação pública. Iniciado em agosto de 2015, o processo de extinção se estendeu até meados de 2019. Integra um conjunto de medidas propostas por Ivo Sartori (PMDB/RS), que foi governador do Rio Grande do Sul entre 2014 e 2018, com a justificativa de enfrentamento da crise financeira. Um processo que se inscreve como feição local e regional de um contexto macro ético, político e econômico de mundialização e financeirização da economia e sua crise, a qual impõe a privatização do Estado e o desmonte das políticas públicas trabalhistas e ambientais, a chamada “flexibilização” da legislação protetora do trabalho e do meio ambiente.

Para desenvolver esta pesquisa foram necessárias inúmeras saídas de campo nos três órgãos executivos da FZB/RS: o Museu de Ciências Naturais, o Jardim Botânico de Porto Alegre e o Parque Zoológico, os quais são lugares de memória e neles é possível perceber a fundação em seu funcionamento e dialogar com quem a faz acontecer. Nestes lugares temos a materialização da história dessa fundação em particular. Foram muitas entrevistas formais e conversas informais, não só com funcionários da instituição em seus órgãos, como com outras pessoas, a representar outros atores sociais envolvidos no processo, em outros lugares da cidade. Na construção dessa interlocução, transitei por espaços de sabedoria e ciência, como o acervo do Museu de Ciências Naturais, Jardim Botânico e Parque Zoológico, a Biblioteca Pública do Estado, a Universidade Federal Rio Grande do Sul, Associação Rio Grandense de Imprensa e o Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul. Sempre com a câmera nas mãos. Também realizei vasta revisão bibliográfica e agora transponho no presente texto uma narrativa de minha voz junto com a voz dessa interlocução.

No capítulo 1, procede-se a uma descrição do trabalho de campo da pesquisa, a FZB/RS e seu processo de extinção, o qual é narrado nos termos de duas batalhas:

legislativa e judicial. O capítulo encerra-se com a apresentação do contexto macro ético, político, econômico e histórico da pesquisa.

No capítulo 2, apresento os procedimentos teórico-metodológicos que embasam a presente pesquisa. Procede-se a uma breve exposição sobre a Antropologia, clássica e urbana, e o seu método etnográfico. Argumenta-se em relação às noções de duração, memória, patrimônio, conhecimento e o uso da imagem na pesquisa antropológica.

No capítulo 3, propõe-se alguns apontamentos na forma de uma apresentação do filme etnográfico *S.O.S Fundação Zoobotânica*. Um filme de memória, onde há a inscrição de múltiplas vozes em uma perspectiva tarkovskiana do filme como objeto temporal. Propõe-se pensar a banda sonora do filme pelo viés da enunciação de uma paisagem sonora, em conjugação com uma imagem que é digital e também virtual.

Por fim, o capítulo 4 é o filme etnográfico *S.O.S. Fundação Zoobotânica*.

Capítulo 1

Descobrimo a instituição em tempos de crise e ofensiva econômica neoliberal

1.1 Construção de uma trajetória de pesquisa e de um campo etnográfico na cidade

Esta pesquisa consiste em uma etnografia do movimento em defesa de uma instituição pública, a saber, a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB/RS). Minha aproximação a esta fundação pública dá-se em 2015, quando o governo estadual de Ivo Sartori (PMDB) iniciou sua proposta de extinção da fundação pública FZB/RS. Desde o início, a proposta de extinção foi recebida com resistência pelos pesquisadores e demais funcionários da fundação, que passaram a se articular em defesa da instituição. Logo, passei a acompanhar as notícias e movimentações através das páginas web criada em apoio à fundação no site de relacionamentos *Facebook*¹. Foi nas páginas web que eu e minha orientadora profa. Cornelia Eckert ficamos sabendo de um encontro no Jardim Botânico de Porto Alegre (JBPA) em apoio à FZB/RS, decidimos em uma reunião de orientação pela minha primeira saída de campo no dia do evento, em 08/04/2018.



Imagem 1: Encontro Pró-FZB/RS no Jardim Botânico de Porto Alegre em 08/04/2018. Foto: Diogo Dubiela.

¹ <https://www.facebook.com/groups/433343460178476/>; <https://www.facebook.com/SalveFZB/>

Na *imagem 1*, podemos perceber o clima de solidariedade que caracterizou o encontro para articulação do apoio à defesa da fundação pública no dia 08/04/2018. Em uma tarde tranquila e ensolarada de domingo, várias pessoas compareceram ao JBPA para produzir cartazes e faixas com dizeres de repúdio à proposta governamental de extinção da FZB/RS. As pessoas concentraram-se no gramado em frente ao Museu de Ciências Naturais (MCN-FZB/RS), onde em dado momento alguns dos presentes fizeram falas em defesa da fundação, de modo a ressaltar a importância da FZB/RS em suas formações profissionais, pessoais e para sociedade em geral.



Imagem 2: momento das falas dos bolsistas da FZB/RS no encontro de apoio à fundação no dia 08/04/2018. Foto: Diogo Dubiela.

Um funcionário da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM/RS) disse que “se está abrindo mão de um patrimônio de conhecimento e de técnicos de alto nível que atuam diretamente no desenvolvimento do Estado”. Um assessor parlamentar presente disse que “não há dúvidas de que isso faz parte de um processo maior de transferência de renda do público para o privado” e que “estamos comprometidos com a luta do meio ambiente e contra a privatização deste espaço que é público de pesquisa e produção de conhecimento”. Na ocasião, o pesquisador da FZB/RS Glayson Benck relatou

“eu entrei [na FZB/RS] em 99 pelo programa de estágio, e esse é um dos importantes papéis que a gente desempenha aqui, tem programas de estágios e bolsas científicas que permitem que a gente forme pessoas que depois vão atuar no mercado de trabalho, nas secretarias municipais, estaduais e vários outros setores”.

Uma funcionária do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP/RS) indagou: “a partir do momento que não tiver mais gente estudando algas, como é que fica o monitoramento da água que a gente bebe?”, por fim uma voluntária do Greenpeace relata que “também é uma coisa afetiva”, pois a FZB/RS “não é só pesquisa e ciência, ela está também na memória afetiva dos moradores de Porto Alegre que a conhecem, desde criança eu vinha aqui sempre todos os finais de semana”.



Imagem 3: Diogo Dubiela em primeira conversa com Josy Matos, a época presidente da AFFZB/RS. Foto: Cornelia Eckert.

Na ocasião, eu e minha orientadora nos apresentamos para Josy Matos, primeira interlocutora nessa pesquisa, naquela época era a presidente da Associação de Funcionários da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (AFFZB/RS). Com o passar do tempo, tornou-se a interlocutora principal no processo etnográfico, o tempo todo uma facilitadora do encontro etnográfico (Peirano, 1991), apresentando-me pessoalmente e/ou fornecendo o contato de diversos outros pesquisadores e demais funcionários.

Ainda durante o encontro, Josy nos apresentou o jornalista do *Jornal Já* Cléber Tentardini, que acompanhou toda a movimentação em defesa da fundação desde 2015, produzindo reportagens sobre o assunto que, mais tarde, foram compiladas no livro *Patrimônio Ameaçado*. Na ocasião pude me apresentar e trocar contato com Cléber para posteriormente filmar uma entrevista com ele.



Imagem 4: primeiro contato com Cléber Tentardini, jornalista do Jornal Já. Foto: Cornelia Eckert. 2018.

A participação no referido encontro foi o primeiro passo dado no sentido de uma conquista do consentimento da interlocução para se realizar a etnografia. A partir daquele momento fui absorvido pelo movimento de resistência ao fim da fundação pública, além de propor o compartilhamento do desenho da pesquisa com a interlocução, de modo que a pesquisa, que conta com a produção do filme etnográfico (capítulo 4 desta dissertação), passam a se dar também a partir das indicações e negociação com a interlocução.

Portanto, desde então, meu trabalho de campo constituiu-se em idas semanais ao JBPA para entrevistar pesquisadores do MCN-FZB/RS e demais funcionários da FZB/RS. Filmar não só as entrevistas, mas também o trabalho da jardinagem e uma das mais importantes reservas verdes da cidade de Porto Alegre. De um modo simples, a trajetória da pesquisa desenha-se como uma rede, onde cada interlocutor é um ponto e sua extensão deriva das indicações da interlocução. Meu trabalho de campo é com as pessoas que se mobilizam de alguma forma para contribuir na resistência à proposta de extinção da fundação pública. Por isso além das visitas à própria fundação, também realizei saídas de campo no Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul (SEMAPI/RS) para entrevistar o advogado Délcio Caye, integrante da Frente Jurídica em Defesa das Fundações (FJDF). Além de uma saída de campo no Departamento de Biologia/UFRGS

para entrevistar o Biólogo e professor Paulo Brack, também realizei saída de campo na Associação Riograndense de Imprensa (ARI), onde entrevistei o jornalista Cléber Dione Tentardini do *Jornal Já*, autor do livro de reportagens *Patrimônio Ameaçado*. Trabalho de campo este que finda com as saídas de campo no Parque Zoológico (PZ) administrado pela FZB/RS em Sapucaia do Sul /RS. Paralelo às idas à campo para conversas e realização de entrevistas, procurei mapear as matérias jornalísticas sobre o processo e o ativismo *on line*, sobretudo através das páginas web do movimento no site de relacionamentos *Facebook*. Também fiz buscas por materiais em acervos público e pessoal, como os acervos oficiais da FZB/RS e da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul e acervo pessoal dos entrevistados.

1.2 A Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul



Imagem 5: área do Jardim Botânico de Porto Alegre com as árvores ainda pequenas e o prédio da FZB/RS em construção. Registro da década de 1970 - Foto: Arquivo FZB/RS.

A Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB/RS) é uma fundação pública de direito privado criada com a publicação da lei estadual 6.497, em 20 de dezembro de 1972. A fundação foi criada para administrar três órgãos que já existiam anteriormente: o Museu de Ciências Naturais (1955), o Jardim Botânico (1958) e o Parque Zoológico (1962). Após determinados trâmites burocráticos, a partir de março de 1974 as atividades da FZB/RS tiveram início efetivo. Em 1981 o Museu de Ciências Naturais e a administração da fundação foram transferidos para o prédio situado no Jardim Botânico, onde permanecem até hoje. Com a criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente em 1999, deu-se início a um processo de organização do setor ambiental no Estado, com o consequente fortalecimento de órgãos que atuam nessa área, entre eles a FZB/RS, que já havia passado por três secretarias, a última delas a então denominada Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

A FZB/RS é o órgão responsável pela promoção e conservação da biodiversidade no Rio Grande do Sul. Através do JBPA, do PZ e do MCN-FZB/RS, atua nas áreas de pesquisa, educação ambiental, conservação e lazer. A instituição é detentora de coleções científicas de plantas e animais, atuais e fósseis, que subsidiam pesquisas realizadas por

especialistas do Brasil e do exterior. Conforme consta no site da instituição², a FZB/RS, através de seus órgãos executivos, realiza as seguintes atividades:

- Pesquisa em biodiversidade - Flora e fauna
- Inventários florísticos e faunísticos
- Diagnóstico e mapeamento de ecossistemas
- Bioindicação e monitoramento ambiental
- Análise de sementes florestais
- Recuperação de flora em áreas degradadas
- Resgate de flora e transplantes de vegetais
- Projetos de reposição florestal
- Estudos e preservação do patrimônio fóssil
- Consultoria em arborização e ajardinamento
- Laudos e perícias técnicas
- Identificação de material biológico
- Microscopia eletrônica de varredura
- Produção e comercialização de mudas de árvores nativas, plantas ornamentais e medicinais
- Comercialização de peçonha de ofídios
- Difusão científica, através da Revista Iheringia, séries Zoologia e Botânica
- Cursos e palestras sobre fauna e flora
- Visitas orientadas ao Jardim Botânico, Parque Zoológico e Museu de Ciências Naturais
- Realização de eventos culturais
- Desenvolvimento de campanhas de conscientização ambiental
- Lazer e contato com a natureza
- Capacitação de recursos humanos (estágios e treinamentos)

A FZB/RS possui um complexo quadro funcional, como podemos perceber nos organogramas a seguir:

² www.fzb.rs.gov.br

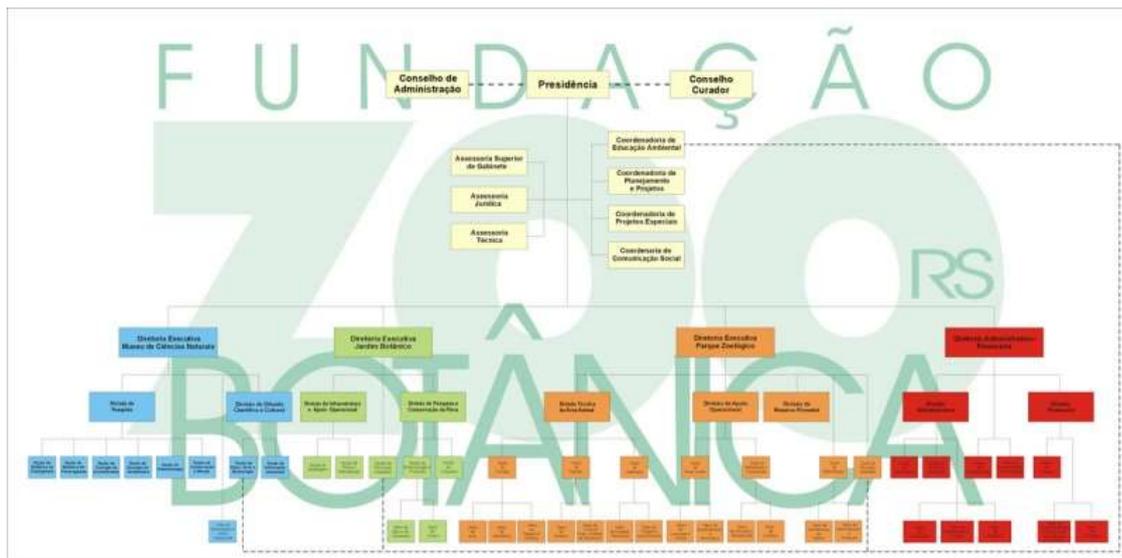


Imagem 6: Organograma completo da FZB/RS. Fonte: site da FZB/RS.



Imagem 7: Organograma do gabinete da presidência da FZB/RS. Fonte: site da FZB/RS.

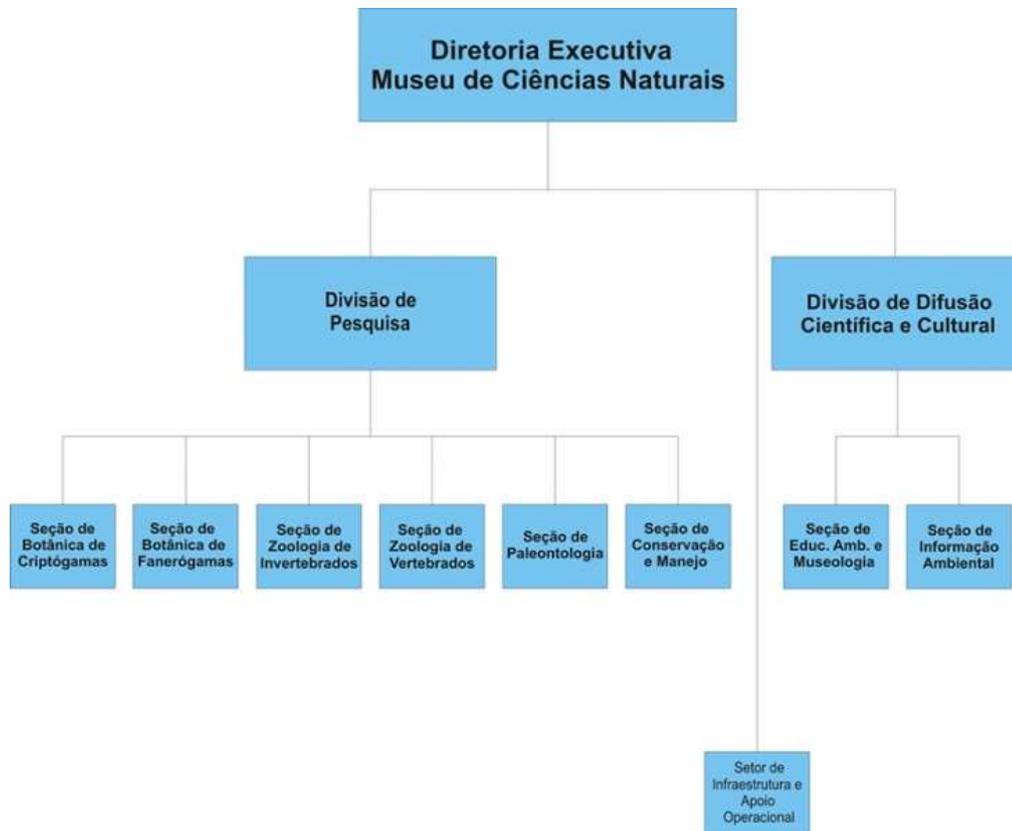


Imagem 8: Organograma do MCN/RS. Fonte: site da FZB/RS.



Imagem 9: Organograma do JBPA. Fonte: site da FZB/RS.

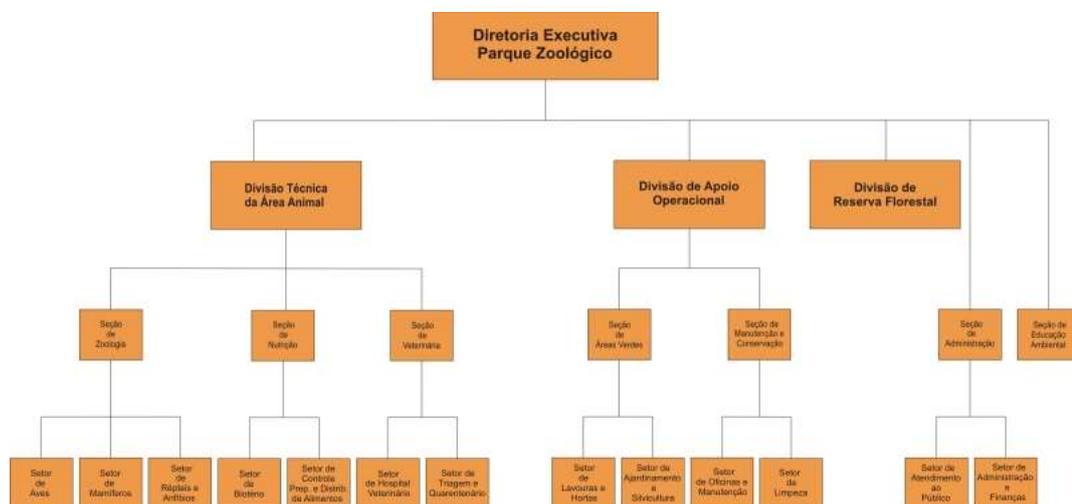


Imagem 10: Organograma do PZ. Fonte: site da FZB/RS.

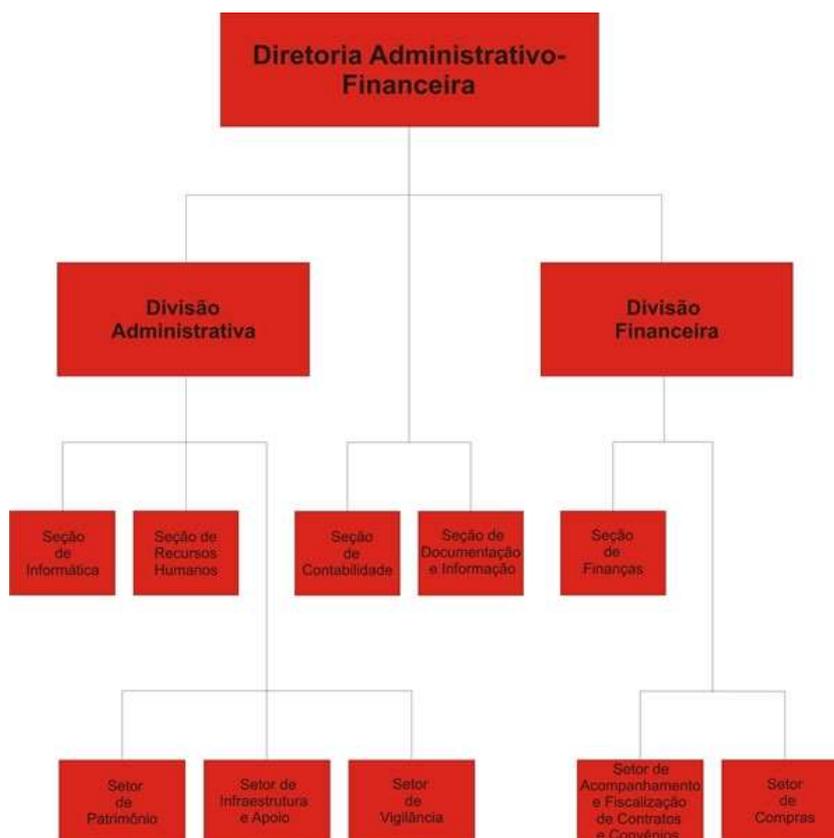


Imagem 11: Organograma administrativo-financeiro da FZB/RS. Fonte: site da FZB/RS.

Os resultados das pesquisas em biodiversidade realizadas pelos pesquisadores (as) são divulgados nas duas revistas científicas editadas pelo MCN-FZB/RS: *Iheringia Série Botânica* (desde 1958) e *Iheringia Série Zoologia* (desde 1957).

A revista *Iheringia Série Botânica*³ tem como atual editora-chefe a bióloga Rosana Singer, que iniciou sua carreira na fundação através de um contrato emergencial em 2012, seguido de concurso para efetiva em 2014. Segundo Rosana, “a revista é uma homenagem ao naturalista alemão naturalizado brasileiro Herman Von Iheringue que estudou a flora do RS”. Com publicação trimestral de 10 a 12 artigos, “é uma revista *open access*, que qualquer pessoa pode ter acesso, indexada em várias plataformas”. Em entrevista no dia 21/11/2018, Rosana conta que

“a revista completou em 2018 seus 20 anos, com a publicação de quase 400 artigos neste período, ou seja, divulgou o resultado de muitas pesquisas, além de que a revista divulga espécies novas para a ciência,

³ Disponível em <https://isb.emnuvens.com.br/iheringia/index>

e agora além da área de biodiversidade também temos a área de ciências agrárias”.

Informações confirmadas pela sua colega Lezilda Torgan, que foi a editora-chefe da revista até 2014, quando, em virtude da aposentadoria, passou o cargo para Rosana. Diz Lezilda, em entrevista no dia 21/11/2018,

“inicie meu trabalho de pesquisa aqui na Fundação Zoobotânica na década de 70, e em 1999 eu assumi como editora-chefe da revista *Iheringia Série Botânica*. No início eram cerca de 20 trabalhos publicados por ano, com o passar do tempo e a crescente divulgação da revista em nível nacional e internacional, em 2015 chegamos a 80 trabalhos por ano. Então isso significa que a revista teve uma boa aceitação na comunidade científica e é uma das poucas revistas na área da botânica que se encontra indexada na plataforma Easy, e com isso a gente consegue obter recursos para manter a revista, a gente mantém ela com recurso do CNPq”.

Sobre o trabalho de editoração, Lezilda conta que é “um trabalho realmente para os outros, a gente deixa de fazer a pesquisa nossa particular pra se dedicar a um trabalho para a comunidade, para divulgar o que é feito de pesquisa na área de botânica no Brasil e também em parte da América Latina”.

A revista *Iheringia Série Zoologia*⁴, tem como editor-chefe o biólogo Luciano Moura. Em entrevista no dia 28/11/2018, Luciano conta que sua trajetória

“aqui na fundação zoobotânica começou em 1986, como bolsista de iniciação científica, e minha formação toda foi em entomologia. Entomologia é o estudo dos insetos, dentre as inúmeras espécies me dediquei a pesquisar besouros. Sou um pesquisador de uma família de besouros fitófagos, ou seja, que se alimentam de plantas, e muitos são de interesse agrícola”.

A partir de 2016 a revista *Iheringia Série Zoologia* passou a ser publicada apenas digitalmente através da plataforma *Scielo*, que é um sistema *online* de publicação científica de caráter gratuito. Com recursos do CNPq, a revista “publica trabalhos inéditos da comunidade científica brasileira e estrangeira”, vem sendo publicada, de maneira ininterrupta, desde 1957, ou seja,

“uma revista que tem mais de 60 anos, mais de meio século atendendo a demanda da comunidade científica, simplesmente acabar com uma revista por extinção eu acho um crime, crime editorial, e são várias pessoas que trabalham na revista, talvez alguma instituição possa incorporar a revista em seu quadro” (Luciano Moura, em entrevista no dia 28/11/2018).

⁴ Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0073-4721&lng=en&nrm=iso

Neste sentido, com a confirmação da extinção da FZB/RS, Luciano já procura antever possibilidades de continuidade da revista:

“pretendo dar continuidade à revista através de uma instituição que queira integrar a Iheringia, que já é uma grife dentro do campo da zoologia, existem no Brasil apenas dois periódicos que publicam artigos de zoologia *sensu lato*, um deles é a Iheringia Série Zoologia, que é a mais antiga” (Luciano Moura, em entrevista no dia 28/11/2018).

Em sua entrevista o pesquisador dá devida atenção para a questão da restituição do saber científico, pois “pensando no retorno social também, porque não adianta a gente fazer pesquisa sem pensar no retorno dessa pesquisa para a comunidade”. Segundo o pesquisador,

“algo muito valioso que a FZB/RS tem são as suas coleções científicas. As coleções científicas são um testemunho da biodiversidade, especialmente do Rio Grande do Sul. Falando mais de insetos, existem em nosso acervo exemplares que não se encontram mais no nosso estado” (Luciano Moura, em entrevista no dia 28/11/2018).

Luciano Moura é também curador da coleção científica de insetos do MCN-FZB/RS. Sobre o papel do curador e a importância das coleções, o interlocutor afirma que “o curador da coleção científica tem que ser um especialista na área do conhecimento”. Portanto, as coleções científicas do MCN-FZB/RS se constituem testemunhos da história da biodiversidade, “aquele exemplar que possibilitou a descrição de uma espécie nova é denominado *material tipo* e depositado na coleção para ser acessado pela comunidade científica”.



Imagem 12: frame do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica que mostra a fachada do MCN-FZB/RS. Autor: Diogo Dubiela. 2018.

A coleção científica de mamíferos está sob curadoria da bióloga Márcia Jardim, que iniciou sua trajetória na FZB/RS através de concurso público em 2001. Após trabalhar

um ano e meio no PZ ela foi transferida para o setor de mamíferos do MCN-FZB/RS, sua especialidade por formação. Segundo a interlocutora, o setor de mamíferos

“trabalha muito com a questão de inventário da biodiversidade, fornece subsídios para plano de manejo, tem várias pesquisas relacionadas à questão de ecologia, conservação de mamíferos ameaçados, e responsável pela coleção científica de mamíferos, por manter e disponibilizar este acervo, que é muito importante, principalmente do bioma pampa, que serve para inúmeras pesquisas desenvolvidas dentro da academia” (Márcia Jardim em entrevista no dia 05/12/2018).

Segundo Márcia, são desenvolvidos inúmeros projetos que visam inventariar as espécies existentes no estado de maneira a sempre relacionar com possíveis questões de doenças ou efeitos da urbanização, a execução desses projetos envolve tanto trabalho de escritório e laboratorial como, sobretudo, saídas de campo para produção dos dados e coleta de exemplares para o acervo,

“esses dados produzidos são muito importantes para nós sabermos em que situação estão as espécies, que compõem o patrimônio da biodiversidade do estado. Porque não tem como manter a biodiversidade sem conhecer sobre ela, então essas pesquisas são a base para a construção de ações e estratégias de conservação, com o objetivo de manter este patrimônio” (Márcia Jardim em entrevista no dia 05/12/2018).

Neste sentido, a bióloga expressa preocupação em relação às coleções científicas no caso de extinção da FZB/RS, pois “quem vai manter as coleções científicas? Porque precisa de especialistas na área com experiência em curadoria, então nós temos uma preocupação muito grande com o trabalho, com pesquisas desenvolvidas há já vários anos”. Segundo Márcia Jardim,

“a gente fica muito inseguro, vivendo um momento de muita incerteza, porque a gente vê todo um trabalho de mais de 60 anos do Museu de Ciências Naturais, toda essa construção de ciência e de testemunho da biodiversidade sobre a qual não sabemos o que vai acontecer. Ninguém nos dá uma segurança de que isso vai realmente ser mantido. Então a gente tem muita preocupação no momento com todo esse material que na verdade é um patrimônio do estado do Rio Grande do Sul” (Márcia Jardim em entrevista no dia 05/12/2018).

O setor de malacologia da FZB/RS desenvolve pesquisas com moluscos continentais, sua coleção científica recebeu o nome do fundador da FZB/RS e um dos ícones da malacologia brasileira José Willibaldo Thomé, está sob curadoria da bióloga Janine Arruda. Formada pela UFMG, iniciou carreira como servidora na FZB/RS em 2014. Janine explica que as pesquisas do setor de malacologia têm relação e importância para a agricultura e área médica. Segundo a especialista, trata-se da “interação dos

moluscos com doenças neotropicais, uma área muito desenvolvida no Brasil é a relacionada à Xistose, que tem como um dos seus vetores um molusco aquático do gênero *Biomphalaria*". Existe também "um outro caracol exótico que veio da África para cá, cujo nome científico é *Lissachatina fulica*, que também pode ser vetor de duas doenças distintas no ser humano, uma delas é a meningite". A respeito da importância agrícola, afirma que

"os moluscos também são conhecidos como pragas na agricultura e, atualmente, o pessoal da EMATER/RS tem entrado muito em contato comigo, tanto para tratar sobre lesmas causando pragas em plantação de soja e, às vezes, alguns bivalves de água doce em piscinas de criadores de peixe" (Janine Arruda em entrevista no dia 21/11/2018).

Segundo a pesquisadora a única forma de avançar rumo a soluções mais rápidas e eficazes para os problemas e evitar prejuízos econômicos é investir na produção de conhecimento. Para ela "não faz sentido extinguir uma fundação pela justificativa econômica, pois como vamos recuperar o Estado abrindo mão de informação e conhecimento?" (Janine Arruda em entrevista no dia 21/11/2018).

Outro setor importante da fundação, dentre outros, é o Setor de Ictiologia, onde entrevistei o biólogo Marco Azevedo, o qual é responsável pela coleção científica de peixes, em virtude de sua especialização em peixes de água doce. Marco Azevedo iniciou sua carreira como pesquisador na FZB/RS em 2005 através de concurso público. O biólogo relatou em entrevista no dia 03/10/2018 que

"tenho trabalhado nos últimos anos coordenando a revisão da lista de espécies ameaçadas de extinção no Estado, o que é outro assunto que gera conflito. Temos uma atuação pautada no compromisso com a preservação e muitas vezes isso entra em conflito com outros usos que se quer fazer dos recursos naturais".

Para o biólogo e pesquisador, são

"conflitos com o setor energético, setor da pesca, setor da agricultura e silvicultura, portanto, muitas vezes, nosso trabalho não é interessante para aqueles que defendem o crescimento econômico acima de qualquer outra visão de utilização dos recursos naturais. Então isso tem bastante a ver com esse projeto de desestruturação dos órgãos públicos que exercem algum controle sobre o bem comum, no caso o meio ambiente é um bem comum que deve ser preservado, pois o Brasil tem seus compromissos com convenções internacionais, compromisso com a preservação de sua biodiversidade que deveria estar sendo cumprido através de políticas públicas por meio de instituições como a FZB/RS, infelizmente muitas vezes isso não é prioridade em detrimento da geração de lucro do setor privado, é o que demonstra esse tipo de

medida política como a extinção da Fundação Zoobotânica” (Marco Azevedo em entrevista no dia 03/10/2018).

Sobre a transferência das atividades da FZB/RS para a SEMA/RS, Marco afirma que

“os próprios funcionários, tanto da FEPAM/RS quanto da SEMA/RS refutam qualquer possibilidade de absorverem as atividades desempenhadas por nós, porque não têm a mesma formação que nós temos. Então existe uma série de alegações, as vezes contraditórias e sem fundamentação, que vêm sendo levantadas ao longo do tempo para justificar e tentar dar alguma credibilidade para este projeto que na verdade não é de garantia nenhuma do patrimônio e das pesquisas, é um projeto de desmonte mesmo dessa estrutura para que ela deixe de fazer aquilo que faz hoje” (Marco Azevedo em entrevista no dia 03/10/2018).

Segundo o biólogo,

“o Estado tem certas obrigações, inclusive constitucionais, e a FZB/RS cumpre muitas dessas finalidades relacionadas ao meio ambiente. A justificativa de que a FZB/RS é deficitária é falaciosa, e para além disso nós defendemos que a fundação deve permanecer pelo seu retorno social, pelo seu papel fundamental no cumprimento de políticas do Estado” (Marco Azevedo em entrevista no dia 03/10/2018).

O biólogo Glayson Benck é o curador da coleção científica de aves do MCN-FZB/RS. Em entrevista no dia 28/02/2019, Glayson esclarece que

“os museus preservam a memória da nossa biodiversidade, então graças aos museus a gente consegue comprovar o que existia e o que existe em termos de espécies de animais e de plantas e, principalmente, os locais onde ocorrem. São amostras representativas do estado do Rio Grande do Sul em termos de espaço e tempo, onde pesquisadores do mundo inteiro podem recorrer a informações confiáveis sobre a nossa biodiversidade. As coleções são então importantes para fins de pesquisa que subsidiam decisões sobre licenciamento ambiental, sobre a criação de novas áreas de proteção ambiental, visando preservar essa biodiversidade que é um patrimônio de todos nós”

Enquanto me apresentava exemplares de espécies ameaçadas de extinção, Glayson revelou outro aspecto das coleções científicas, que consiste no fato de que

“são construídas ao longo de gerações de pesquisadores, cada um colocando o seu trabalho, muitas vezes, ao longo de uma vida, e deixando registros que muitas vezes vão ser úteis décadas depois, ou até mesmo séculos depois de terem sido coletados esses dados. Então o conjunto da obra de uma coleção que revela sua importância” (Glayson Benck em entrevista no dia 28/02/2019).

O biólogo ainda lembra que,

“muitas vezes as pessoas assistem programas na TV sobre natureza e se encantam, ficam intrigadas, mas esquecem que sempre tem uma grande

trajetória de pesquisa por trás de cada minuto que passa na TV, de cada reportagem divulgada em uma revista, de cada descoberta que é anunciada muitas vezes na mídia sobre uma espécie ou uma região remota, ou alguma alteração que ocorreu, esquecem que isso está baseado em anos, décadas e, às vezes, mais de um século de pesquisa, que é armazenada em coleções científicas como as que temos no MCN da FZB/RS” (Glaysen Benck em entrevista no dia 28/02/2019).

Portanto, para Glaysen, trata-se de

“um patrimônio incalculável, porque ele não pode ser repostado, porque ele foi construído ao longo de muitas décadas. O MCN-FZB/RS tem mais de 60 anos de existência, mas suas coleções contam com itens muito mais antigos, itens de mais de um século e que mostram aos pesquisadores como era nossa fauna e nossa flora no passado, como o setor de paleontologia que resguarda a memória de nossa fauna e flora fóssil, portanto de milhões de anos atrás. Contam assim história da nossa biodiversidade” (Glaysen Benck em entrevista no dia 28/02/2019).

No Setor de Conservação e Manejo da FZB/RS encontramos a bióloga Josy Matos e o biólogo Jan Karel, que é o atual presidente da AFFZB/RS. Segundo Jan Karel em entrevista no dia 22/10/2018,

“a FZB/RS desenvolve várias atividades e projetos que são importantes para a gestão pública do estado do RS como, por exemplo, o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), Zoneamento da Silvicultura, Zoneamento da Energia Eólica, além de inúmeras pesquisas que contribuem para um vasto conhecimento disponível”

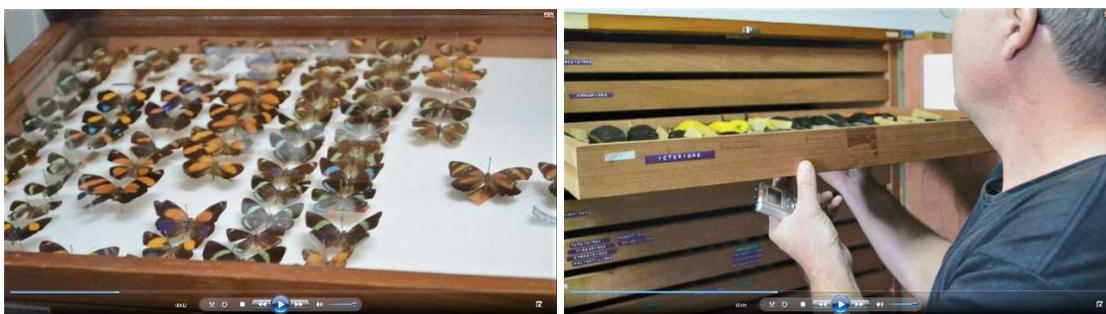
Para Josy Matos “o setor de Conservação e Manejo é um setor chave dentro da fundação”, onde ela é responsável pela parte da flora no setor, enquanto Jan Karel é responsável pelo trabalho referente à fauna. Josy Matos relatou que “trabalhamos em conjunto com a SEMA/RS na elaboração de planos de manejo, projetos de unidades de conservação, por exemplo, eu agora trabalho dentro do projeto sobre cactáceas no RS, junto com colegas do JBPA”. Da mesma forma, Jan Karel relatou a “parceria com a SEMA/RS e FEPAM/RS na elaboração de planos de ação, planos de manejo, atividades que tem associação direta com a gestão e desenvolvimento sustentável no estado”. Segundo Josy Matos, em entrevista no dia 21/11/2018,

“além do valor referente ao pessoal que trabalha aqui, que é realmente um pessoal muito qualificado, a instituição tem uma importância muito grande na história do meio ambiente do RS. Essa junção feita entre JBPA, MCN-FZB/RS e PZ criou uma instituição que tem uma história muito grande e mantém a história, porque as coleções científicas representam o que foi o Estado e o que é hoje. As coleções nos dão o panorama geral de todo o estado, de vegetação e de fauna, algo que não se pode perder de jeito nenhum, por isso é necessário manter a instituição. O valor de um conhecimento que está em forma de

informação, algo que se perde se a instituição deixar de existir, e ao se perder é irrecuperável, uma coleção perdida é irrecuperável”.

Seu colega Jan Karel complementa,

“o valor é incalculável, não existe preço para tudo que nós na fundação fazemos, de poder dentro de Porto Alegre ter uma área como essa do Jardim Botânico a um preço acessível para a população, e ao mesmo tempo ter coleções científicas que estão dentre as melhores do mundo em alguns grupos, isso não tem preço nenhum, nós temos um valor incalculável de patrimônio e informação que não pode ser perdido de jeito nenhum” (Jan Karel em entrevista no dia 22/10/2018).



Imagens 13 e 14: frames do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica que mostram, respectivamente, os momentos em que Luciano Moura apresenta a coleção científica de insetos e Glayson Benck apresenta a coleção científica de aves, ambas no MCN-FZB/RS. Autor: Diogo Dubiela. 2018.

Martin Molz é biólogo formado pela UNISINOS, com pós-graduação em botânica na UFRGS, iniciou sua carreira na FZB/RS através de concurso público em 2014. O biólogo é curador do Herbário Dr. Alarich Rudolf Holger Schultz, a coleção científica de botânica do MCN-FZB/RS, junto com sua colega Rosana Senna, que também é bióloga com pós-graduação em botânica na UFRGS e iniciou sua carreira na FZB/RS via concurso público em 2001. Segundo Martin Molz em entrevista no dia 24/10/2018,

“nosso herbário é o segundo maior do Estado, contém em torno de 150.000 espécimes, sendo que temos apenas 1/3 dessa coleção disponível *online*, em um banco de dados internacional, acessível para qualquer pessoa do mundo inteiro, somente no ano passado [2017] nós tivemos mais de 3,5 milhões de acessos a esse banco de dados, que nem registros fotográficos não tem, porque não temos pessoal para implementar essa parte de digitalização das imagens”.

O biólogo explica que além do trabalho de curadoria, desenvolve-se também

“pesquisas aplicadas e também pesquisas básicas e prestamos uma série de serviços ao Estado na parte de gestão e planejamento ambiental, por exemplo, eu coordeno um projeto que diagnostica as florestas ciliares

do rio Jacuí, por causa da questão de extração de areia e desbarrancamento e assoreamento do rio. Então a gente presta uma série de serviços também de assessoramento técnico para a FEPAM/RS, para a SEMA/RS e Ministério Público” (Martin Molz em entrevista no dia 24/10/2018).

Segundo Martin Molz, trata-se de pesquisas para produção de dados que permitem

“fazer um planejamento correto de como se dar o desenvolvimento, por exemplo, no RS tem várias áreas propícias a produção de energia eólica, no entanto, algumas áreas são escolhidas para isso e outras não, porquê? Porque tais áreas além de ter um potencial para a atividade pretendida devem ser áreas de menor impacto ambiental, então é possível aliar economia e meio ambiente, mas é necessário que tenha os dados e quem saiba interpretar estes dados e quem tem feito isso historicamente no estado é a FZB/RS” (Martin Molz em entrevista no dia 24/10/2018).

Durante a entrevista, o biólogo utiliza o caso do Zoneamento da Silvicultura no RS para ilustrar seu argumento. Segundo ele,

“o zoneamento da silvicultura foi um estudo ambiental feito com cuidado e não houve nenhum impedimento ao desenvolvimento da silvicultura no estado, houve só uma organização para atingir um equilíbrio, com uma possibilidade de conservação do meio ambiente aliado ao desenvolvimento da atividade almejada pelo estado” (Martin Molz em entrevista no dia 24/10/2018).

Sobre o processo de extinção, Martin Molz afirma que

“essa proposta de extinção ela nunca foi discutida, na verdade nunca houve uma vontade do governo em nos escutar e conhecer nossos dados, foi simplesmente dito que seria fundamental para o Regime de Recuperação Fiscal do Estado, então nós fomos atrás dos números e mostramos que não é bem assim, que haveria uma perda severa de serviços importantes para o Estado e nunca nos foi apresentado um contraponto. Nós propusemos, inclusive, uma reestruturação da fundação, pois existem críticas às fundações que são justas, mas a solução não é extinguir, a solução deve ser melhorar o serviço, pois a FZB/RS presta serviços fundamentais para gestão ambiental do estado, inclusive os colegas da SEMA/RS e da FEPAM/RS reconheceram isso em uma carta pública, alegando que não têm condições de absorver o trabalho realizado por nós, em virtude da expertise que nós temos aqui na FZB/RS” (Martin Molz em entrevista no dia 24/10/2018).

Outra marca do processo de extinção foram as exonerações estratégicas que o governo do Estado empreendeu, a título de corroer o funcionamento da FZB/RS, segundo o biólogo,

“não temos mais chefias, nós não sabemos mais a quem se reportar, tentamos levar o trabalho como pode apesar da falta de gestão, aliás a marca desse governo é a falta total de gestão, houve ações confusas e contraditórias, as pessoas que sustentavam a proposta de extinção não tinham noção nenhuma do que a gente faz, sem noção acerca dos

serviços prestados pela fundação” (Martin Molz em entrevista no dia 24/10/2018).

A rotina de trabalho já foi também muito afetada em virtude da não renovação dos estagiários. Segundo Martin

“aqui no setor de botânica do museu nós não temos nenhum técnico a disposição, nós que somos pesquisadores analistas realizamos todo o trabalho, inclusive o trabalho mais básico possível, nós não temos tido mais estagiários, que era um suporte muito importante para nós, bolsistas de iniciação científica temos poucos, então tem essa carência que limita ainda mais o nosso trabalho e nos impede de avançar mais na prestação de serviço para o Estado” (Martin Molz em entrevista no dia 24/10/2018).



Imagem 15: frame do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica que mostra manifestantes pintando faixa para protesto contra extinção da FZB/RS. Autor: Diogo Dubiela. 2018.

Neste processo etnográfico, conversei com 4 dos 30 bolsistas em atividade na FZB/RS. Trata-se de João Baraldo, Júlia Fialho, William Piovesani e Kassiane Gonçalves. Todos são estudantes do curso de Biologia na UFRGS. Júlia e William trabalham na mesma seção de coleções vivas do JBPA, enquanto Kassiane trabalha no setor de Ornitologia com uma pesquisa sobre o uso de líquens por aves no RS e João é bolsista no Herbário sob orientação de Martin Molz. Segundo Júlia Fialho eles se envolveram no processo de extinção

“através do curso de Biologia na UFRGS nós tivemos contato com essa pauta, porque os alunos do curso de um modo geral, mais especificamente os envolvidos com o diretório acadêmico, desde 2015 estão envolvidos nesse processo. Com certeza foi através do curso de Biologia que se deu nosso envolvimento com a causa, depois acabou ganhando um novo sentido na medida em que nos tornamos bolsistas aqui da FZB/RS” (Júlia Fialho em entrevista no dia 10/10/2018).

Para Kassiane Gonçalves, a fundação encontra-se ameaçada

“porque a FZB/RS participa de processos de licenciamento ambiental e ações que barram grandes empreendimentos, então na visão do governo, empresários e agronegócio a FZB/RS é um empecilho ao desenvolvimento do Estado, não é uma questão do Estado gastar muito dinheiro com a Fundação, porque é só 0,04% do orçamento do Estado” (Kassiane Gonçalves em entrevista no dia 10/10/2018).

Sobre os processos citados por Kassiane, João Baraldo complementa

“é interessante que tenha uma fundação separada do governo e que tenha uma certa independência para garantir que esse processo seja um processo honesto, limpo, onde não haja interferência do próprio governo nas pesquisas desenvolvidas” (João Baraldo em entrevista no dia 17/10/2018).

Ao mesmo tempo, Júlia lembra que todo o processo de luta em defesa da fundação serviu para aumentar a solidariedade e coesão entre os pares, segundo ela

“a pressão psicológica durante esse processo eu penso que foi e é muito grande, mas isso serviu para nos unir, algo que uniu os funcionários todos em defesa da fundação, o que eu acho muito relevante. Pois estamos defendendo serviços que são para todos, não são só para quem está a favor da manutenção da fundação, são serviços para toda a sociedade, independentemente de como deve ser o Estado” (Júlia Fialho em entrevista no dia 10/10/2018).

Durante o trabalho de campo, tive a oportunidade de entrevistar também o jardineiro Pedro Ernesto Sanhudo da Cunha. Pedro é um dos jardineiros mais antigos, iniciou em 1976 a sua carreira no JBPA.

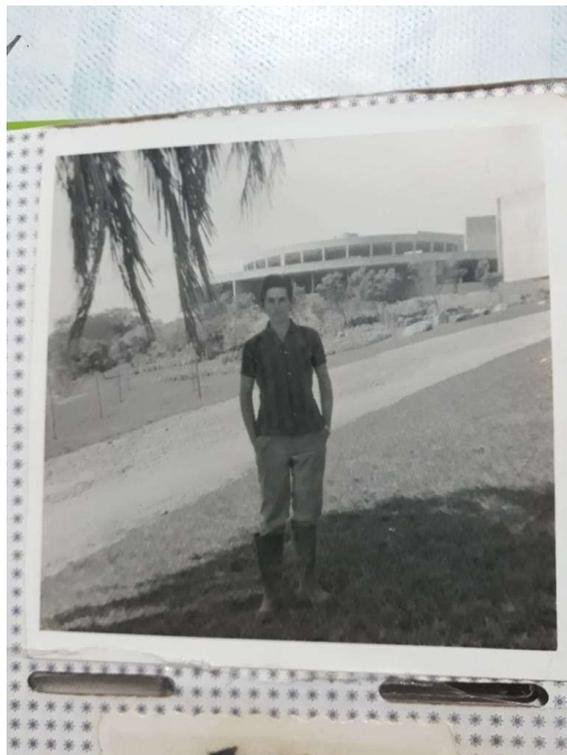


Imagem 16: Pedro da Cunha no JBPA em julho de 1976, quando ele, a época com 18 anos, começou a trabalhar como jardineiro no JBPA. Ao fundo o prédio que viria a abrigar mais tarde, em 1981, o MCN-FZB/RS e a administração da FZB/RS. Fonte: Pedro da Cunha.

Pedro me recebeu para filmar sua entrevista sentado em um banco sob a sombra da Espinheira Santa, no Horto de Plantas Medicinais do JBPA, que está sob sua responsabilidade desde 2004. Natural de Itapuã e morador do bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre, sobre sua chegada no JBPA diz

“Eu já vim pra me empregar mesmo aqui, porque o meu tio já trabalhava, já mais ou menos me disse como que era aqui, e é um serviço parecido com o serviço de agricultura, como eu trabalhava na roça, era plantador de cebola, tomate, alface e já era um serviço muito parecido com aquele que a gente já vinha fazendo, a conservação do parque, então não teve mistério nenhum, vim peguei como servente, oito meses depois eu passei a jardineiro, tô até hoje” (Pedro da Cunha em entrevista no dia 31/01/2019).

Entrevistar Pedro foi muito importante para ter um relato vivo de como era o espaço do JBPA em outra temporalidade, de fato alguém que viveu as mudanças do tempo e ajudou a inscrevê-las no espaço. Pedro relata que

“[naquela época] a gente estava assim em começo de botar em ordem o trabalho né, não tinha tudo que se tem hoje aqui, vinha se limpando, roçando, tinha muita sujeira no parque, então a gente vinha roçando isso tudo, limpando, abrindo canteiros de plantas novas, plantando mais árvores, hoje está arborizado, então a gente vinha tocando esse trabalho

de plantar mesmo, então isso que tem hoje aí foi o andamento dos anos que progrediu, junto mais outros colegas né” (Pedro da Cunha em entrevista no dia 31/01/2019).

Um relato dos primórdios da FZB/RS, quando o JBPA não tinha ainda nem calçadas. Segundo Pedro,

“era um serviço mais forçado né, porque tinha calçamento para fazer também, os calçamentos lá de baixo, da subida que vem até aqui em cima, isso aí a gente ajudou a construir também, trabalhava até os domingos ali, sábados e domingos, para terminar o serviço, porque se tratava de uma rua de acesso, então tinha que tocar para terminar de uma vez. Era bem puxado, carregava aterro, hoje a gente tá só aqui nessa parte das medicinais, só na conservação agora, mas antes era um serviço que a gente fazia um novo trabalho, sempre serviço novo, dava trabalho sim” (Pedro da Cunha em entrevista no dia 31/01/2019).

No entanto, Pedro relata que, atualmente, seu trabalho no JBPA “é a parte do Horto de Plantas Medicinais”. Sobre o histórico do Horto, seu Pedro relata que

“o Milton Gomim veio com essa ideia de implantar, já tinha no papel mas nunca na prática, então ele veio naquela época com esse intuito. Aí começou a convidar os colegas, cada um trazia uma planta medicinal, quem tinha losna, quem tinha boldo, tinha macela para trazer, que trazia para somar nesse horto, então ficou com uma quantidade bem grande aqui de plantas medicinais... depois ele ficou meio “atiradão”, porque o serviço no parque era muito mais necessário que aqui né, a gente ficou com defasagem de funcionário, aí ficou um estagiário aqui [horto] nessa parte cuidando, mas o estagiário não dava conta, principalmente do inço que nascia, porque ele só vinha quarta-feira à tarde. Depois o Hélio Oliveira, quando ele veio como diretor do Jardim Botânico, na época do governador Rigotto, aí ele falou comigo se eu não queria assumir a horta aqui né, com vontade assim pra fazer a limpeza e pôr em ordem, e eu digo, não já que eu entendo de agricultura acho que não vou ter problema nenhum e assumi e to até hoje, isso foi em 2004. E tem dado certo, graças a Deus, motivo aí de pesquisa, reportagens, tá saindo esse livro aí agora virtual [Plantas Medicinais do Jardim Botânico de Porto Alegre⁵] e outras coisas mais. Então está bom, a gente vê que o serviço da gente tá aparecendo fora aí, isso é gratificante” (Pedro da Cunha em entrevista no dia 31/01/2019).

⁵ Disponível em <http://www.jb.fzb.rs.gov.br/conteudo/4837/?Downloads>



Imagens 17 e 18: Horto de Plantas Medicinais do JBPA. Foto: Pedro da Cunha. 2019.

Sobre o processo de extinção, o jardineiro acredita que com “o correr do tempo é só a extinção da fundação né, o trabalho mesmo em si vai ter que seguir todo igual né, se já faz parte né, a sociedade já tem costume com isso, a gente também está aqui para isso”. Inclusive anunciou que o seu vínculo empregatício já foi modificado. Segundo o trabalhador

“a gente até mudou de vínculo já, temos vínculo agora com o quadro do estado [SEMA], o que aconteceu é que eu fiquei com o cartão do IPE bloqueado por alguns dias, mas eu já fui lá e já resolvi isso aí. E agora to preocupado com o FGTS, que desde novembro [2018] nós não soube de mais nada, já estive na SEMA/RS me informando e estão dizendo que é para dar um tempo, até eles botarem em ordem lá e depois eles avisam a gente, estou aguardando, preocupado inclusive, porque não foi depositado o fundo de garantia mais desde que mudou o vínculo, essa é minha preocupação maior” (Pedro da Cunha em entrevista no dia 31/01/2019).

Fernando Vargas, graduado em Agronomia, iniciou carreira na FZB/RS em 2001, é responsável pelas atividades de educação ambiental no JBPA. Segundo Fernando Vargas em entrevista no dia 05/12/2018 no quiosque do JBPA,

“o trabalho da educação ambiental é mais focado em atender a demanda das escolas, também realizamos cursos de formação para professores, participamos de alguns eventos com atividades abertas ao público. As visitas são agendadas, através de um mecanismo de agendamento no site do JBPA, há um cuidado para não exceder o número máximo estipulado para o espaço, antes haviam os estagiários e monitores que orientavam, mas foram uma das primeiras coisas que foram cortadas”.

Sobre o processo de extinção da fundação, o agrônomo relata que

“a rotina de trabalho foi muito alterada durante esse período da proposta de extinção, no sentido de não termos mais um organograma, não termos mais uma direção, não existe mais uma estrutura de chefia ou uma estrutura mínima que faça funcionar administrativamente, então é difícil trabalhar desse jeito” (Fernando Vargas em entrevista no dia 05/12/2018).

Para Fernando Vargas, há o risco de engessamento das ações uma vez que o JBPA seja repassado para a administração direta do Estado. Segundo ele,

“as fundações foram criadas para termos um pouco mais de autonomia, para termos setores próprios de comunicação, de pessoal, podermos propor projetos e captar recursos com mais facilidade, então tudo isso fica prejudicado. Fica tudo muito mais engessado nessa proposta do governo de passar o JBPA para a administração direta do estado ao ser vinculado à SEMA/RS” (Fernando Vargas em entrevista no dia 05/12/2018).



Imagem 19: frame do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica que mostra uma visita escolar no JBPA. Autor: Diogo Dubiela.

O serviço de educação ambiental da FZB/RS através do JBPA é um serviço fundamental para a população de Porto Alegre e demais cidades do Rio Grande do Sul, implica a difusão e transmissão de todo acúmulo de conhecimento produzido na construção de coleções científicas, segundo Fernando

“dentro da estratégia do JBPA de conservação da biodiversidade, a educação ambiental é uma das ferramentas importantes, pois não basta termos sucesso no cultivo das plantas e formar coleções científicas se não há um meio de expor isso ao público, então a educação do JBPA ela tem um pouco de educação ambiental, um pouco de ensino de ciências e ela tem um pouco de divulgação científica. A parte mais

importante é engajar as pessoas a também atuarem na conservação, a entenderem que seus modos de vida podem prejudicar a biodiversidade, através das opções de consumo, e como elas podem contribuir também no seu dia a dia” (Fernando Vargas em entrevista no dia 05/12/2018).

Sua fala também deixa clara a relação de indissociabilidade entre a FZB/RS e a educação ambiental, para ele

“a importância da educação ambiental é alertar para as pessoas que existe um processo de extinção de plantas acelerado na natureza e que é importante para o futuro da nossa civilização que tenha instituições que se preocupe com isso. Todos nós devemos ter alguma compreensão desse processo que está acontecendo” (Fernando Vargas em entrevista no dia 05/12/2018).

Outro órgão executivo da FZB/RS é o Parque Zoológico (PZ), localizado na cidade de Sapucaia do Sul. É formado por uma área total de 780 hectares, sendo 620 pertencentes a área da Reserva Florestal Pe. Balduino Rambo e 160 hectares pelo Zoológico propriamente dito. Abriga cerca de 130 espécies dentre aves, répteis e mamíferos que formam um plantel com mais de mil animais nativos e exóticos. No PZ entrevistei o biólogo Eduardo Polanczy, responsável pela Seção de Zoologia do parque. Eduardo é formado em Biologia pela ULBRA com mestrado na PUCRS. Começou sua trajetória na FZB/RS como bolsista de iniciação científica, é contratado via concurso público em 2014. Segundo Eduardo Polanczy,

“o parque zoológico tem uma função extremamente importante na parte de conservação, nós abrigamos inúmeras espécies ameaçadas de extinção, tanto espécies nativas do RS quanto espécies exóticas e reproduzimos muitas dessas espécies aqui, espécies justamente ameaçadas por falta de ambiente natural para elas. Além desse papel na conservação, atuamos também na formação de profissionais na área de manejo de animais silvestres, também atuamos na área da educação ambiental, e por fim outra função do parque zoológico é ser uma área de lazer, uma área onde a população pode vir e desfrutar de um contato com a natureza em segurança. O parque tem aproximadamente 50 hectares de área de exposição, mais de 100 hectares de área murada, temos setores de manutenção, hospital veterinário, e além disso temos as áreas de lavoura onde nós produzimos o pasto que é consumido aqui no parque zoológico. Possuímos também áreas de mata primária e secundária” (Eduardo Polanczy em entrevista no dia 12/03/2019).

Após uma caminhada por toda área de exposição do parque junto com Eduardo e a bióloga Vanessa Souza, que também atua no Setor de Zoologia do PZ, Eduardo relata que, em virtude do descaso governamental,

“boa parte da manutenção do parque tem sido feita por outras instituições, no caso uma associação que foi criada pelos funcionários e por pessoas que entendem que podem ajudar o zoológico, essa

instituição que é a *Zôo Melhor*⁶ tem financiado boa parte das reformas necessárias nos recintos dos animais. Além disso tivemos uma grande redução no número de funcionários desde o início do governo de Ivo Sartori (PMDB/RS): perdemos parte da vigilância motorizada, perdemos também parte dos funcionários terceirizados que atuam justamente na manutenção de recintos e na manutenção do jardim, também perdemos funcionários terceirizados que atuam na parte de limpeza e além disso tem sido reduzido o número de horas disponível para a equipe, de forma que tem onerado muito os funcionários, pois na prática o funcionário precisa permanecer mais tempo no parque e assim alimentar um banco de hora que não deveria existir, mas existe. Outra decisão da gestão foi exonerar todos os cargos de chefia no parque, o que prejudica a gestão dos recursos humanos, pois fica mais difícil conduzir uma equipe de 20 ou 30 pessoas sem a existência da chefia, hoje não existe uma função de chefia aqui dentro do parque” (Eduardo Polancy em entrevista no dia 12/03/2019).

Sobre o processo de extinção da FZB/RS, o biólogo Eduardo Polancy considera

“algo extremamente temerário, uma vez que a FZB/RS é uma instituição não vinculada a qualquer partido político ou à exploração dos recursos naturais, isso nos permite fazer laudos, fazer pesquisas totalmente desligadas de qualquer tipo de interesse que não seja o da conservação e da preservação do meio ambiente em prol da coletividade. O fato de extinguir a FZB/RS faz com que se perca uma instituição pública imparcial e com certeza que vai onerar no momento em que o Estado precisar de alguma dessas atividades desempenhadas pela instituição como laudos e planos de manejo. Neste sentido, eu só vejo retrocesso, como o PZ, que será entregue para a iniciativa privada sem nenhuma participação nossa na elaboração do edital, e acredito que por estarmos aqui dentro e vivenciando toda essa situação nós teríamos muito para contribuir, tanto que a partir do momento que eles [governo] liberaram o edital para manifestação pública, nós elaboramos um documento junto com advogados, veterinários, biólogos e administradores, contendo várias ponderações importantes para garantir a segurança para os animais, os visitantes, o Estado e também para o concessionário. [No entanto,] praticamente todas as situações que nós apontamos foram desconsideradas pela SEMA/RS” (Eduardo Polancy em entrevista no dia 12/03/2019).

⁶ <https://www.zoomelhor.com.br/>



Imagens 20 e 21: frames do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica que mostram, respectivamente, o Setor de Nutrição do PZ e o momento do tratador alimentar os animais. Autor: Diogo Dubiela.

1.3 O processo de extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul

A extinção da FZB/RS constitui-se em um processo que já dura quase 4 anos. Um processo que contempla batalhas legislativa e judicial, em virtude de constante mobilização de resistência ao projeto governista. A extinção da fundação integra o chamado “Pacote Sartori”, assim ficou conhecido o conjunto de medidas propostas pelo governo estadual no âmbito de um regime de recuperação fiscal para enfrentar a feição da crise capitalista no Rio Grande do Sul. Tais medidas concentravam-se em três blocos, a saber,

“o primeiro bloco tratava da remodelação da estrutura do Estado, tanto na Administração Direta quanto na Indireta, com fusão de secretarias, extinção de fundações e autarquias e possibilidade de privatização de companhias e empresas públicas; o segundo bloco contava com medidas referentes aos servidores públicos, como aumento da alíquota previdenciária dos servidores e fim de licença-prêmio; e o terceiro bloco apresentava medidas de ampliação do ajuste fiscal, com mudanças no repasse do duodécimo aos demais poderes do Estado e no recolhimento do Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) da indústria” (Lincke, 2018, p. 78).

Sendo assim, o argumento do governo estadual é basicamente de cunho econômico, de modo sucinto, segundo o governo, a extinção da FZB/RS e demais fundações públicas do Estado seria necessária para contenção de despesas, um argumento frágil que logo facilmente seria contestado.

1.4 A batalha legislativa

Em agosto de 2015 o governador eleito José Ivo Sartori (PMDB/RS) protocolou na AL/RS, em regime de urgência, o PL300/2015, que propunha a extinção da FZB/RS. Inicia-se, então, uma batalha legislativa no processo de extinção da fundação, procurarei apresentar os principais pontos dela.

Segundo o bolsista da FZB/RS João Baraldo em entrevista no dia 17/10/2018,

“em 2015 o governador recém-eleito Ivo Sartori (PMDB/RS) em uma das primeiras audiências públicas específicas para o meio ambiente levantou a questão da possibilidade de privatização do PZ. E dali logo alguns meses foi lançada a proposta de lei PL300 de extinção da FZB/RS, neste momento a luta em defesa da fundação de fato começou”.

A pesquisadora Josy Matos era a presidente da AFFZB/RS à época, segundo relata,

“eu peguei a associação no pior momento da Fundação Zoobotânica, que foi aquele momento que a gente teve o primeiro PL 300/2015, a gente ficou um mês inteiro na Assembleia Legislativa, enfim, os movimentos com nossos apoiadores, teve o primeiro abraço aqui no Jardim Botânico, em um dia de chuva e emocionante, porque veio muita gente, em virtude daquele primeiro impacto de que a Zoobotânica ia ser extinta” (Josy Matos em entrevista no dia 21/11/2018).

O pesquisador Jan Karel, atual presidente da AFFZB/RS, relata

“lembro que o primeiro PL foi dia 06 de agosto, em uma quinta-feira e logo na sequência começamos as mobilizações. Teve um primeiro abraço ao JBPA, as pessoas vieram da comunidade, das universidades, das ONGs, então a gente sempre teve um apoio muito grande de diferentes setores da sociedade civil. Porque trabalhamos tanto com pesquisadores das instituições como com as pessoas que vem aqui conhecer o JBPA ou o Parque Zoológico e apreciar a natureza, desde escolas e um público em geral” (Jan Karel em entrevista no dia 22/10/2018).

O jornalista Cléber Tentardini, do *Jornal Já*, um dos interlocutores nesta pesquisa, relata

“como eu morei a vida toda no bairro Jardim Botânico, eu passo por lá [JBPA] quase que diariamente, e me chamou atenção no mês de agosto de 2015 uma movimentação diferente na frente do JBPA, e eram os servidores já se mobilizando no sentido de um movimento de resistência contra a proposta do governo de extinguir a fundação” (Cléber Tentardini em entrevista no dia 04/10/2018).

Cléber Tentardini relata como iniciou a cobertura jornalística do processo, que resultou na publicação do livro de reportagens *Patrimônio Ameaçado*, segundo ele

“o anúncio [do governo] foi numa quinta-feira, eu falei com eles [servidores da FZB/RS] na sexta e eles já tinham marcado uma reunião para o dia seguinte com o corpo técnico da fundação para definir que ações seriam tomadas, como iriam se movimentar, então eu pedi autorização para participar dessa reunião, eu fui o único jornalista a participar dessa primeira reunião dos servidores da FZB/RS. E ali naquela reunião eles determinaram algumas estratégias iniciais, marcaram o primeiro abraço simbólico ao JBPA, então a partir dali que começou tudo” (Cléber Tentardini em entrevista no dia 04/10/2018).



Imagem 22: primeiro abraço simbólico ao JBPA em 11/08/2015. Autor: desconhecido.

Segundo o jornal Sul21 de 11/08/2015⁷, centenas de pessoas participaram da manifestação em frente ao JBPA, onde está situada a sede da FZB/RS. A concentração iniciou por volta das 9h e contou com a presença de “estudantes universitários, especialmente de cursos da área da Biologia, estudantes de ensino médio, representantes de ONGs, de associação de moradores e órgãos públicos, funcionários da FZB, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM)”. Os presentes empreenderam um grande abraço ao JBPA e passaram o dia no local realizando panfletagem para conscientizar a população da importância da FZB/RS para o Estado do Rio Grande do Sul e a sociedade em geral.

⁷ <https://www.sul21.com.br/areazero/2015/08/extincao-da-fundacao-zoobotanica-seria-golpe-contr-conhecimento-ambiental-dizem-manifestantes/>

No dia seguinte 12/08/2015, centenas de pessoas manifestaram-se contra a extinção da FZB/RS na Praça da Matriz em Porto Alegre. Segundo o jornal Sul21 de 12/08/2015⁸, “os manifestantes começaram a se reunir por volta das 8h30 em frente à Assembleia Legislativa. Organizados com camisetas, cartazes de protestos e apitos, cerca de 200 pessoas participaram do ato. Um carro de som em frente ao Palácio Piratini se revezava entre músicas e manifestação de defesa da FZB”. Os funcionários da FZB/RS e demais presentes reivindicaram uma audiência pública para tratar sobre o tema, pois alegaram que a proposta de extinção é sem fundamento, já que não houve nenhum estudo prévio que recomende tal tomada de decisão.



Imagens 23 e 24: manifestação em 12/08/2015 na Praça da Matriz. Foto: Caroline Ferraz/Jornal Sul21.

No dia 17/08/2015 foi a vez dos manifestantes em defesa da FZB/RS ocuparem a frente da SEMA/RS. Com um megafone na mão, o professor Paulo Brack do Departamento de Biologia da UFRGS assumiu a frente do protesto. Em registro em vídeo realizado pelos manifestantes, a então secretária de Meio Ambiente Ana Pellini chegou a reconhecer que "o projeto, como está, não tem a menor condição, não contribui em nada com o serviço público, e estou empenhada em ajudar de alguma forma viável", disse a secretária ao megafone cedido pelo professor.

⁸ <https://www.sul21.com.br/breaking-news/2015/08/representantes-da-fundacao-zoobotanica-fazem-ato-para-pressionar-deputados-a-barrar-extincao-da-entidade/>



Imagem 25: frame do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica que mostra a fala da então secretária do meio ambiente Ana Pellini durante manifestação realizada em frente à SEMA/RS no dia 17/08/2015. Imagens: João Baraldo. 2015.

No dia 20/08/2015 foi realizada na AL/RS a audiência pública sobre o PL300/2015, promovida pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da AL/RS e presidida pelo deputado Adolfo Brito (PP). Segundo o jornal Zero Hora de 20/08/2015⁹, o MP/RS se fez representar por meio do promotor de Justiça José Seabra Mendes Júnior, segundo o promotor

“o MP mantém parceria com ambientalistas e com a FZB e reconhece o trabalho qualificado. Assim, manifesta preocupação com questões como a possível extinção da FZB. Preocupa a destinação duvidosa de espécimes e do banco de sementes, a maioria não encontrada em outros locais, e o fornecimento do veneno para soro antiofídico. O MP está convicto de que a AL saberá examinar o tema com a cautela devida, ouvindo a voz das ruas”.

Durante a audiência, “alguns servidores da FZB/RS se revezaram no microfone para apresentar dados do Jardim Botânico, do Museu de Ciências Naturais e do Zoológico” (Tentardini, 2018, p. 67). Na audiência a FZB/RS ganhou ainda o apoio de representantes da UFRGS, PUCRS e do 1º Batalhão Ambiental da Brigada Militar. As universidades ressaltaram a relevância científica da fundação, o professor e diretor do Instituto de Biociências, João Ito Bergonci, também esteve presente e leu, em nome da UFRGS, a moção do Conselho Universitário (CONSUN), assinado pelo reitor Carlos Alexandre

⁹ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/08/acho-que-ele-matou-minhas-aulas-de-ecologia-diz-ex-professor-de-sartori-sobre-extincao-da-fzb-4829140.html>

Netto, e encaminhada ao Governo Sartori, com manifestação contrária à extinção da FZB/RS¹⁰. Segundo o comandante do batalhão, major Rodrigo Gonçalves Santos,

“precisamos de laudos técnicos muito certos, com muita credibilidade. Os laudos fornecidos pela FZB são inquestionáveis no plano jurídico. Três mil animais são apreendidos por ano somente na Região Metropolitana de Porto Alegre. Todos acabam passando pelo Cetas (*Centro de Triagem de Animais*) do zoo de Sapucaia. Se não tivermos o Cetas, nos preocupa muito: para onde levar os animais apreendidos? O projeto de lei terá reflexos em órgãos de fiscalização e proteção ambiental”

Segundo a bióloga Josy Matos, a respeito da referida audiência,

“eu não acredito que seja falta de conhecimento, para mim é falta de interesse. Uma vez eu disse em uma audiência que eles sabem, essa Assembleia sabe muito bem o que a Fundação Zoobotânica faz, porque nós estivemos aqui durante um ano mostrando o nosso trabalho. Os deputados sabem o que a Zoobotânica faz, mas não têm interesse em manter, porquê? Porque nós trabalhamos com meio ambiente, junto a SEMA/RS e FEPAM/RS, desenvolvemos pesquisas que vão servir de base para fazer licenciamento ambiental, para fazer plano de manejo, para fazer a gestão pública, ou seja, quais os principais espaços a serem conservados no estado, que espécies são importantes, onde elas estão e porque determinado espaço não pode ser destruído e sim mantido, porque é beira de rio, porque tem nascentes, ou porque contém espécies importantes, então a FZB/RS sabe isso, porque nós fazemos um trabalho específico com o meio ambiente” (Josy Matos em entrevista no dia 21/11/2018).

Ao fim da audiência, “foi entregue aos membros da comissão um calhamaço com dois abaixo-assinados contendo 39 mil assinaturas e correspondências com demonstrações de apoio à FZB de 800 instituições, sendo 18 de outros países” (Tentardini, 2018, p. 67).

No fim, tratou-se de uma fracassada primeira tentativa do governo estadual de extinguir a FZB/RS, já que o governo do Estado “retirou o pedido de urgência no Legislativo gaúcho em relação ao projeto de lei (PL) 300/2015, que prevê a extinção da Fundação Zoobotânica” (Tentardini, 2018, p. 68) e, segundo o bolsista da FZB/RS João Baraldo,

“foi uma luta exitosa, porque nós conseguimos congregamos vários setores da sociedade civil, a comunidade aqui do bairro Jardim Botânico, os ambientalistas e os estudantes como um todo e também vários professores e outras pessoas da academia em defesa dessa instituição. Então foi uma luta árdua lá em 2015 em que tivemos êxito, porque o

¹⁰ <https://www.ufrgs.br/biociencias/index.php/noticias/206-ufrgs-manifesta-se-contraria-a-extincao-da-fzb-em-audiencia-publica>

regime de urgência em que foi colocado o PL300 na Assembleia Legislativa foi retirado e, posteriormente, o próprio PL300 deixou de circular porque o próprio governo reconheceu que não conseguiria levar adiante” (João Baraldo em entrevista no dia 17/10/2018).



Imagens 26 e 27: manifestação na Praça da Matriz e adesivo da campanha contra a extinção da FZB/RS. Fotos: Caroline Ferraz/Jornal Sul21. 2016.

No entanto, “o período de paz” durou pouco, no ano seguinte (2016) o governo intensificou sua ação, submetendo novamente à AL/RS um novo projeto de lei, PL246/2016, que, dessa vez, tratava-se de um pacote de extinção de 6 fundações públicas do RS: Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), Fundação de Economia e Estatística (FEE), Fundação Zoobotânica (FZB), Fundação Piratini (TVE/FM Cultura), Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) e Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan). Neste momento,

“uma frente de entidades de representação dos servidores estaduais foi às ruas mobilizar a opinião pública, promovendo desde grandes passeatas que culminavam na frente do Palácio Piratini a atos culturais e seminários. As manifestações se iniciavam nas redes sociais e seguiam no combate corpo a corpo com os deputados na Assembleia” (Tentardini, 2018, p.14).

Segundo João Baraldo,

“nesse momento a luta foi retomada, foi um processo muito intenso, foi muito difícil a nossa luta principalmente porque todas as fundações estavam juntas e aí tentar a conversa com os deputados para defender a FZB/RS e ao mesmo tempo a gente tinha que defender as outras fundações também, porque todas têm a sua devida importância, porém isso fragilizou um pouco a nossa luta, na medida em que um deputado reconhecia que a FZB/RS tinha sua importância, mas ao mesmo tempo achava que outra fundação não tinha muita importância, e as duas estavam no mesmo projeto” (João Baraldo em entrevista no dia 17/10/2018).

A interlocutora Josy Matos também julga “que é uma estratégia para facilitar a extinção, porque tinha ali [no Pacote] algumas fundações que as pessoas achavam que realmente deveriam ser extintas e outras fundações que praticamente ninguém queria extinguir, que era no caso a Fundação Zoobotânica, a FEE e a Cientec”. Ela recorda que

“neste segundo momento foi muito difícil para nós, porque deputados que estavam conosco no primeiro momento, neste segundo momento quando aparecem as outras fundações junto eles dizem “não agora a gente não pode mais, não tem como né, vamos ter que apoiar o governador e vamos ter que extinguir todas as fundações e demitir todos os funcionários”. Foi um choque para nós, e retomamos o movimento” (Josy Matos em entrevista no dia 21/11/2018).



Imagem 28: segundo abraço simbólico ao JBPA em 29/11/2016. Foto: Marcelo Ribeiro/Jornal do Comércio.

No dia 29/11/2016 iniciaram-se as mobilizações contra o PL246/2016, “além dos funcionários e técnicos da fundação, participaram estudantes, professores das universidades e pessoal das outras instituições de pesquisa que estão ameaçadas” (Tentardini, 2018, p.71). Os manifestantes empreenderam mais um abraço simbólico ao JBPA, onde se situa a sede da FZB/RS.

No dia 04/12/2016 foi a vez da população dar um abraço simbólico no PZ, em Sapucaia do Sul. O ato ocorreu por volta das 10h daquele domingo em frente a Reserva Florestal Pe. Balduino Rambo às margens da BR 116. Segundo matéria do Jornal VS¹¹,

“entre as pessoas que abraçavam o parque zoológico, estava o tratador de animais, Rodolfo Thum, de 57 anos. O servidor trabalha desde 2001 na instituição e disse estar preocupado com a possível extinção da Fundação Zoobotânica. “Isso é um absurdo. Não está nada claro ainda. O governador deveria excluir outras secretarias que dão mais prejuízos ao Estado do que o próprio zoológico”, ressaltou. A mesma opinião é compartilhada pela servidora pública, Inês de Oliveira, de 56 anos. “Este Projeto de Lei foi encaminhado às pressas para o Legislativo, na calada da noite, sem abertura para negociação”, reclamou a funcionária que trabalha há mais de 30 anos no zoológico”.



Imagens 29 e 30: abraço simbólico ao Parque Zoológico em 04/12/2016. Fotos: Diego da Rosa/GES.

Segundo João Baraldo, este segundo momento

“foi muito distinto do de 2015 [PL300], em 2016 fecharam-se todas as possibilidades de conversa, durante a semana de votação, que também foi em regime de urgência, a AL/RS estava completamente cercada pela Brigada Militar, estava tudo gradeado, os pesquisadores que tinham reuniões com deputados não conseguiram entrar naquela semana, de fato a casa do povo estava fechada” (João Baraldo em entrevista no dia 17/10/2018).

Segundo o interlocutor, as possibilidades de diálogo acabaram “justamente porque não havia como defender racionalmente a extinção da FZB/RS pelos argumentos econômicos, que caíram por terra”. O atual presidente da AFFZB/RS Jan Karel esclarece que “a justificativa econômica dada pelo governo caiu por terra, porque o orçamento da FZB/RS significa apenas 0,04% do orçamento do estado, ou seja, muito pouco comparado

¹¹ <https://www.jornalvs.com.br/conteudo/2016/12/noticias/regiao/2040131-abraco-ao-parque-zoologico-tenta-impedir-extincao-da-fundacao-zoobotanica.html>

com outros gastos”, ou seja, “o gasto que representamos para o estado é pequeno comparado com o retorno que nós oferecemos através de todo trabalho desempenhado pela fundação”.



Imagens 31 e 32: frames do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica que mostra os manifestantes em frente à AL/RS no dia da votação que aprovou a extinção da FZB/RS e demais fundações públicas. Imagens: João Baraldo. 2016.

A aprovação do PL246/2016 na AL/RS, em 21 de dezembro de 2016, deu-se em meio a muita resistência e policiamento ostensivo. Segundo João, “apanhamos, de fato, da Brigada Militar, nós fomos recebidos a bala de borracha, a gás lacrimogêneo por um governo que está dentro da democracia, mas não escuta o seu povo”. O estudante relata que

“na madrugada do dia 20 para 21 de dezembro de 2016, na votação do PL246, infelizmente eu fui o único estudante que tive a oportunidade de estar nesse momento, a AL/RS não estava lotada, porque fichas foram distribuídas para um número restrito de pessoas que podiam entrar, eu fui um dos que consegui e pude acompanhar lá dentro da AL/RS toda a sessão que foi um misto de desinformação por parte do governo, com falas que não se sustentavam, e muita revolta nossa por saber que lá fora muitos companheiros não puderam entrar e estavam lá apanhando” (João Baraldo em entrevista no dia 17/10/2018).

Como o PL246/2016 se tratava de um pacote, João Baraldo relata que

“a primeira estratégia foi desmembrar o PL246, para que as fundações fossem votadas separadamente, a tentativa de assim salvar alguma fundação. Porém a base aliada do governo votou para que não fosse desmembrado o PL, que foi votado na íntegra e assim ali por 4h da manhã encerrou a votação e a FZB/RS teve sua extinção aprovada, junto com as demais fundações” (João Baraldo em entrevista no dia 17/10/2018).

um conjunto muito grande de instrumentos legais para garantir o compromisso do Estado com a biodiversidade. E o que percebemos, principalmente nos últimos anos com o governo de Ivo Sartori (PMDB/RS), é que isso tudo está sendo desmoroado dentro de um projeto imediatista de setores da economia que não conseguem conviver com a biodiversidade, que não consegue conviver com a ciência, com o conhecimento, é um governo profundamente obscurantista que tem a premissa de que para desenvolver os setores econômicos aliados a ele é preciso derrubar as travas e ao mesmo tempo permitir que a privatização, permitir que empresas privadas ocupem os espaços que são públicos, mesmo se tratando de funções essenciais que a FZB/RS e demais fundações desempenhavam” (Paulo Brack em entrevista no dia 28/09/2018).

O processo de extinção da FZB/RS é uma das feições de uma crise que assola o ser humano na contemporaneidade, segundo Paulo Brack,

“uma crise socioambiental, muito ampla e sistêmica, e a questão ambiental é uma crise pela sobrevivência, ou seja, não se trata de um meio ambiente afastado de nós, na verdade a área ambiental está nesse bojo todo de retirada de garantias, de espoliação de direitos que foram conquistados depois de décadas” (Paulo Brack em entrevista no dia 28/09/2018).

Com a aprovação do PL246/2016 na AL/RS, em 21/12/2016, encerra-se a batalha legislativa no processo de extinção da FZB/RS.



Imagem 34: manifestante em frente à AL/RS após a votação que aprovou a extinção da FZB/RS e demais fundações. Foto: Luiz Damasceno/Mídia Ninja. 2016.

1.5 A batalha judicial

A batalha legislativa é então seguida de uma batalha judicial, encabeçada pela Frente Jurídica em Defesa das Fundações (FJDF) e MP/RS. Uma batalha judicial que se caracteriza em uma série de ações propostas pela FJDF e MP/RS para tentar reverter a decisão do legislativo de extinguir as fundações. Segue um breve histórico dela.

No dia 17/01/2017, foi publicado no Diário Oficial do Rio Grande do Sul os decretos que sancionam a lei n. 14.982/2017, que autoriza a extinção das fundações. No mês seguinte, fevereiro de 2017, após realizar uma vistoria nos acervos do JBPA e do MCN-FZB/RS, a promotora Ana Marchesan e os colegas Alexandre Saltz, Annelise Steigleder e Josiane Camejo assinaram uma Ação Civil Pública, com pedido de liminar, contra o Estado do Rio Grande do Sul, para proteger o patrimônio da FZB/RS. A Ação Civil Pública

“requer que o Estado apresente em juízo um plano para a extinção da FZB que garanta a continuidade e a mesma qualificação de todos os serviços e atividades do Jardim Botânico e do Museu de Ciências Naturais, e providenciar imediatamente o conserto do muro que faz a divisa com a Vila Juliano Moreira. Por fim, determina ao IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul) a inscrição do Jardim Botânico no Livro Tombo, por já ter sido declarado patrimônio cultural do Estado, em 2003¹²”.

Um mês depois, no dia 10/04/2017, a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Porto Alegre ingressou com pedido de “apreciação imediata” da Ação Civil Pública ajuizada contra o Estado do Rio Grande do Sul para proteger o patrimônio da FZB/RS. A referida liminar

“solicitada pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre impede que o governo do Estado demita o quadro técnico-científico e se desfaça de qualquer bem, móvel, imóvel e de animais que constituem o patrimônio material e imaterial do Jardim Botânico e do Museu de Ciências Naturais, dois dos três órgãos vinculados à FZB/RS” (Tentardini, 2018, p. 108).

No dia 24/04/2017 foi realizada no Teatro Dante Barone da AL/RS a audiência pública promovida pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da AL/RS com o tema “O Futuro do Patrimônio Material e Imaterial Proveniente da Extinção da Fundação Zoobotânica (FZB), a Concessão do Parque Zoológico de Sapucaia do Sul e o

¹² https://www.jornalja.com.br/juiz-vai-inspecionar-colecoes-da-zoobotanica-para-julgar-acao-do-mp/?Nova+Publica%C3%A7%C3%A3o+%28%25TITULO%25%29+foi+feita+em+Jornal+J%C3%81+%7C+Porto+Alegre&fbclid=IwAR3Qadh_oExQCwbF5MzFUy6tY4zBn57qnDfq7I01j8ZSqi-OJH9Nxa6RliE

Desmembramento do Horto Florestal", presidida pela deputada Regina Becker Fortunati (REDE).

Em 17/05/2017, o procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC/RS), Geraldo Da Camino, entrou com uma medida cautelar, no Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS), para suspender a extinção das fundações¹³. Segundo o procurador-geral do MPC/RS,

"a realização dos procedimentos para a efetivação das extinções deve guardar relação com os motivos que ensejaram o encaminhamento do projeto de lei, a saber: de que forma as extinções contribuem para o cumprimento das metas de controle de despesas de custeio e para estruturação de uma 'administração enxuta, transparente, eficaz, inserida em um modelo pautado pela modernização da gestão e pela priorização das atividades-fim do Estado'¹⁴".

Em 18/05/2017, o juiz Eugênio Couto Terra, da 10ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central de Porto Alegre pediu acesso à medida cautelar do MPC/RS que questiona a extinção da FZB/RS. No dia 25/08/2017, o juiz Eugênio Couto Terra, a cargo de julgar o pedido de liminar do MP/RS em defesa da FZB/RS, fez uma visita de inspeção judicial. O juiz foi o primeiro a chegar ao JBPA, “pouco antes das 9h30min chegou sua equipe da 10ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central de Porto Alegre e as promotoras de Justiça Annelise Steigleder e Ana Maria Marquesan, acompanhadas dos seus assessores da Defesa do Meio Ambiente” (Tentardini, 2018, p. 150). Segundo Cléber Tentardini, o juiz inspecionou o Núcleo Regional de Ofiologia de Porto Alegre (NOPA), o serpentário e parte do muro que cerca o JBPA que havia caído e até então não fora consertado. Segundo o juiz Eugênio Couto Terra,

“achei interessante vir porque a percepção in loco facilita bastante quando a matéria é de fato e não de direito. E como aqui tem problemas na infraestrutura, além de outras coisas, e há um pedido de medida liminar que ainda não foi apreciado, que tem muito haver com a questão da segurança de tudo ali” (citado por Tentardini, 2018, p. 151).

O mesmo juiz e sua respectiva equipe fez outra visita de inspeção judicial no dia 21/09/2017, desta vez para averiguar as condições objetivas das coleções científicas do MCN-FZB/RS e das coleções vivas do JBPA. “O juiz reuniu os biólogos curadores das coleções e começou a visita pelo Bromeliário do JBPA. Ali se encontram algumas

¹³ <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/mpc-pede-que-tce-suspenda-extin%C3%A7%C3%A3o-de-seis-funda%C3%A7%C3%B5es-no-rs-1.231329>

¹⁴ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/05/mp-de-contas-ingressa-com-cautelar-para-suspender-extincao-de-seis-fundacoes-9794980.html>

espécies ameaçadas de extinção. Depois, visitou o cactáreo, com aproximadamente 50 espécies do RS, muitas delas também ameaçadas” (Tentardini, 2018, p. 152).

Em novembro de 2017, a FJDF ganhou liminares que impedem o governo do Estado de demitir os servidores da FZB/RS e “o processo da Ação Civil Pública [que] teve início em 10 de fevereiro de 2017 [teve] a decisão liminar parcial expedida no dia 31 de dezembro de 2017, pelo juiz Eugênio Couto Terra, da 10ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central de Porto Alegre” (Tentardini, 2018, p. 60).

Apesar do governo do Rio Grande do Sul ter fixado a data de 17 de abril de 2018 para extinguir as fundações, “no dia 12 de abril de 2018, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS), Cezar Miola, emitiu medida cautelar que impediu o governo de cumprir com o calendário de extinção das fundações” (Tentardini, 2018, p. 23).



Imagem 35: servidores da FZB/RS comemoram a medida cautelar do TCE/RS na entrada principal da fundação. Autor: desconhecido.

A medida cautelar foi provocada por um pedido do Ministério Público de Contas (MPC/RS), travou a demissão ou transferência dos funcionários e determinou “fiscalização *in loco* pela unidade técnica do Tribunal, a ser concluída no prazo máximo de 20 dias, visando à identificação de um plano de transição para a extinção das mencionadas Entidades” (Tentardini, 2018, p. 23).

A Procuradoria-Geral do Estado recorreu e, no dia 22 de maio de 2018, o desembargador Luiz Felipe Silveira Difini, do Tribunal de Justiça, suspendeu temporariamente a decisão do TCE/RS que impedia a extinção das seis fundações. “O desembargador entendeu que a decisão do conselheiro Cezar Miola desconsiderou a

decisão do plenário do TCE, ao reprisar os fundamentos do voto anteriormente proferido e vencido” (Tentardini, 2018, p. 23).

Segundo o biólogo e professor da UFRGS Paulo Brack, “essa extinção é inconstitucional, porque as funções que a FZB/RS exerce através do MCN-FZB/RS, JBPA e PZ são funções essenciais”. Para o professor,

“nós vivemos uma lógica de barbárie que se refletiu, infelizmente, em um dos patrimônios mais importantes do Estado. Vejo que há um enorme descumprimento da lei, o judiciário está de costas a isso, a justiça acha que o governo pode fazer o que quer” (Paulo Brack em entrevista no dia 28/09/2018).

60 anos do Jardim Botânico



Imagem 36: ato-comemoração dos 60 anos do JBPA. 10/09/2018. Foto: Diogo Dubiela.

Em meio a essa batalha judicial, no dia 10 de setembro de 2018 o JBPA completou 60 anos. Por ocasião, funcionários da FZB/RS junto com o professor Paulo Brack (Departamento de Biologia/UFRGS) organizaram um ato-comemoração do aniversário do Jardim. Paulo Brack pretendia uma aula aberta no JBPA com sua turma de alunos do curso de Biologia da UFRGS. No entanto, segunda-feira é um dia de expediente interno, ou seja, dia que o JBPA não abre ao público, logo a aula não aconteceu e o ato-comemoração acabou por ocorrer na rua, em frente ao pórtico de entrada.

A manifestação em si foi rápida, em torno de meia-hora de duração. Quando cheguei ao local já havia a concentração de pessoas e o professor Paulo Brack falava com um megafone nas mãos, em seguida mais 3 pessoas falaram, todas as falas trazem a denúncia do fechamento da FZB/RS e reivindicam seu valor e manutenção. Como era período de eleições, falou-se muito também sobre não votar em candidatos que votaram a favor da extinção das fundações na AL/RS. Inclusive, estavam presentes candidatos ligados a partidos apoiadores da causa, como PT, PCdoB e PSOL.

Após as falas no megafone as pessoas se juntaram para cantar os parabéns para o JBPA e posaram para a fotografia acima, que posteriormente publiquei na página de apoio a FZB/RS no site Facebook, como forma de colaboração que dá continuidade a interação no trabalho de campo. Com os gritos de “Viva o Jardim Botânico!”, “Viva o Museu!” e “Vida longa à Fundação ZooBotânica!” no megafone, encerrou-se com palmas o ato-comemoração.

Um mês depois...

“DECRETO Nº 54.268, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

Declara o encerramento das atividades da
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do
Sul - FZB.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso V, da Constituição do Estado, e

DECRETA:

Art. 1º Ficam encerradas as atividades da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul - FZB, conforme autorizado pela Lei nº 14.982 de 16 de Janeiro de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 53.756, de 18 de outubro de 2017” (DIÁRIO OFICIAL DO RIO GRANDE DO SUL, dia 11/10/2018).

No mesmo mês em que o decreto foi publicado é acatado mais um pedido de liminar do MP/RS que suspende o decreto. Para o advogado Délcio Caye e demais integrantes da FJDF, o ato do governo é inconstitucional, pois

“diferentemente do que a maioria das pessoas possam pensar, os governadores não são eleitos com carta branca para fazerem o que quiserem e implementarem a política que quiserem, ainda que tenha defendido que isso faz parte do seu programa. Nós temos uma lei maior, que é a Constituição do estado do RS, que diz, de maneira taxativa, qual é a forma que o Estado se regula, e qual é a forma que o governador deve governar o nosso estado” (Délcio Caye em entrevista no dia 26/11/2018).

Para Délcio Caye o argumento do Governo é “risível”, dado que “não existe economia nenhuma, pois os servidores vão continuar empregados, em virtude da estabilidade”. Para ele “o Estado tem questões, que obviamente custam dinheiro, mas que são obrigatórias ao Estado, e que se não forem feitas pelo Estado não serão feitas pela iniciativa privada, muito menos nos termos em que devem ser feitas, com resguardo ao meio ambiente e ao patrimônio”. Segundo o advogado,

“os sindicatos têm que continuar representando a categoria. Nós entendemos que há que se defender e tentar manter a inteligência, a produção de conhecimento, os serviços, a qualificação técnica e o mercado de trabalho que é representado por estas fundações. O que se procura, em primeiro lugar, é manter os serviços, em razão de sua importância para o estado e para a população do estado” (Délcio Caye em entrevista no dia 26/11/2018).

Após o desgaste político que envolveu a extinção das fundações públicas do Rio Grande do Sul, dentre outros inúmeros atos de governo, o governador Ivo Sartori (PMDB) não conseguiu se reeleger nas eleições ocorridas em outubro de 2018. Foi eleito para o governo do Rio Grande do Sul o candidato Eduardo Leite (PSDB). Após o período de eleição seguiu suspenso o processo de extinção.



Imagem 37: Cartaz virtual do SEMAPI/RS que anuncia a última suspensão do processo de extinção em uma das páginas web de apoio à FZB/RS no site Facebook. Autor: SEMAPI/RS. 2018.

Em audiência de mediação ocorrida na manhã de terça-feira 18/12/2018, no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), o representante da equipe de transição do novo governo de Eduardo Leite (PSDB/RS) pediu mais tempo para que a situação das Fundações fosse melhor estudada. Desta forma, os processos judiciais relativos às extinções ficaram suspensos até a próxima reunião, marcada para o dia 21/03/2019, às 10h. Enquanto isso seguia uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 486-RS, com pedido de liminar, no STF, que questiona a constitucionalidade da demissão dos servidores das Fundações sem prévia negociação coletiva. E a FJDF conseguiu uma liminar na Justiça do Trabalho que garante a estabilidade dos funcionários, o que impede sua demissão imediata, conforme o texto da lei n. 14.982/2017, aprovada na AL/RS em 21/12/2016.

Segundo o jornal Sul21¹⁵, em matéria publicada dia 17/02/2019,

“De acordo com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag), liminares impedem a extinção formal da Fundação Piratini, da Fundação Zoobotânica e da Cientec, mas os seus servidores já foram absorvidos pela administração direta e respondem, respectivamente, à Secretaria de Comunicação (Secom), à Secretaria de Meio-Ambiente e Infraestrutura (Sema) e à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur)”.

¹⁵ <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2019/02/sobreviventes-do-governo-sartori-servidores-de-fundacoes-aguardam-em-limbo-por-posicao-de-leite/>

Na matéria, o atual presidente da AFFZB/RS Jan Karel reforça que

“o trabalho mais afetado pelo processo de extinção da FZB foi o de pesquisas, visto que alguns pesquisadores deixaram a instituição pelo PDV oferecido pelo governo Sartori e não foram substituídos, e também pelo fato de que as pesquisas de campo foram restringidas. As realocações para a Sema ocorreram principalmente entre aqueles servidores que trabalhavam em áreas administrativas”.

A extinção da FZB/RS foi confirmada pela Justiça do RS em 27/02/2019, quando o TJ/RS negou dois recursos do MP/RS para revogar a extinção da FZB/RS. Segundo matéria do jornal O Globo¹⁶,

“a primeira liminar, que havia sido concedida em favor do MP em abril, impedindo a transferência das funções, das plantas e funcionários a outros órgãos do governo, foi cassada. Conforme o órgão, a Promotoria havia pedido a continuação desse julgamento, o que foi negado. Em outubro, o governo do RS publicou um novo decreto, determinando a extinção da FZB. Mais uma liminar foi obtida pelo MP, suspendendo o decreto. Essa liminar também foi derrubada no julgamento desta quarta. Com essas duas decisões, a Fundação pode ser extinta. Ao G1, o governo do estado disse que "retomará os atos planejados para a extinção da Fundação, conferindo a gestão dos serviços à Administração Pública Direta”.

Uma matéria do Jornal do Comércio¹⁷ de 04/04/2019 anuncia a reestruturação da SEMA/RS, com a incorporação das atividades desempenhadas pela FZB/RS em uma única divisão dentro do Departamento de Biodiversidade. No entanto, passados 2 meses, o atual governo do Rio Grande do Sul ainda não sabe como as funções da FZB/RS seriam assumidas pela SEMA/RS. Conforme matéria do jornal Sul21¹⁸ de 03/05/2019, “uma audiência de conciliação e saneamento, conduzida quinta-feira (2) pelo juiz Eugênio Couto Terra, da 10ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, reuniu representantes do governo estadual, do Ministério Público, dos servidores e de entidades ambientalistas para debater esse tema”. A matéria ainda traz a informação de que entidades ambientalistas do RS passaram a integrar o processo,

“o juiz Eugênio Couto Terra acolheu o ingresso no polo ativo da ação das entidades Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá), União Pela

¹⁶ <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/02/27/justica-do-rs-nega-recursos-contr-extincao-da-fundacao-zoobotanica.ghtml>

¹⁷ <https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/geral/2019/04/677785-em-nova-estrutura-zoobotanica-e-reduzida-a-divisao-de-departamento.html>

¹⁸ <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/05/estado-ainda-nao-sabe-como-assumira-funcoes-da-fundacao-zoobotanica/>

Vida e IGRÉ. Essas entidades poderão participar de todos os atos processuais e apresentar recursos, atuando ao lado do Ministério Público. Elas participaram da audiência e sugeriram que os fatos reconhecidos pelo Estado fossem registrados em ata algumas questões já decididas, entre elas as preocupações imediatas do MP quanto à proteção física da área. Assim, a área física do Jardim Botânico e do Museu de Ciências Naturais não poderá sofrer qualquer diminuição ou desmembramento. Além disso, deverá ser realizada uma reforma do muro que cerca o terreno. O Ministério Público também quer que sejam preservadas as pesquisas, os laboratórios, a biblioteca e os equipamentos da fundação”.

Neste sentido, apesar de decretada e reconhecida judicialmente a extinção da FZB/RS, segue em diante o imbróglio judicial de como proceder às modificações administrativas impostas pela extinção, de modo que não sejam afetados os serviços prestados pela FZB/RS à sociedade e resguardado o patrimônio físico da instituição. Uma vez que as atividades desempenhadas pela FZB/RS passarão para a administração direta do Estado, segue em aberto o alerta crítico das entidades ambientalistas em relação à uma possível intenção do Executivo de interferir na definição da pauta de pesquisas dali em diante, o que pode interferir no futuro das políticas ambientais no Rio Grande do Sul.

1.6 Contexto macro ético, político, econômico e histórico da pesquisa

A economia capitalista mundial no despontar do século XXI passa por grandes mudanças em sua conformação. Tais mudanças resultam do processo histórico de financeirização que estrutura a mundialização da economia durante o século XX. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, e ainda sob os efeitos da Grande Depressão de 1929, 730 delegados de 44 países, incluindo o Brasil, encontraram-se na cidade de Bretton Woods, estado de New Hampshire, nos Estados Unidos da América (EUA), para a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, com o objetivo de reconstruir o capitalismo mundial, a partir de um sistema de regras que regulasse a política econômica internacional. O *Acordo de Bretton Woods* foi um marco que redesenhou o funcionamento do capitalismo, nele foi definido que o dólar seria a moeda de troca internacional e foi criado o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), que, por sua vez, deu origem ao Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O acordo previa taxas de câmbio fixas negociadas internacionalmente, ou seja, os EUA não poderiam alterar as taxas de câmbio sem a

expressa concordância dos demais países signatários do Acordo, uma vez que as taxas de câmbio de outras moedas nacionais eram definidas por referência ao dólar. O *Acordo de Bretton Woods* desdobrou-se nos Planos Marshall e Dodge para a reconstrução da Europa e do Japão, na criação da *Organização do Tratado do Atlântico Norte* (OTAN) e do *Acordo Geral de Tarifas e Comércio* (GATT), de modo a culminar com a criação da *Organização da Comunidade Econômica Europeia* (OCDE).

Nos anos de 1960 ocorrem profundas mudanças nas relações entre os Estados com o avanço do capitalismo mundial, após a reconstrução e consolidação econômica de países da Europa e Ásia. As bases do *Acordo de Bretton Woods* passam a ser erodidas até a ruptura unilateral desse acordo, em 1971, por parte do governo dos EUA, situação “impulsionada pela explosão da dívida e do crescente déficit da balança de pagamentos, reforçada pela emissão de dólares para financiamento da Guerra do Vietnã, gerando o esvaziamento das reservas norte-americanas” (Iamamoto, 2008, p. 116). Em uma conjuntura agravada pela crise do petróleo de 1973, o governo norte-americano então cria mecanismos para financiar a dívida, dando origem à chamada “economia do endividamento”, com o reforço do dólar em relação a outras moedas. No início da década de 1980, os EUA atribuem ao tesouro norte-americano o “estatuto de ativo financeiro” e grandes bancos internacionais organizados passam a realizar empréstimos conjuntos aos países “em desenvolvimento”, então se abre caminho para a abolição do controle sobre fluxo de capitais, acompanhado pela abertura do mercado de títulos públicos. Assim,

“a primeira etapa da liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros (de 1982 a 1994) teve na dívida pública seu principal ingrediente. O poder das finanças foi construído com o endividamento dos governos, com investimentos financeiros nos Títulos emitidos pelo Tesouro, criando-se a *indústria da dívida*. A dívida pública foi e é o mecanismo de criação de crédito; e os serviços da dívida, o maior canal de transferência de receitas em benefício dos rentistas” (Iamamoto, 2008, p. 117).

Neste sentido, as finanças se apropriam e paralisam o Estado, o qual passa a ter a sua função de satisfação das necessidades das grandes maiorias reduzida, uma vez que o fundo público passa a ser canalizado para alimentar o mercado financeiro. Por isso, o elemento que alimenta a mundialização da economia é o aumento da dívida pública. A partir de 1994, em uma segunda etapa da liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros,

“os mercados das bolsas de valores (compra e venda de ações) ocupam o cenário econômico, com a compra de ações dos grupos industriais

pelas instituições financeiras, que apostam na lucratividade futura das empresas. Passam, então, a impor, além da manutenção do monopólio tecnológico e dos estímulos ao trabalho de concepção criativa sob o seu controle, normas de rentabilidade, exigências relativas à produtividade e à intensificação do trabalho, baixos salários, mudanças organizacionais nas estruturas produtivas, “flexibilidade” das formas de remuneração, etc.” (Iamamoto, 2008, p. 118).

Estamos aqui a expor um breve histórico do surgimento, liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros, como forma de estruturação de uma economia mundial, que vivemos hoje no início deste século XXI. Neste processo os Estados nacionais exercem um papel central, pois são eles que operacionalizarão tais mudanças na dinâmica do capitalismo, no lastro dos tratados internacionais. Assim, em novembro de 1989 foi realizado nos EUA o *Consenso de Washington*, o qual consistiu em uma conjugação de grandes medidas econômicas - que se compõe de dez regras básicas - formulado por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o BM e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do FMI em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento.

O *Consenso de Washington* foi usado para impor o neoliberalismo¹⁹ e o fundamentalismo de livre mercado aos países emergentes. Foi usado ao redor do mundo para consolidar o receituário de caráter neoliberal - na onda mundial que teve sua origem durante a década de 1970 no Chile de Augusto Pinochet, sob orientação de economistas como Milton Friedman, da Escola de Chicago, que seria depois seguida por Margaret Thatcher, na Inglaterra (thatcherismo), e por Ronald Reagan (reaganismo), nos EUA. Entre as medidas impostas pelo Consenso estavam a redução dos gastos públicos, a reforma tributária, juros e câmbio de mercado, abertura comercial com investimento estrangeiro direto sem restrições, privatização das estatais e desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas). Uma política econômica popularizada e facilitada pelo entusiasmo que gerou a queda do muro de Berlim e foi ajudada pela decadência do socialismo soviético.

¹⁹ Para mais sobre neoliberalismo, assistir o documentário “Doutrina do Choque” de Mat Whitecross e Michael Winterbottom (2009). Baseado no livro “A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre” de Naomi Klein.

No Brasil estes preceitos econômicos neoliberais foram seguidos pelos governos de Fernando Collor de Melo (PRN) de 1990 a 1992, que sofreu impeachment e no seu lugar assumiu o seu vice Itamar Franco (PMDB), que governou de 1992 a 1995, e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), presidente por dois mandatos entre 1995 e 2002. Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2002 o país passou a viver um período de políticas econômicas anticíclicas, as quais rechaçavam em vários pontos o que fora ditado pelo *Consenso de Washington*. A “era PT” como ficou conhecido o período dos governos progressistas de centro-esquerda de Lula (2002-2006; 2006-2010) e Dilma Rousseff (2010-2014; 2014-2016) foi interrompida por um turbulento processo de impeachment por muitos considerado duvidoso, que levou o vice Michel Temer (PMDB) a assumir a presidência do país entre 2016 e 2018. Com o governo de Michel Temer (PMDB) volta a operar no país a ofensiva econômica neoliberal, que tem como marco em seu governo a aprovação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467, de 2017), que mudou as regras relativas a remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho, entre outras. A norma foi aprovada para flexibilizar o mercado de trabalho e simplificar as relações entre trabalhadores e empregadores.

Tal ofensiva econômica neoliberal integra o projeto de financeirização e mundialização do capital²⁰, onde

“a transferência de riqueza entre classes e categorias sociais e entre países está na raiz do aumento do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho, das exigências de contenção salarial, da chamada “flexibilidade” das condições e relações de trabalho, além do desmonte dos sistemas de proteção social” (Iamamoto, 2008, p. 111).

Deste modo, “a desregulamentação, iniciada na esfera financeira, invade paulatinamente o conjunto do mercado de trabalho e todo o tecido social” (Iamamoto, 2008, p. 111). Com a Reforma Trabalhista aprovada no governo de Michel Temer (PMDB), temos mais uma vez o Estado a operacionalizar o triunfo dos mercados, onde “a redução do trabalho protegido tem no seu verso a expansão do trabalho precário, temporário, subcontratado, com perda de direitos e ampliação da rotatividade da mão-de-obra” (Iamamoto, 2008, p. 119).

²⁰ “Nesse quadro, os dilemas do trabalho e da satisfação das necessidades sociais são obscurecidos, em favor das mercadorias e do dinheiro, em quanto produtos do capital. A hipótese analítica é que o resultado desse processo tem conduzido à banalização da vida humana, que se encontrara na raiz da *questão social* na era das finanças, na qual o capital, em luta contra sua crise, torna-se um “espectro de si mesmo”, como anota Finelli (2003), parafraseando Marx: oculta e dissimula na sua superfície aparente e sedutora o processo interior que o gera e reproduz” (Iamamoto, 2008, p. 21).

Não obstante, a grande crise do capitalismo mundial financeirizado, iniciada em 2008, exige não só a intensificação da exploração da força de trabalho como da degradação ambiental. Algo favorecido por uma conjuntura política de governos de direita e extrema-direita, que procedem a tomadas de decisão que visam garantir a vitória do capital (Marx) sobre o trabalho das pessoas e a conservação do meio ambiente. Na esteira da eleição de Donald Trump para presidente dos EUA, ocorre em 2018 a eleição de Jair Bolsonaro (PSL) para a presidência do Brasil, candidato da extrema-direita ultraliberal conservadora. Em consonância com a aprovação da Reforma Trabalhista no governo de Michel Temer (PMDB), Jair Bolsonaro (PSL), como um de seus primeiros atos de governo, extinguiu o Ministério do Trabalho, criado por Getúlio Vargas em 26 de novembro de 1930.

A desregulamentação, iniciada na esfera financeira, invade paulatinamente também o conjunto das políticas ambientais. A partir de 2019, o governo de Jair Bolsonaro (PSL) inicia um desmonte sistemático de toda política ambiental que vem sendo construída a mais de 40 anos no Brasil. Alinhado ao presidente dos EUA Donald Trump, procede ao descumprimento unilateral dos compromissos assumidos pelo país no Acordo de Paris (tratado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), em concordância com a construção de um discurso negacionista em relação às mudanças climáticas. A COP25 (Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas), que aconteceria no Brasil em 2019 teve que ser transferida para o Chile. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) na prática passa a atuar de maneira subordinada ao Ministério da Agricultura (MA), com um ministro muito mais próximo dos ruralistas que dos ambientalistas. Inicia-se, então, uma “flexibilização” da fiscalização ambiental e dos processos de licenciamento ambiental, redução do controle de agrotóxicos, afrouxamento de regras para o descarte de resíduos da perfuração de poços de petróleo e retirada da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) do MMA. Com a construção de uma retórica da “indústria da multa”, ocorre a paralisação do sistema de punição e aplicação de multas ambientais, deixa-se de destruir os equipamentos apreendidos dos madeireiros ilegais, passa-se a um estímulo ao desmatamento, e áreas de preservação natural e terras indígenas e quilombolas criadas ao longo do tempo passam a ser revistas com o propósito de sua abertura para a exploração turística e agrícola.

Neste cenário, cabe aqui mencionar a formação de uma inédita e histórica Frente de ex-ministros do meio ambiente, dos governos Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma Rousseff e Michel Temer, para apontar o sistemático desmonte. Essa Frente de ex-ministros publicaram uma Carta em 8 de maio de 2019 em que apontam que “a governança socioambiental no Brasil está sendo desmontada, em afronta à Constituição”. Conforme consta na referida Carta,

“o discurso contra os órgãos de controle ambiental, em especial o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e o questionamento aos dados de monitoramento do INPE, cujo sucesso é auto evidente, soma-se a uma crítica situação orçamentária e de pessoal dos órgãos. Tudo isso reforça na ponta a sensação de impunidade, que é a senha para mais desmatamento e mais violência”.

Na Carta os ex-ministros do meio ambiente são enfáticos em relação ao desmatamento:

“Estamos diante de um risco real de aumento descontrolado do desmatamento na Amazônia. Os frequentes sinais contraditórios no combate ao crime ambiental podem transmitir a ideia de que o desmatamento é essencial para o sucesso da agropecuária no Brasil. A ciência e a própria história política recente do país demonstram cabalmente que isso é uma falácia e um erro que custará muito caro a todos nós”.

Neste sentido, é grave a perspectiva de “flexibilização” do licenciamento ambiental, travestido de “eficiência de gestão”, num país que acaba de passar por grandes traumas como o rompimento de barragens de mineração nas cidades de Mariana e Brumadinho, ambas no estado de Minas Gerais.

Portanto, é neste contexto de financeirização e mundialização da economia e sua crise, a qual impõe a privatização do Estado e o desmonte das políticas públicas trabalhistas e ambientais, a chamada “flexibilização” da legislação protetora do trabalho e do meio ambiente, que se dá o processo de extinção da FZB/RS.



Ajuste fiscal

Sartori pede aprovação de pacote e retirada de plebiscito para venda de estatais

Pronunciamento do governador ocorreu na manhã desta quarta-feira no Palácio Piratini

05/04/2017 10:40 05/04/2017 10:44

Compartilhar



O governador José Ivo Sartori se pronunciou na manhã desta quarta-feira (5), no Palácio Piratini, na capital, sobre a situação financeira do Estado.

Sartori reiterou a necessidade de aprovação do pacote de ajuste

Imagens 38 e 39: reportagens on line que noticiam o “Pacote Sartori” em 2016 e 2017. Fonte: Jornal O Globo e Jornal NH²¹.

Em sintonia com o então presidente Michel Temer (PMDB), o governador Ivo Sartori (PMDB) anunciou em 21/11/2016 um pacote de medidas para combater a crise financeira do Estado. Medidas que visam a remodelação da estrutura do Estado em sua administração direta e indireta e ampliação do ajuste fiscal. Entre as medidas anunciadas estão a diminuição do número de secretarias, através da fusão de pastas já existentes. Propõe-se a extinção de nove fundações públicas: Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), Fundação Cultural Piratini (FCP-TVE), Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), Fundação de Economia e Estatística (FEE), Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS), Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF), Fundação Zoobotânica (FZB) e Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regionalização Administrativa e dos Recursos Humanos (Metroplan). Entre as autarquias, a Superintendência de Portos e Hidrovias será extinta. E entre as companhias, será extinta a Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (Corag). Já a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM), a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás) e a Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa) serão privatizadas.

²¹ Disponíveis em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/11/governo-extingue-nove-fundacoes-e-reduz-numero-de-secretarias-no-rs.html> e https://www.jornalnh.com.br/conteudo/2017/04/noticias/rio_grande_do_sul/2093478-sartori-pede-aprovacao-de-pacote-e-retirada-de-plebiscito-para-venda-de-estatais.html

Capítulo 2

Percursos teórico-metodológicos no trabalho etnográfico

2.1. A experiência etnográfica

A pesquisa etnográfica

Esta pesquisa consiste em um estudo etnográfico na instituição de Estado FZB/RS, com a interlocução de seus pesquisadores, demais funcionários e outros atores envolvidos no movimento de resistência à sua extinção.

A *etnografia* é o método de investigação específico da Antropologia Social, embora seja também utilizado por pesquisadores de outras áreas do conhecimento. O método etnográfico foi desenvolvido por Bronislaw Malinowski (1922), um dos pioneiros da disciplina antropológica. No final do século XIX, a escola antropológica norte-americana representada por Franz Boas rompeu com o modelo evolucionista de interpretação das culturas, que as julgava de acordo com uma visão linear de progresso. Assim, no modelo calcado no evolucionismo, com Edward Tylor, Lewis Morgan e James Frazer a cultura tinha uma concepção universalista, baseado na ideia de uma unidade psíquica da humanidade: com isso, para aqueles pensadores e outros que se fundamentavam em torno de ideias de um darwinismo social, as culturas evoluíam, passando todas pelos mesmos estágios, rumo ao progresso. Boas negou esse modelo de explicação baseado na evolução de estágios culturais, adotando, por outro lado, uma perspectiva particularista de relativização, que via cada cultura como algo único. Na esteira do particularismo cultural de Boas, Malinowski propôs uma nova perspectiva ao método com a incorporação da prática do *trabalho de campo* como crucial para o desenvolvimento da pesquisa.

Trata-se do advento da antropologia moderna, em um mesmo círculo ao qual se adere Frazer, Boas e Malinowski. Com a ideia de cultura, costumes e posterior figura do pesquisador de campo surge também o quadro de referência que opõe o eu e o outro, em verdade surge a figura do outro, em um primeiro momento selvagem e exótico, propício ao colonialismo (Asad). Neste sentido, Marilyn Strathern contextualiza o advento da fase modernista na história da antropologia, como "autoconsciência em relação à criação de um contexto para ideias que não são elas mesmas novidade" (Strathern, 2013, p. 177),

uma autoconsciência do outro, "uma disjunção entre observador (sujeito) e o observado ([sujeito]objeto), disjunção que tornou o observador consciente da técnica e acabou por levar à conceitualização da prática antropológica como construção de modelos" (Strathern, 2013, p. 182).

Para Malinowski, o objetivo é "apreender o ponto de vista do nativo [o outro]", de modo a construir uma representação mais fidedigna da cultura do outro (interlocução na pesquisa), representação que passa por um trabalho de textualização (Clifford), e o leitor/a do texto é quem completa a triangulação em que consiste o encontro etnográfico (Peirano), uma relação entre antropólogo/escritor, interlocução de pesquisa e leitor, uma triangulação que se rearranja conforme transições de épocas na história da antropologia, dos pré-modernos, passando pelos modernistas e a chegar nos pós-modernos, os quais passam a viver o dilema da autorepresentação e abalo de sua autoridade etnográfica (Marcus; Clifford), onde emerge um modo dialógico e polifônico de produzir em que, no mínimo, a representação passa a desdobrar-se sobre si mesma ou temos um movimento de tripla hermenêutica no jogo de disputa e negociação de sentido da produção etnográfica. De um modo geral, um quadro de referência modernista de uma distinção entre nós e eles, eu e o outro, que criou o contexto para situar o (a) escritor (a) em relação àqueles que descrevia e que se propõe a comparar suas culturas (Strathern).

O método etnográfico, portanto, compreende técnicas e procedimentos de produção de dados através da prática de um trabalho de campo. Neste sentido, "a prática da pesquisa de campo etnográfica responde, pois a uma demanda científica de produção de dados de conhecimento antropológico a partir de uma inter-relação entre o(a) pesquisador(a) e o(s) sujeito(s)" (Eckert e Rocha, 2013, p. 53). Nesse trabalho o pesquisador recorre às técnicas da observação direta e participante, conversas formais e informais, assim como entrevistas não-diretivas, registro em fotografia e/ou vídeo e diário de campo com anotações realizadas durante o trabalho de campo. Sobre a observação participante, reitera-se que ela é

"a técnica mais apropriada, seja para investigar os saberes e as práticas na vida social, seja para reconhecer as ações e representações coletivas na vida humana. Ela comporta perceber contrastes sociais, culturais, e históricos. As primeiras inserções no universo de pesquisa, conhecidas como "saídas exploratórias", são norteadas pelo olhar atento ao contexto e a tudo o que acontece no espaço observado. A curiosidade é logo substituída por indagações sobre como a realidade social se constrói. Esta demanda é habitada por aspectos comparativos que nascem da inserção densa do pesquisador, comprometido em refletir

sobre a vida social, desde que disposto a vivenciar a experiência de inter-subjetividade, sabendo-se ao mesmo tempo objeto de observação” (Eckert e Rocha, 2013, p. 55).

Trata-se de uma técnica de pesquisa que exige a escuta atenta do pesquisador em seu universo ou contexto de pesquisa, sendo que “a disposição de escutar o Outro não é tarefa nem evidente nem fácil. Exige um aprendizado a ser conquistado a cada saída de campo, a cada visita para entrevista, a cada experiência de observação” (Eckert e Rocha, 2013, p. 60). No caso das entrevistas, não são fechadas ou diretivas, ao contrário, devem ser abertas para adequações que se farão necessárias em virtude da própria dinâmica da interação em campo. Pois

“a preocupação desmedida do(a) pesquisador(a) com a estrutura de uma entrevista dirigida, transformada quase em questionário, e sua insistência no distanciamento do entrevistado e das situações de vida ordinária pode, em antropologia, conduzir o etnógrafo ao desencontro etnográfico, e até mesmo ao desconforto do desinteresse por parte do grupo de investigação” (Eckert e Rocha, 2013, p. 70).

Entre a observação direta e a realização de entrevistas o pesquisador etnográfico realiza anotações que darão forma ao seu diário de campo, o qual também constitui-se em uma técnica para “arranjar o encadeamento de suas ações futuras em campo, fazendo uma avaliação das incorreções e imperfeições ocorridas no trabalho de campo, das dúvidas conceituais e sobre procedimento ético” (Eckert e Rocha, 2013, p. 72). Nos termos do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2000), olhar, ouvir e escrever como atos fundamentais para caracterizar o trabalho etnográfico e a forma de produzir conhecimento na Antropologia. Sobre o uso da imagem na pesquisa etnográfica, trataremos no item 2.4.

Antropologia urbana e etnografia na cidade

A presente pesquisa situa-se no âmbito de uma Antropologia Urbana, que se propõe a pensar a cidade e sua dinâmica no tempo, como o sugere Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert em *O Tempo e a Cidade* (2005). A FZB/RS, em especial o MCN-FZB/RS e o JBPA, constitui-se em espaços da cidade de Porto Alegre. Portanto, uma ação que, de alguma forma, intervenha nos espaços do MCN-FZB/RS e JBPA é uma ação que intervém em espaços consagrados da cidade de Porto Alegre. Reside aí também a ressonância na cidade suscitada pelo movimento de resistência ao processo de extinção da fundação. Quando as pessoas empreendem um abraço ao JBPA elas estão a abraçar

um lugar da cidade, o mesmo em relação ao abraço no PZ e o município de Sapucaia do Sul.

No século XX presenciamos a emergência de uma Antropologia Urbana, sobretudo com estudos da Escola de Chicago (EUA), a partir da leitura de autores clássicos como George Simmel dentre outros. Sobre a influência de Simmel, escreve Evaristo de Moraes Filho que

“além de Small, que lhe traduziu a maioria dos ensaios, vai caber a Park e Burgess, de Chicago, em 1921, a difusão de suas ideias no livro de leituras que organizaram. Conceitos tais como: processos sociais, interação, acomodação, competição, conflito, cooperação, mundo rural e urbano (a grande cidade), espaço social, distância, contatos primários e secundários, dominação e subordinação, ganharam desde logo foros de cidadania, fazendo às vezes esquecer suas origens. A segunda geração da Escola de Chicago, entre os quais se destacam Wirth, Mackenzie e Hughes, ainda muito devem a Simmel” (Moraes Filho, 1983, p. 27).

Portanto, antropólogos (as) além de desenvolverem etnografias em sociedades simples e tribais, passaram a se dedicar as sociedades complexas moderno contemporâneas (Velho) como seu objeto de estudo. Nestas a cidade se constrói como espaço privilegiado para as pesquisas antropológicas, na medida em que “a cidade passa a ser o contexto no qual se desenvolvem vários processos e fenômenos sociais. Ela certamente não é a principal causa destes fenômenos, embora possa intervir no seu desenvolvimento” (Oliven, 1980, p.29).

No entanto, surgem certos dilemas teórico-metodológicos e éticos quando antropólogos (as) decidem voltar sua atenção para sua própria sociedade ocidental moderna. Fazer a antropologia em sociedades complexas moderno contemporâneas significa para o antropólogo (a) “interpretar sua própria cultura e questionar seus pressupostos que são frequentemente aceitos como dados inquestionáveis pela maioria da população em geral e mesmo por vários pesquisadores” (Oliven, 1980, p. 34). É quando antropólogos (as) se dão conta teórico-metodologicamente de que a distância, mais que geográfica, é simbólica. Pois como coloca Gilberto Velho, “há distâncias culturais nítidas internas ao meio urbano em que vivemos, permitindo ao “nativo” fazer pesquisas antropológicas com grupos diferentes do seu, embora possam estar basicamente próximos” (Velho, 1980, p. 16).

Assim, realizar uma etnografia em meio urbano, na cidade, passa a requerer do antropólogo (a) o estranhamento do que lhe é familiar. O estranhamento é um movimento

epistemológico de distanciamento necessário ao etnógrafo (a) para compreensão dos momentos vividos no trabalho de campo e, por sua vez, busca por entendimento das questões que norteiam a realização da pesquisa. Faz-se então necessário um movimento dialético entre envolvimento e estranhamento, já que “familiaridade e proximidade física não são sinônimos de conhecimento, assim como viajar milhares de quilômetros não nos torna livres de nossa socialização com nossos estereótipos e preconceitos” (Velho, 1978, p. 16). Este movimento dialético entre envolvimento e estranhamento na realização do trabalho de campo da etnografia é fundamental para a percepção do arbitrário social, e “isto é possível, sem necessariamente levar à loucura, porque a vida social e a cultura se dão em *múltiplos planos*, em várias *realidades* que estão referidas a *níveis institucionais* distintos” (Velho, 1978, p. 18) em sociedade consideradas complexas. Tal movimento pode ser compreendido também como uma desfamiliarização, que é “a tarefa antropológica de desnaturalizar as diversidades interiorizadas como determinações sociais, em que a cidade é tão somente contexto que desafia a compreensão de ações plurais e múltiplas vozes.” (Eckert e Rocha, 2013, p. 50).

Pesquisa de campo

Deste modo, para construir a presente etnografia urbana e visual na FZB/RS empreendi uma observação direta no MCN-FZB/RS, JBPA e PZ. Nestes lugares desenvolvi conversas informais acerca do funcionamento da fundação e o seu processo de extinção, procedi a realização de 21 entrevistas formais não-diretivas com pesquisadores (as), bolsistas e outros funcionários da instituição e demais atores envolvidos na defesa da FZB/RS, como o advogado integrante da Frente Jurídica em Defesa das Fundações, o professor do Departamento de Biologia/UFRGS e o jornalista na Associação Riograndense de Imprensa.

Em todas estas entrevistas privilegiei o tema do relato da trajetória na instituição e de projeto orientadas por Gilberto Velho. As noções de *projeto* e *trajetória* de Gilberto Velho servem para pensar as construções e fenômenos sociais na cidade. A FZB/RS é aqui compreendida como um grande projeto coletivo no decorrer da história, um projeto de mais de 40 anos. Trata-se de vidas fragmentadas na cidade, cada uma envolvida em

seu *projeto* individual²², mas que em dado momento se unem em torno de um *projeto* coletivo²³. O fato da FZB/RS se constituir em um projeto histórico da sociedade também influi na resistência ao seu processo de extinção, um processo que acaba por configurar um conflito social.

George Simmel ao discorrer sobre a natureza sociológica do conflito, toma-o como intrínseco à dinâmica da vida social, de modo que “não existe unidade social onde correntes convergentes e divergentes não estão inseparavelmente entrelaçadas” (Simmel, 1983, p.124). As relações de conflito, por sua vez, também acabam por produzir a cooperação entre as pessoas, a unificação entre os pares, pois “um conflito entre dois indivíduos transforma cada um deles, não apenas em sua relação um com o outro, mas também consigo mesmo. Antes de mais nada existem para o indivíduo as consequências desfiguradoras e purificadoras, enfraquecedoras ou fortalecedoras do conflito” (Simmel, 1983, p. 150). No entanto, “o conflito é mais a oportunidade para as unificações exigidas internamente do que o propósito dessas unificações” (Simmel, 1983, p. 159). Ou seja, a unidade de um grupo ou setor é vivificada quando passa por uma situação de conflito. Assim, o próprio processo de extinção da FZB/RS acabou por se configurar em um conflito, e a sua defesa uma causa, que no fim coube “aproximar pessoas e grupos, que de outra maneira não teriam qualquer relação entre si” (Simmel, 1983, p. 157).

A extinção da FZB/RS como um processo conflituoso que envolve a participação de distintos atores sociais, a saber, o Governo do Rio Grande do Sul, a própria FZB/RS, o parlamento estadual, Movimento de apoio à FZB/RS, TRT4, TJ/RS, FJDF, STF, sindicatos envolvidos, entidades ambientalistas, entidades empresariais, instituições acadêmicas, a imprensa e as pessoas consideradas individualmente. Estes diversos atores, por sua vez, transitam em diversas esferas de atuação, como, a esfera legislativa, a esfera jurídica, esfera midiática e a esfera das ruas, nos modos *on line* e *off line*. No entanto, um processo engendrado por distintos atores em diversas esferas, que se

²² Sobre os *projetos* individuais, o autor diz que “as trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de *projetos* com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros *projetos* individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades” (Velho, 1994, p. 47).

²³ Vale lembrar que “um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham” (Velho, 1994, p. 41), em virtude das diferentes trajetórias.

inscreve na realidade cotidiana como feição de um conflito maior entre capital e trabalho e meio ambiente no mundo contemporâneo globalizado²⁴.

Como bem resume o antropólogo Gilberto Velho,

“é indiscutível que hoje existe uma maior consciência preservacionista, sobretudo em segmentos mais educados, de nível universitário, influenciados pela gravidade da questão ecológica, ambiental e de qualidade de vida. Eles têm seus representantes no legislativo e possuem uma relativa capacidade de pressionar o poder público. Este oscila em um jogo de interesses, em seus diversos níveis, entre atender esses valores e essas expectativas preservacionistas e ceder aos interesses e às motivações de empresas e indivíduos que colocam o mercado como referência básica” (Velho, 2006, p. 246).

Outro recurso metodológico importante foi a pesquisa em acervos. Fiz buscas em arquivos público e pessoal, como o acervo da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, o acervo oficial da FZB/RS e acervo pessoal de pessoas entrevistadas. As buscas em acervo nos fazem refletir, sobretudo, sobre a importância da fotografia documental como dispositivo de memória e para a pesquisa etnográfica. A imagem fotográfica pode ser percebida como elo vivo entre distintas temporalidades, por carregar elementos interpretativos da realidade, que sobreviveriam através da história por meio das imagens, no sentido da imagem como algo “repleto de interferências que se alteram de acordo com o período ou o lugar a qual está pertença, e mesmo assim, consegue manter certas ligações, objetivas ou subjetivas, com outras imagens ou outras interferências” (Oliveira e Peres, 2014, p. 51). Ainda segundo as autoras,

Warburg, por intermédio de suas pesquisas com o Atlas Mnemosyne, buscou demonstrar a existência de uma pós-vida, ou “sobrevivência”, das imagens, (*Nachlebender antike*), que, de acordo com Baitello Junior (2010: 60), refere-se ao momento em que “elementos se transportam de uma cultura e de uma época para outra”. Estes elementos são reutilizados ao longo dos tempos pelas criações imagéticas posteriores” (Oliveira e Peres, 2014, p. 53).

Neste sentido, reside aí a importância dos acervos na manutenção de imagens sobreviventes (Didi-Huberman) neste mundo. Imagens que sobreviveram e que possibilitam na atualidade a conexão temporal.

²⁴ Para mais sobre globalização, assistir o documentário “Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá” de Sílvio Tandler. 2006.

Etnografia na internet

Acompanhei o ciberativismo do movimento através de suas páginas web no site de relacionamentos *Facebook* e a cobertura realizada pelos meios de comunicação acerca do tema.

Tanto o monitoramento e interação através de plataformas e ambientes *on line* como *Facebook* quanto as buscas realizadas sobre o assunto em sites de busca como o *Google*, constituem uma dimensão *on line* do trabalho etnográfico em cidades como Porto Alegre no mundo contemporâneo. Vivemos hoje em tempos de cibercultura, a qual “fomenta uma reformulação da modernidade em formas que já não são mediadas somente por considerações literárias e/ou epistemológicas” (Escobar, 2016, p.26). A cibercultura traz à tona novas formas de construção social da realidade e de negociação dessas ditas construções, pois as pessoas passaram a se relacionar não somente com outras pessoas e animais, mas também com diversos dispositivos tecnológicos. Por cibercultura entende-se as tecnologias de computação, informação e a biotecnologia e suas influências na negociação que constrói a realidade,

“enquanto as tecnologias da computação e da informação trazem à discussão um regime de tecnossocialidade (Stone, 1991), considerado como um amplo processo de construção sociocultural posto em ação na esteira das novas tecnologias; as biotecnologias dão lugar à biossocialidade (Rabinow, 1992), uma nova ordem de produção da vida, da natureza e do corpo por meio de intervenções tecnológicas fundamentadas na biologia” (Escobar, 2016, p. 30).

Cabe aqui ressaltar que em tempos de cibercultura temos uma indissociabilidade entre os universos de significação *on line* e *off line*, ou seja, uma concreta reformulação dos modos de encontro e trocas sociais, uma tecnossocialidade que se adere ao círculo anteriormente restrito ao mundo *off line*, uma reformulação que se trata de uma faceta de mais um rearranjo sistêmico do capitalismo, uma vez que a informação e a tecnologia tornam-se “uma parte central do capitalismo na medida em que criação de valor e a mais-valia atualmente dependem amplamente dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos” (Escobar, 2016, p. 47). A pensar na contribuição para as estratégias de pesquisa praticadas na Antropologia Urbana,

“a etnografia posiciona e situa a cibercultura para o lugar onde ela é produzida e significada cotidianamente, ou seja, nas práticas, experiências e sensibilidades da vida vivida e não daquela imaginada. Ali, onde as pessoas, artefatos e outros seres são cruzados e

coproduzidos com e pelas tecnologias digitais” (Segata e Rifiotis, 2016, p. 10).

Atualmente, quando os mais diversos campos e temas de pesquisa antropológica passam a ser atravessados pelo uso da internet e seus dispositivos, o próprio trabalho etnográfico se dá também com interações mediadas pelas plataformas e ambientes de interação *on line*. Portanto, além da relação face-a-face, passamos a ter a relação face-a-tela-a-face, o que configuraria uma aproximação ao que Dornelles (2004) chama de *sociabilidade virtual*, ou seja, “a interação social realizada pela comunicação sincrônica e com contato interpessoal mediado pela tela do computador” (Dornelles, 2004, p. 259). Nesta perspectiva de uma indissociabilidade das dimensões *on line* e *off line*, o fenômeno urbano, assim como a própria realidade em si, é também virtual. A construção da memória coletiva da cidade passa a ser também virtual. Atualmente, a realidade social urbana em sociedades complexas é um *continuun* entre espaço e ciberespaço, formas de sociabilidade clássica e virtual, *on line* e *off line*, face-a-face e face-a-tela-a-face (Segata e Rifiotis, 2016).

Dentro deste escopo, viver na cidade é ser uma intersecção de mundos nas dimensões *on line* e *off line*, “os indivíduos transitam entre domínios do trabalho, do lazer, do sagrado, etc., com passagens às vezes quase imperceptíveis. Podem a qualquer momento transitar de um para o outro, em função de um código relevante para suas existências” (Velho, 1994, p.26).

2.2 Memória e Patrimônio

Memória

Ao desenvolver esta pesquisa, sigo os preceitos das antropólogas Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha, que propõe a noção de *etnografia da duração*, no campo de estudos antropológicos da memória coletiva em cidades contemporâneas. Apoiadas nos conceitos *dialética temporal* de Gaston Bachelard (1988) e *de imaginação criadora* de Gilbert Durand (1980), as autoras procuram enfatizar que

“o tempo presente se oferece como objeto de investigação interessante à memória e ao patrimônio, uma vez que é nele que a pluralidade de

durações de instantes descontínuos passa a ser fortemente agrupada pelas motivações simbólicas que orientam a experiência humana em seu mundo cósmico e social” (Eckert e Rocha, 2013, p. 182).

Para Henri Bergson (1896), a memória era constituída por um “eu transcendental”, que assimila a memória como expressão de uma intuição do tempo, em uma abordagem subjetivista, individualista e introspectiva onde a memória seria a conservação do passado que sobrevive, convocado pelo presente, sob a forma de lembrança. Já na perspectiva de Maurice Halbwachs (1925), a memória adquire um caráter coletivo, porque existencialmente o sujeito está situado no espaço da vida social (Eckert e Rocha, 2013). Assim, as autoras propõem, a partir de uma superação da perspectiva bergsoniana, a adesão à proposta de Halbwachs (1925) da existência de uma memória social coletiva, a qual é “composta por múltiplos jogos de memória em que cada narrativa ordena tempos vividos e pensados, a partir de diferentes ritmos, para dar sentido as distintas trajetórias e identidades, posto que lembramos por meio de imagens” (Dantas, 2016, p. 57). Uma vez que, “tanto o texto escrito quanto o visual inscrevem-se na memória através de imagens, imagens mentais, que são responsáveis pela flutuação da memória do presente e do futuro para o passado” (Leite, 2007, p. 236).

Neste sentido, sob a ótica de uma etnografia da duração, a cidade é entendida como objeto temporal e “a vida urbana é descrita pelos sujeitos-personagens que narram as suas experiências cotidianas nas cidades modernas superpondo os tempos imaginados a partir de um fragmento vivido.” (Eckert e Rocha, 2013, p. 29). Nesta modalidade, “cada acontecimento a ser investigado na cidade é condição do ato de interpretação da cidade, cabendo ao antropólogo-pesquisador, situado na figura do narrador, tecer as matérias lembradas e evocadas das quais resulta seu trabalho de campo.” (Eckert e Rocha, 2013, p. 13).

Sendo assim, a presente narrativa etnográfica se insere como produção e estudo da memória coletiva da FZB/RS, a partir do que foi relatado por integrantes da instituição e demais pessoas nas quais a existência da fundação encontra ressonância e reconhecimento. O capítulo 1, desta dissertação, teve por objetivo trazer estes jogos da memória dos habitantes da cidade de Porto Alegre relacionados à história e extinção da FZB/RS. Também memória política da luta em defesa do meio ambiente no estado do Rio Grande do Sul. Conforme o biólogo Luciano Moura, “as coleções científicas são um testemunho da biodiversidade, especialmente do Rio Grande do Sul. Falando mais de insetos, existem em nosso acervo exemplares que não se encontram mais no nosso

Estado.” Neste sentido, a própria FZB/RS é aqui compreendida como uma instituição que produz e resguarda o patrimônio e a memória da biodiversidade do Rio Grande do Sul, através de pesquisas que visam produzir conhecimento sobre o meio ambiente, materializado nas coleções científicas do MCN-FZB/RS e JBPA e nas relações interespecies no PZ.

Trata-se, portanto, de um estudo do caráter temporal da experiência humana presente no mundo contemporâneo e suas repercussões na prática e conhecimento que as pessoas e a instituição constroem em suas relações com a cidade e o meio ambiente. Pensar sobre o tempo é estudar a memória, neste caso, sobretudo memória política e ambiental do estado do Rio Grande do Sul. Visto que no decorrer da história, principalmente o século XX,

“as ciências, a literatura, as artes, enfim, conformaram múltiplas formas de tradução da memória do mundo – contexto das transformações na organização das formas de vida social nos grandes centros urbano-industriais, do consumismo e das ilusões associadas ao progresso da técnica como partes constituintes do agenciamento humano do tempo” (Eckert e Rocha, 2013, p. 15).

Na história, a própria memória coletiva se coloca como um campo de batalha (Pollak, 1989), onde a memória está em constante disputa, entre o dizível e indizível, entre o que é lembrado e o que é esquecido, a partir de um trabalho de enquadramento da memória na construção das narrativas sobre o tempo vivido, um trabalho “guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (Pollak, 1989, p.10). Sobre a importância da memória, temos que ter em mente que “nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento” (Pollak, 1989, p. 12).

Sobre a relação entre memória e história, Paul Ricoeur coloca que a memória é ao mesmo tempo matriz da história e canal de reapropriação do passado histórico tal como nos é narrado. Segundo o autor,

“ainda que não estando mais lá, o passado é reconhecido como tendo estado. É claro que podemos colocar em dúvida uma tal pretensão de verdade. Mas não temos nada melhor do que a memória para nos assegurar de que alguma coisa se passou realmente antes que declarássemos lembrar-nos dela. Isto é simultaneamente o enigma e a sua frágil resolução, que a memória transmite à história, mas que ela

transmite também à reapropriação do passado histórico pela memória uma vez que o reconhecimento continua um privilégio da memória, do qual a história está desprovida. Mas dele está igualmente desprovida a reapropriação do passado histórico pela memória” (Ricoeur, 2003, p. 3).

Epistemologicamente, a história fornece construções que ela declara serem reconstruções, reconstrói-se o que se passou através da construção de narrativas, as quais carregam em si o caráter seletivo da memória, o que implica que os mesmos acontecimentos não sejam memorizados da mesma forma em períodos diferentes, na incessante ambição de verdade do saber histórico, sem a qual “a história não teria o seu papel no confronto com a memória” (Ricoeur, 2003, p. 5).

No entanto, o que se coloca como importante na presente pesquisa é o que o autor chama de “dever de memória”. No meio social quem faz realmente a história são os cidadãos e cidadãs, são eles que ao viver constroem a memória coletiva e “o dever de memória é, muitas vezes, uma reivindicação, de uma história criminosa, feita pelas vítimas; a sua derradeira justificação é esse apelo à justiça que devemos às vítimas” (Ricoeur, 2003, p. 6). Neste sentido, o autor propõe unir

“a noção de dever de memória, que é uma noção moral, às de trabalho de memória e trabalho de luto, que são noções puramente psicológicas. A vantagem desta aproximação é que ela permite incluir a dimensão crítica do conhecimento histórico no seio do trabalho de memória e de luto. Mas a última palavra deve ser do conceito moral de dever de memória, que se dirige, como se disse, à noção de justiça devida às vítimas” (Ricoeur, 2003, p. 6).

Este “dever de memória” é, por sua vez, reivindicado em oposição aos usos e abusos do esquecimento. Temos, então, o dever de memória como o dever de não esquecer, dever de evitar o apagamento, uma vez que, muitas vezes, a história oficial se constrói encima de apagamentos. Em muitas democracias modernas se faz uso do esquecimento por imposição, algo prejudicial à verdade e à justiça. Neste sentido, “graças ao trabalho de memória, completado pelo de luto, cada um de nós tem o dever de não esquecer, mas de dizer o passado” (Ricoeur, 2003, p. 7).

O tema da memória está muito relacionado ao do patrimônio. O patrimônio é visto pelo viés da memória, onde “preservar a matéria no tempo – o patrimônio – não pode estar descolado do trabalho de gerar sentido junto aos diferentes grupos sociais da dialética da duração dos lugares depositários da memória coletiva” (Eckert e Rocha, 2013, p. 224). Os museus, jardins botânicos e instituições modernas como a FZB/RS são

considerados “lugares de memória” (Nora, 1993), que possuem sua devida relevância por se constituírem em “lugares de referência identitária em que possam produzir formas interativas de viver uma trajetória coletiva, e de narrativas intra e intergeracionais, que é onde reside a importância da informação democrática” (Eckert e Rocha, 2013, p. 226). Há uma importância enorme do exercício de memória na construção do sentido do “público” na vida social, o patrimônio público é algo sistematicamente construído e destruído, em um movimento característico da memória enquanto espaço de disputa.

Patrimônio

A categoria do patrimônio está no centro do processo de extinção da FZB/RS. Uma categoria recorrentemente acionada pela interlocução da pesquisa para falar sobre a importância da fundação. Segundo o atual presidente da AFFZB/RS Jan Karel, “nós temos um valor incalculável de patrimônio e informação que não pode ser perdido de jeito nenhum”. A presidente anterior da AFFZB/RS Josy Matos afirma que “todo patrimônio que a FZB/RS possui [vem] sendo simplesmente desconsiderado, sem o menor diálogo”. Para o biólogo Marco Azevedo, “o prejuízo, que a perda desse patrimônio que representa a FZB/RS vai gerar, se manifestará apenas a longo prazo”. Segundo o professor Paulo Brack, do Departamento de Biologia da UFRGS, “um patrimônio de mais de meio século, que provém de esforços lá desde o padre Balduino Rambo dentre tantas outras pessoas que se dedicaram em mais de 50 anos de história para construir esse patrimônio material e imaterial”.

Sobre as pesquisas desenvolvidas pela FZB/RS, a bióloga Márcia Jardim afirma que os “dados produzidos são muito importantes para nós sabermos em que situação estão as espécies, que compõem o patrimônio da biodiversidade do estado. Porque não tem como manter a biodiversidade sem conhecer sobre ela, então essas pesquisas são a base para a construção de ações e estratégias de conservação, com o objetivo de manter este patrimônio”.

Para o agrônomo Fernando Vargas, “o Estado está investindo a 60 anos nessa instituição para formar todas essas coleções botânicas que o JBPA abriga, em torno de mais de 5000 plantas, tudo por atitude de um governo que enxerga de uma maneira um pouco mais superficial as coisas, e que não valoriza o patrimônio ambiental, nem a área ambiental. Nos preocupa muito saber como vai ser a manutenção desse patrimônio todo”.

Neste sentido, o advogado Délcio Caye da FJDF, argumenta que “o Estado tem questões, que obviamente custam dinheiro, mas que são obrigatórias ao Estado, e que se não forem feitas pelo Estado não serão feitas pela iniciativa privada, muito menos nos termos em que devem ser feitas, com resguardo ao meio ambiente e ao patrimônio”.

Cabe também mencionar a audiência pública realizada no dia 24/04/2017 na AL/RS, promovida pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da AL/RS com o tema “O Futuro do Patrimônio Material e Imaterial Proveniente da Extinção da Fundação Zoobotânica (FZB), a Concessão do Parque Zoológico de Sapucaia do Sul e o Desmembramento do Horto Florestal”, presidida pela deputada Regina Becker Fortunati (REDE).

Para pensar a categoria “patrimônio”, alinho-me ao pensamento do antropólogo José Reginaldo dos Santos Gonçalves. Seguiremos a algumas reflexões sobre esta categoria e sua repercussão no entendimento da vida social a acontecer, em especial com relação ao processo social de extinção da FZB/RS.

A palavra patrimônio é utilizada de maneira frequente no mundo contemporâneo. Fala-se em patrimônio cultural, material, imaterial, econômico, financeiro, histórico, ambiental, ecológico, patrimônio genético, coletivo e individual, patrimônio da humanidade, dentre outros. São inúmeros os adjetivos para a noção de patrimônio. Segundo Gonçalves (2007), apesar da correta relação entre a noção de patrimônio e o processo de construção de Estados nacionais, trata-se de uma noção milenar. O que significa antes do início do período compreendido como Moderno Ocidental, no mundo clássico e Idade Média, de modo que a modernidade ocidental conferiu novos contornos semânticos a esta noção já existente.

A categoria está presente desde as sociedades consideradas tribais. Nestas, inclusive, não necessariamente com o intuito de acúmulo dos bens, mas sim partilha como no caso do *Kula* trobriandês (Malinowski, 1976) ou destruição no caso do *Potlatch* norte americano (Mauss, 1974). Segundo José Reginaldo dos Santos Gonçalves,

“é possível transitar de uma a outra cultura com a categoria patrimônio. Desde que possamos perceber as diversas dimensões semânticas que ela assume. Desde que não naturalizemos as nossas próprias representações a seu respeito. Em contextos sociais e culturais não-modernos, ela coincide com categorias mágicas tais como mana e outras, e se define de modo amplo, com fronteiras imprecisas e com o poder especial de se estender e se propagar continuamente” (Gonçalves, 2007, p. 110).

Com o advento da modernidade, ocorre a especificação da noção de patrimônio, também como parte de seu processo de expansão. Assim, as próprias qualificações do termo hoje, muitas vezes, seguem as modernas categorias de pensamento como economia, cultura e natureza. Em virtude de muitas vezes não se dar um questionamento acerca da existência do patrimônio, o autor considera que esta categoria “é um dado de nossa consciência e de nossa linguagem; um pressuposto que dirige nossos julgamentos e raciocínios” (Gonçalves, 2007, p. 111). Residiria aí a duração, no período moderno, do caráter mágico da representação do patrimônio.

O ato de colecionar pode ser compreendido como forma de construção de um patrimônio, que pode ser interpretado como

“coleções de objetos móveis e imóveis apropriados e expostos por determinados grupos sociais. Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de “colecionamento” de objetos materiais cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado “outro” (Gonçalves, 2007, p. 109).

No caso da FZB/RS, trata-se de coleções científicas. Estas coleções são o resultado de parte do conhecimento produzido pelos pesquisadores (as) da instituição, a materialização do acúmulo histórico de saber. As coleções científicas do MCN-FZB/RS são a face material de um patrimônio imaterial, que é o conhecimento. Como ressalta o biólogo Glayson Benck, sobre as coleções científicas do MCN-FZB/RS,

“é preciso ver como cada espécie, ou conjunto de espécies, varia no espaço no decorrer do tempo, inclusive identificar espécies novas, por exemplo, uma espécie nova que só ocorre na região costeira do Rio Grande do Sul: esse é um típico resultado de pesquisa científica de longo prazo feita por taxonomistas, ou seja, especialistas em grupos específicos da nossa fauna e é tomada basicamente por análise de exemplares de museu. Então a sociedade se beneficia de diversas maneiras com o conhecimento armazenado nas coleções, direta ou indiretamente, e a FZB/RS é a guardiã e mantenedora da maior e mais representativa coleção científica testemunho da biodiversidade do Rio Grande do Sul”.

A FZB/RS e tudo que ela é material e imaterialmente pode ser considerada patrimônio. No entanto, ao mesmo tempo que uma instituição está a serviço do conhecimento científico ela demanda que sua produção tenha ressonância com o público. O patrimônio está relacionado à formação de subjetividades individuais e coletivas, pois “não há subjetividade sem alguma forma de patrimônio” (Gonçalves, 2007, p. 224). Neste sentido, o patrimônio da FZB/RS encontra ressonância no meio social a partir do momento que seus pesquisadores (as) e demais funcionários obtêm adesão social ao seu

movimento de resistência à extinção da fundação, em defesa desse patrimônio público, que continua sendo (re)construído no presente através da luta e com o propósito de articular e expressar sua memória (Gonçalves, 2007).

No sentido de algo herdado, o patrimônio pode ser entendido como expressão de uma nação ou grupo social, ao mesmo tempo fruto de um “trabalho consciente, deliberado e constante de construção” (Gonçalves, 2007, p. 225). O patrimônio é singular e universal, “embora essa universalidade seja sempre de natureza concreta e contingente” (Gonçalves, 2007, p. 226).

A categoria do patrimônio “ganhou, nos anos 1970 e 1980, uma clara inflexão política (enquanto emblema de identidades diferenciadas) e ambiental (à medida em que foi associado à qualidade de vida)” (Arantes, 2006, p. 429). A noção de sustentabilidade foi incorporada ao discurso e prática ambientalista desde 1987 com o Relatório de Brundtland e o princípio ético de um desenvolvimento que satisfaça as necessidades básicas humanas contemporâneas, sem causar prejuízo para futuras gerações. A partir de uma associação entre as noções de patrimônio e ambiente, a FZB/RS pode ser entendida como patrimônio ambiental, na medida em que desenvolve ações e práticas que orientam e são orientadas por um ideal de desenvolvimento sustentável para o Estado do Rio Grande do Sul. Há também o arboreto do JBPA e o horto florestal do PZ em Sapucaia do Sul, ambos se constituem em duas reservas verdes no espaço. Ou seja, um patrimônio ambiental material e imaterial, constituído tanto pela materialidade biológica quanto pela imaterialidade do conhecimento biológico.

A inserção do patrimônio no mercado reforça a compreensão de que se situa num divisor de águas de posturas éticas e políticas, de modo a suscitar o embate de distintas forças sociais. Como uma instituição estratégica para a gestão socioambiental do território (Verdum, 2005), a fundação se mostra fundamental ao sistema como um todo na busca por um “ponto de equilíbrio entre essas forças, ou seja, construir a sustentabilidade econômica e socioambiental da preservação” (Arantes, 2006, p. 432).

Na esteira de reflexões sobre a dinâmica da cidade, a FZB/RS pode ser também compreendida como *patrimônio ambiental urbano*, um conceito que condensa três características importantes das cidades: sua condição de artefato, de campo de forças sociais e de agregado de representações simbólicas. Uma ótica que permite trabalhar “os sentidos de lugar associados às estruturas materiais preservadas (naturais ou edificadas),

que emergem dos projetos socialmente compartilhados e dos conflitos que nutrem o constante refazer das identidades” (Arantes, 2006, p. 430). Pois é na cidade que os sentidos de localização e de pertencimento, assim como a consciência de si, são constantemente refeitos e acumulados ao longo do tempo.

Patrimônio ameaçado: um retorno à retórica da perda

Até mais ou menos a década de 1980, prevaleceu no campo do patrimônio uma “retórica da perda” (Gonçalves, 2012). Ou seja, uma predominância da categoria da “perda” nos discursos sobre patrimônio de até então, onde

“os bens culturais eram vistos sob um processo histórico de transformação que levava, inexoravelmente, à sua transformação e destruição. O papel das políticas de patrimônio deveria ser controlar esse processo de transformação e tentar recuperar o que estava sob ameaça da perda” (Gonçalves, 2012, p. 67).

Desde então, o processo de expansão da categoria patrimônio, particularmente no Brasil, deu-se pela sua inovação e flexibilização, com o surgimento da qualificação “imaterial” ou “intangível”. Nesta nova qualificação do patrimônio a ênfase não está mais na materialidade dos bens, e sim no caráter simbólico e valorativo das práticas e relações sociais. Neste sentido, não se propõe tombar, mas sim registrar tais intangibilidades como forma de acompanhar sua permanência e transformações. Neste movimento de expansão do campo do patrimônio nos últimos 30 anos, ocorreu uma intensificação dos usos do vocabulário da moderna antropologia social e cultural, em detrimento do vocabulário da história e da história da arquitetura, que prevalecia até a década de 1980.

A categoria patrimônio e sua expansão com o surgimento da qualificação “imaterial” ou “intangível” está intimamente relacionada com a moderna noção antropológica de “cultura”, onde a ênfase está menos nos objetos e técnicas e mais nas relações sociais e simbólicas. Segundo José Reginaldo dos Santos Gonçalves, “a categoria “intangibilidade” talvez esteja relacionada a esse caráter desmaterializado que assumiu a moderna noção antropológica de “cultura” (Gonçalves, 2007, p. 114). O que explica o maior envolvimento de antropólogos e antropólogas neste movimento de ampliação da categoria patrimônio. No entanto, quando nos referimos a relações simbólicas, estamos a nos referir a própria ação humana, uma vez que símbolos não servem apenas para ser reverenciados ou comunicados, em uma economia de bens

simbólicos (Bourdieu) o ser humano tece sua ação humana social, o sistema simbólico existe para possibilitar o agir da pessoa. Neste sentido,

“o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: ele é bom para agir. Ele faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, passado e presente, entre o céu e a terra, entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. Ele, de certo modo, constrói, forma as pessoas” (Gonçalves, 2007, p. 114).

O conceito de cultura possibilitou o sucesso da institucionalização da antropologia norte americana, assim como virou um ideal, um refúgio teórico antropológico (Trouillot), na configuração de um eu como local confortável em relação ao outro (Abu-Laghdh). Um conceito que procura dar cabo de problemas sociais, mas acaba reiterando esquema hierárquico e dominação, por isso podemos seguir a perspectiva de Abu-Laghdh de escrever contra a cultura, contra o idealismo do conceito de cultura, sua essencialização e justificação totalizante. Neste sentido se mostra útil a ideia de uma etnografia de particular, que conta histórias de indivíduos particulares no tempo e espaço, que possibilita, por sua vez, algumas conexões sociais, históricas, econômicas sempre com a cautela de fugir das generalizações. O processo etnográfico é também atravessado pelos ideais de posicionalidade e ampliação do espaço de negociação com o outro, o que implica uma presença maior da interlocução no curso geral do processo. Algo como fazer o ‘estar lá’ ‘estar aqui’ (Geertz), uma via para uma participação maior e mais efetiva da interlocução, o que também traz à tona a necessidade desde certo tempo de relativizar noções como distanciamento, objetividade e a própria racionalidade. Uma aproximação com o discurso e a prática do envolvimento (Marcus), intersubjetividade ou correspondência (Ingold) e uma abertura para as possibilidades outras, sobretudo imagéticas, de produção do conhecimento antropológico.

Dentro deste escopo, a antropologia também pode ser percebida como um estudo da forma como o humano inventa o mundo ao seu redor, inventa sua cultura (Wagner), seu cotidiano (De Certeau) e sociedade em meio a natureza. É através da etnografia que tornamos visíveis as experiências dos outros e as nossas, inventando-as como cultura. Aqui usamos o termo “inventar” não no sentido de algo falso ou mentiroso, e sim no sentido de “construir” ou ‘criar”, explorado brilhantemente pelo antropólogo Roy Wagner. Na perspectiva do autor, o que os antropólogos (as) fazem é inventar uma cultura por meio da qual as práticas das pessoas possam ganhar inteligibilidade, desse modo

inventam para si mesmos uma cultura, uma vez que o estudo da cultura é a forma antropológica de cultura. Roy Wagner nos esclarece que o termo “cultura” advém da ideia de cultivo na agricultura (cultura do trigo, por exemplo), dali emerge “uma metáfora elaborada, que se alimenta da terminologia da procriação e aperfeiçoamento agrícola para criar uma imagem de controle, refinamento e "domesticação" do homem por ele mesmo.” (Wagner, 2010, p. 54). O uso antropológico de "cultura" constitui uma metaforização ulterior, que

“equivale a uma extensão abstrata da noção de domesticação e refinamento humanos do indivíduo para o coletivo, de modo que podemos falar de cultura como controle, refinamento e aperfeiçoamento gerais do homem por ele mesmo, em lugar da conspicuidade de um só homem nesse aspecto” (Wagner, 2010, p. 54).

Nesta perspectiva, instituições como a FZB/RS, que produz conhecimento e preservação, são fundamentais para manutenção da cultura e mesmo civilização humana. O próprio autor já nos alertava que

“o verdadeiro cerne de nossa cultura, em sua imagem convencional, é sua ciência, arte e tecnologia, a soma total das conquistas, invenções e descobertas que definem nossa ideia de "civilização". Essas conquistas são preservadas (em instituições), ensinadas (em outras instituições) e ampliadas (em instituições de pesquisa) mediante um processo cumulativo de refinamento” (Wagner, 2010, p. 55).

Portanto, a extinção da FZB/RS pode ter implicações no processo civilizador humano (Elias), por se tratar de uma instituição de pesquisa que se dedica à produção de conhecimento aplicado à gestão de um meio ambiente que é finito, recursos naturais não-renováveis, que requer do ser humano uma mudança na compreensão acerca da relação entre sociedade e natureza, de modo a seguir a perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

Ao etnografar o processo de extinção da FZB/RS, percebemos no discurso da interlocução em defesa da fundação o acionamento de inúmeras qualificações da categoria patrimônio dentro de uma retórica da perda. Trata-se da defesa do patrimônio material e imaterial, patrimônio cultural, ambiental, genético e técnico-científico em vias de se perder com a extinção da instituição pública. Segundo a bióloga Márcia Jardim,

“há mais de 3 anos que a gente está em uma luta árdua, mobilizando e esclarecendo a comunidade sobre a importância da fundação, a gente foi na Assembleia Legislativa conversar com os deputados antes da votação, na ideia primeira de que tal projeto parte do desconhecimento das pessoas da importância da fundação. Então tivemos um esforço muito grande ao longo desses 3 anos de mostrar a importância da

fundação e mostrar a quão pequena é a economia pretendida pelo governo diante de todo o patrimônio que será perdido”.

Segundo Edward Bruner (1986), as narrativas são orientadas por estruturas narrativas, as quais se alteram em conformidade com as mudanças sociais e históricas. Neste sentido, a atual conjuntura social, econômica e histórica de ofensiva econômica neoliberal e política ultradireitista e conservadora em curso no país e no mundo, impele à um possível retorno à “retórica da perda” na produção da narrativa sobre o patrimônio da FZB/RS, uma vez que o mesmo se encontra ameaçado pelo processo de extinção da fundação.

Segundo o antropólogo Gilberto Velho, o patrimônio é um fenômeno social em permanente processo de mudança. Em todas as situações “é preciso estar atento para procurar avaliar os custos e os ganhos das decisões que são tomadas e dos valores que as sustentam” (Velho, 2006, p. 246). O autor esclarece-nos a relação entre patrimônio, negociação e conflito em sociedades complexas moderno-contemporâneas. Diante de quadros complexos e conflituosos, como o caso do processo de extinção da FZB/RS, a posição do antropólogo não implica necessariamente neutralidade acadêmica, o que não significa deixar de compreender os distintos pontos de vista. Deve-se considerar o posicionamento dos diferentes atores sociais envolvidos no conflito em questão, para uma compreensão do conflito como constitutivo da vida social (Simmel) e parte do “constante e ininterrupto processo de negociação da realidade, com idas e vindas, recuos e avanços, alianças sendo feitas e desfeitas, projetos adaptando-se e alterando-se, com transformações institucionais e individuais” (Velho, 2006, p. 246).

Como o patrimônio é uma construção social, “torna-se necessário considerá-lo no contexto das práticas sociais que o geram e lhe conferem sentido.” (Arantes, 2006, p. 426). Portanto, a (re)construção do patrimônio requer uma negociação complexa, por vezes conflituosa, entre distintos e diversos atores sociais como agentes do Estado, organizações da sociedade civil, agentes políticos e empresariais estruturalmente posicionados a partir de motivações e estratégias referidas a sistemas de forças sociais. Aplica-se ao caso da FZB/RS diversas qualificações modernas à noção de patrimônio, cuja preservação está garantida na Constituição Federal como responsabilidade do Estado compartilhada com a sociedade civil. Sendo que a prática da preservação do patrimônio não “legitima simplesmente sentidos socialmente atribuídos pela cultura comum e cotidiana a determinados aspectos da cultura, mas põe em prática os critérios, as

concepções e os valores que são defendidos por técnicos e especialistas” (Arantes, 2006, p. 427).

No patrimônio como um espaço de negociação entre diversos atores, relações de poder subjacente acabam por contribuir em dar forma ao patrimônio, que remete ao campo das lutas simbólicas que ocorrem no interior de toda sociedade (Veloso, 2007). Sendo assim, “valores e interesses não existem a esmo, nem constituem vagas abstrações, mas estão associados a práticas sociais concretas e são construídos e vividos no interior da vida social, com seus conflitos, contradições, consensos e hierarquias” (Veloso, 2007, p. 232). No chamado capitalismo tardio, em tempos de capital fetiche (Marx), acentua-se a mercantilização da cultura e intensifica-se a força de interesses de ordem econômica nos processos sociais a envolver o patrimônio.

2.3 Conhecimento ameaçado

Segundo Santos e Chagas (2007), desde a fundação do Museu e da Biblioteca de Alexandria por Ptolomeu I, general do Exército de Alexandre Magno, o museu se associa ao conhecimento e ao poder. No entanto, os museus como conhecemos hoje, não são tão antigos, foram criados no ordenamento de uma concepção de sociedades modernas, “que se constituíram após as grandes transformações econômicas, sociais e políticas do século XVIII” (Santos e Chagas, 2007, p. 13). A história dos museus modernos está vinculada à constituição dos estados nacionais, à democracia, capitalismo, industrialização, individualismo e à ordenação crescente do tempo e do espaço. Neste sentido, “uma das grandes novidades dos museus modernos foi a abertura de suas coleções, que antes se destinavam apenas a uma aristocracia ilustrada, a grandes parcelas da população” (Santos e Chagas, 2007, p. 15). Para as autoras, as políticas públicas voltadas para os museus estão relacionadas a estratégias políticas de desenvolvimento, sendo que “a tarefa dos museus está diretamente ligada à construção de linguagens, memórias coletivas, símbolos para grupos e nações e, enquanto tal, torna-se contemporaneamente cada vez mais aberta ao debate público” (Santos e Chagas, 2007, p. 19). Portanto, os museus além de lidarem com memórias coletivas na constituição de um patrimônio, fazem-no através da produção de conhecimento. Logo, temos o museu enquanto um espaço de saber e, portanto, poder (Santos e Chagas, 2007).

Da mesma forma, a própria FZB/RS é uma instituição de produção de conhecimento acerca do meio ambiente, conhecimento em parte materializado nas coleções científicas resguardadas pelo MCN-FZB/RS e JBPA. As relações de poder configuram um conflito onde está em jogo as várias instituições sociais, as desigualdades sociais e outras variáveis. O processo de extinção da FZB/RS é uma feição do jogo de poder que se dá em tempos de mundialização da economia, a qual

“está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. Esses grupos assumem formas cada vez mais concentradas e centralizadas do capital industrial e se encontram no centro da acumulação. As empresas industriais associam-se as instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos), que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados nacionais” (Iamamoto, 2008, p. 108).

No tópico 1.6, procurei contextualizar macroeticamente a presente pesquisa pelo viés de uma financeirização e mundialização da economia, por entender que

“sob suas distintas vias de efetivação unifica, dentro de um mesmo movimento, processos que vêm sendo tratados pelos intelectuais como se fossem isolados ou autônomos: a “reforma” do Estado, tida como específica da arena política; a reestruturação produtiva, referente às atividades econômicas empresariais e à esfera do trabalho; a questão social, reduzida aos chamados processos de exclusão e integração social, geralmente circunscritos a dilemas da eficácia da gestão social; à ideologia neoliberal e concepções pós-modernas, atinentes à esfera da cultura” (Iamamoto, 2008, p. 114).

Nesta fase do capitalismo no século XXI, acentua-se os processos de precarização do trabalho e degradação do meio ambiente. Para o professor Paulo Brack do Departamento de Biologia da UFRGS, “a questão ambiental é uma crise pela sobrevivência, ou seja, não se trata de um meio ambiente afastado de nós, na verdade a área ambiental está nesse bojo todo de retirada de garantias, de espoliação de direitos que foram conquistados depois de décadas”. Para o advogado Délcio Caye da FJDF, “há que se defender e tentar manter a inteligência, a produção de conhecimento, os serviços, a qualificação técnica e o mercado de trabalho que é representado por estas fundações”. Neste sentido, a pensar uma relação entre conhecimento e poder, instituições públicas de pesquisa, como é o caso da FZB/RS, passam a ser atacadas, uma vez que o conhecimento produzido ali não corrobora com o novo rearranjo capitalista, que reivindica maior exploração do meio ambiente.

Segundo o professor Paulo Brack,

“temos um conjunto muito grande de instrumentos legais para garantir o compromisso do Estado com a biodiversidade. E o que percebemos, principalmente nos últimos anos com o governo de Ivo Sartori (PMDB/RS), é que isso tudo está sendo desmoronado dentro de um projeto imediatista de setores da economia que não conseguem conviver com a biodiversidade, que não consegue conviver com a ciência, com o conhecimento, é um governo profundamente obscurantista que tem a premissa de que para desenvolver os setores econômicos aliados a ele é preciso derrubar as travas e ao mesmo tempo permitir que a privatização, permitir que empresas privadas ocupem os espaços que são públicos, mesmo se tratando de funções essenciais que a FZB/RS e demais fundações desempenhavam” (Paulo Brack em entrevista no dia 28/09/2018).

Nesta nova etapa da ofensiva econômica neoliberal em curso no país e no mundo, o conhecimento produzido por instituições como a FZB/RS apresenta-se na contramão das mudanças na política ambiental do país. Para o professor,

“hoje incomoda muito os técnicos que trabalham no MCN-FZB/RS e JBPA, que participaram do Conselho Estadual do Meio Ambiente, inclusive na época do zoneamento da silvicultura. Empresas muito poderosas, há 10 anos atrás tentaram derrubar o zoneamento da silvicultura realizado por técnicos da FEPAM/RS e da SEMA/RS, naquela época os técnicos da FZB/RS contribuíram muito na demonstração de que o zoneamento é necessário para manter a biodiversidade do Estado, desde então tais passaram a ser perseguidos lá dentro, agora se ocorrer a extinção da FZB/RS eles serão demitidos. Então, dentro dessa lógica imediatista do capital, a conservação do meio ambiente atrapalha, logo, para determinados setores como silvicultura ou do agronegócio, é bom demitir esse pessoal, para não atrapalharem mais. Depois contrata técnicos terceirizados de empresas privadas, que estarão sujeitos a assédio. Pois o técnico concursado ele tem a liberdade de dizer o que pensa, algo que atrapalha a lógica do governo. Eu vejo a FZB/RS como o eixo estratégico daquilo que o governo considera como empecilho para a expansão das suas atividades econômicas, no vale tudo econômico” (Paulo Brack em entrevista no dia 28/09/2018).

Trata-se de um movimento sincronizado entre todos os poderes para garantir o novo rearranjo capital. Na batalha legislativa, ficou evidente com o passar do tempo que nesse conflito o governo vence em virtude de um acordo político-partidário e não por uma argumentação plausível e convincente, ou seja, como ficou claro no discurso da interlocução, caminhou-se dos argumentos sensatos para a descabida negociação por votos na AL/RS. Sobre a batalha judicial que integra o processo de extinção da FZB/RS, o advogado Délcio Caye afirma que

“no julgamento nós vimos conselheiros dizendo que eram contra essa posição, simplesmente porque eram contra, sem fundamento, eu vi, ressaltada a votação do decano do Tribunal de Contas o conselheiro

Algiro Lorenzon, que fez um voto fundamentado ainda que pelo contrário, os demais não tinham fundamento algum, estavam votando porque pela consciência política deles prevalecendo” (Délcio Caye em entrevista no dia 26/11/2018).

Na mesma entrevista, Délcio Caye complementa que

“a decisão liminar proferida na ação civil pública promovida pelo MP/RS através da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e que impediu o encerramento das atividades da FZB/RS e o resguardo do seu patrimônio foi cassada no Tribunal de Justiça por uma decisão para dizer, no mínimo, teratológica. Onde se confundiram os julgadores no mérito do processo, novamente, o mérito não é que o estado não pode fechar as fundações, pode fechar, mas tem que fechar de acordo com a legislação e o interesse público, o que o estado não conseguiu demonstrar que faria. Quando o estado disse que a SEMA/RS assumiria, os funcionários da SEMA/RS disseram que não têm condições de fazê-lo, então o que a decisão fazia era preservar o interesse público, e exigir garantias de que o estado cumpra sua decisão aprovada pela Assembleia Legislativa. No entanto o Tribunal de Justiça se confundiu e entendeu que o estado estava sendo impedido de fechar a fundação, no entanto, a decisão só não estava autorizando que fosse feito de qualquer maneira. As decisões judiciais a esse respeito têm sido, no mínimo, complicadas. E mais não direi para me preservar” (Délcio Caye em entrevista no dia 26/11/2018).

De um modo geral, o que procuramos demonstrar, desde o Museu e a Biblioteca de Alexandria no século III a.C. até a FZB/RS no século XXI d.C., é a recorrência histórica dos espaços de produção de conhecimento científico constituírem-se enquanto espaços de produção de poder e, por isso mesmo, são ameaçados e atacados e, por vezes, destruídos e extintos. Este conhecimento científico é um patrimônio intelectual de toda humanidade.

Trata-se de uma aproximação, com a chamada Antropologia da ciência ou ciências, ou ainda, “antropologia a partir das ciências” (Fonseca, 2012). Fonseca “chama a atenção para a articulação entre conhecimento científico e as escolhas políticas e éticas implicadas, enfatizando o papel da ciência como co-produzida e co-produtora da sociedade em que vivemos” (Fonseca e Rohden, 2012, p. 19). O espaço de produção de conhecimento e as articulações e efeitos heterogêneos desse conhecimento (Rohden, 2012) refletem-se em “disputas entre propostas de ordenamento global e especificidades e interesses locais” (Fonseca e Rohden, 2012, p. 20). As autoras circunscrevem dois aspectos: “o primeiro se refere ao plano da interrelação entre a produção do conhecimento científico e sua circulação entre conjuntos mais amplos”, e o segundo aspecto “diz

respeito ao panorama de contrastes entre posições mais ou menos deterministas” (Fonseca e Rohden, 2012, p. 20).

A sociedade complexa moderno-contemporânea (Velho) é a sociedade da ciência. De igual maneira fazer ciência é um ato político, integra uma configuração política, é o que se percebe com o processo de extinção da FZB/RS. Existem relações de poder subjacentes e determinantes das condições de possibilidade do fazer científico, assim como uma tentativa de controle dos seus efeitos, neste caso com a passagem da FZB/RS para administração direta do Estado após o processo de extinção. A produção de ciência requer autonomia ao mesmo tempo que é feição de um jogo de interesses a coproduzir o meio social, um dos elementos da negociação da realidade.

Cabe interpretar o serviço prestado pela FZB/RS como produção de conhecimento científico, o qual se constitui em um patrimônio intelectual. Segundo Leal (2010), este patrimônio científico está relacionado aos desafios ético-políticos de acordos internacionais de propriedade intelectual e como estes repercutem diferentemente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, beneficiando, sobretudo, os primeiros.

2.4 A imagem como instrumento de pesquisa na Antropologia

A presente pesquisa também se desenvolve sob a égide da Antropologia visual e da Imagem. Neste sentido, durante o trabalho de campo para a produção desta dissertação, todo o registro foi realizado através de imagens, sobretudo filmica. Todas as entrevistas foram filmadas, assim como o cenário que as envolvia, dada a proposta de que a pesquisa resultasse também em um filme etnográfico, o qual consta como o capítulo 4. Na perspectiva das antropólogas Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha,

“parte-se do pressuposto de que o corpo da escritura do texto antropológico não pode abdicar das formas simbólicas do conhecimento humano que, em diversos graus de profundidade, expressam o ato de assimilação subjetiva do mundo vivida pelo próprio etnógrafo” (Eckert e Rocha, 2015, p. 78).

A imagem não é algo nada novo para a Antropologia. Desde as primeiras incursões dos primeiros etnógrafos era comum a inclusão da máquina fotográfica entre o conjunto de materiais de trabalho de campo da etnografia. Imagens que eram tomadas como mais uma das “estratégias de convencimento” do antropólogo (a) acerca do “estar lá” (Geertz, 2002). Dessa forma, a empreender um uso mais mimético da imagem, da

imagem enquanto representação de uma realidade, atestado de presença, uma imagem que visa comprovar, convencer que se esteve lá no sentido de que “a fotografia é uma evidência intensificada, carregada, como se caricaturizasse, não a figura do que ela representa, mas sua própria existência” (Barthes, 2012, p. 47). Neste contexto primeiro, “a fotografia chegou à Antropologia e, depois, à Sociologia como documento útil a um certo positivismo visual, porque supostamente dotado de uma precisão informativa de obra de engenharia e da indústria” (Martins, 2011, p.161).

No entanto, com o avanço do tempo e o advento da chamada Antropologia pós-moderna, tem-se um esforço para superação do rebuscamento da semelhança calcada no ideal da imagem fotográfica enquanto um congelamento do instante, do tempo no espaço. Passa-se a um entendimento da imagem com seu tempo próprio. Estamos a falar do tempo da imagem, que não é o tempo da realidade que se captura com a lente e também não é o tempo presente e que se presentifica sempre que alguém vê a imagem, é um tempo outro. Neste sentido, “o ‘congelar’ não é mais do que o sublinhar elementos de referência de um imaginário cujo âmbito não se restringe ao reducionismo dos supostos “congelamentos” (Martins, 2011, p.65), pois “a consciência da ilusão, no registro das etnografias, subverteu a convenção adotada para o gênero “realista”, motivando o(a) antropólogo(a) a se libertar do próprio ato interpretativo que incide na produção etnográfica” (Eckert e Rocha, 2015, p. 154).

O que temos, portanto, é a conjugação de distintas temporalidades na composição do tempo da imagem, diferentes elementos compositivos que são distintos tempos que ali se conjugam no tempo da imagem, um tempo novo, tempo outro e próprio da imagem. Mais que retratar uma realidade, revelar uma nova realidade, imagética, social, documental e imaginária. A invés de reproduzir a realidade a imagem constrói outra realidade, ela revela uma realidade nova aos nossos olhos, polissêmica, uma realidade aberta aos sentidos de quem a vê. Deste modo,

“em Antropologia visual, a arte da ficção pode estar dissimulada sob o véu de uma motivação realista, segundo a qual a etnografia visual aparece não só como semelhança com o real, mas com o verdadeiro, e em que a imagem técnica não foge ao solo fértil da imaginação criadora do(a) pesquisador(a), sendo tratada como miniaturização do mundo” (Eckert e Rocha, 2015, p. 159).

Portanto, a Antropologia Visual, no campo das ciências humanas, ajuda a desvendar a feição fabulatória do discurso antropológico, “desnudando o processo por

meio do qual o etnógrafo transmuta os dados sensíveis e opacos da realidade social em representações e formas simbólicas, transformando os acontecimentos exteriores vividos por um agrupamento humano em verdadeiras narrativas” (Eckert e Rocha, 2015, p. 86).

Portanto, neste trabalho de construção de narrativas etnográficas, “o(a) antropólogo(a) faz do uso nas tecnologias audiovisuais da expressão de uma poíesis, tanto quanto tempos atrás o cálamo e a pena de ave serviam ao romancista, ao viajante e ao cronista, ancestrais dos antropólogos” (Eckert e Rocha, 2015, p. 142). Neste sentido, a construção de uma unidade interna do texto etnográfico a partir do uso de linguagem visual pode ser pensada também do ponto de vista de uma estética e de uma poética, “uma estética do Imaginário, ou seja, num modo de dizer através das imagens aquilo que não pode ser aprendido de outra forma” (Eckert e Rocha, 2015, p. 84).

Sendo assim, o próprio trabalho de pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem configura uma estética que deve ser ética. Algo que pode ser pensado pela via do performar social diante de uma câmera. Nesta perspectiva do performar, todas as entrevistas realizadas durante o trabalho de campo da presente pesquisa foram agendadas, mesmo assim, teve quem quis passar batom antes de se sentar em frente a câmera, teve quem quis mudar de ambiente antes de começar a filmar, quem quis retirar os óculos e quem quis repetir a sua fala para a câmera. Isto porque a imagem também é método porque é negociada. A dinâmica de a negociação no fazer etnográfico visual é tema importante para a comunidade antropológica, sobretudo no que diz respeito ao questionamento ético de seu trabalho. Estamos a tratar da dinâmica das interações e relações que se tecem no decorrer do trabalho de campo e que são ao mesmo tempo sustentadoras do e sustentadas pelo próprio campo. Conforme Silva (2003), esta dinâmica contesta o caráter tecnicista e biologizante da regulamentação proposta pelos Comitês de Ética em Pesquisa, requer negociações contínuas e está sujeita a tensões inerentes ao processo. Uma dinâmica fluída em que não se percebe de forma tão clara as divisões de etapas que se pretende teorizar.

A dinâmica de contínua (re)negociação de sentido da imagem oriunda do trabalho de campo é fundamental para a constituição de uma estética ética da pesquisa antropológica visual. Integra essa estética ética a questão da restituição na pesquisa antropológica. O primeiro esforço de negociação a ser empreendido pelo (a) antropólogo (a) é para conquistar o consentimento da interlocução. O consentimento é condição ética primeira para o desenvolvimento do processo etnográfico. Depois de conquistado o

consentimento, passa-se a viver a construção de um espaço de intersubjetividade de onde brotará o material etnográfico. Durante todo esse processo o consentimento é (re)negociado.

Na esteira de Jean Arlaud, que “prosigue con sus investigaciones sobre los postulados eticos y esteticos de la escuela del cine etnografico inaugurada por Jean Rouch” (Eckert e Rocha, 2016, p. 273) e que tinha como meta

la construccion de la practica relacional de uma antropologia visual que privilegia la restitution de la palabra del otro y el retorno a ellos de sus imagenes, siempre en un proceso intimista de aproximacion a sus subjetividades y utilizando la camara como espacio de encuentro o confrontacion con los dramas ordinarios de vidas humanas comunes” (Eckert e Rocha, 2016, p. 275).

Nesta perspectiva, o que qualifica eticamente o trabalho etnográfico é a profundidade da relação com a interlocução, a qual é a primeira e última julgadora do trabalho proposto pelo antropólogo ou antropóloga. A dinâmica de contínua (re)negociação de sentido da imagem no trabalho de campo dilui em parte os dilemas da recepção em relação à produção finalizada, espalha a restituição no curso do processo etnográfico, ela é resituada de maneira a dissolvê-la. A restituição então faz parte de todo o processo.

De outro modo, nesta construção dialógica, está implícito “um tipo de aprendizado que habilita o antropólogo a ser ensinado pelas circunstâncias enquanto partilha delas” (Vale, 2014, p. 168). Restituir também é pôr em circulação o que resulta do processo etnográfico, através de publicações escritas e visuais, exposições e hipermídias (Eckert e Rocha, 2015).

2.5 Etnografia visual: do analógico ao digital



Imagem 40: print de página web do movimento de apoio à FZB/RS no site de relacionamentos Facebook. Autor: Diogo Dubiela.

Assim como o surgimento das câmeras com som sincronizado por volta da década de 1960 possibilitou o surgimento da etnografia visual compartilhada, para sintetizar a obra de Jean Rouch, temos que o advento das tecnologias digitais se coloca como outro momento de revigoramento da produção em antropologia visual. O uso da tecnologia digital tem implicações diretas na prática etnográfica visual. Do analógico ao digital, há uma diluição dos limites entre autorização, captação e devolução de imagens no processo intersubjetivo,

“as fases de autorização, captação e devolução de fotografias muitas vezes se fundem, dão origem a um tipo particular de negociação que engendra um processo que assegura, facilita ou dificulta o próprio trabalho de campo” (Silva, 2013, p. 170).

O processo etnográfico visual é aqui entendido como uma grande dinâmica de (re)negociação continuada de sentido da imagem, onde a diluição dos limites entre as etapas de produção visual intersubjetiva está relacionada ao acesso à tecnologia digital. Segundo Masotta (2013) “actividades que antes operaban en forma independiente y em tiempos diferenciados ahora se resitúan mutuamente y en contigüidad (Masotta, 2013, p.37). O fato de ser possível instantaneamente fazer, ver e mostrar a imagem torna muito mais fluída a etnografia visual, a negociação de sentido é então contínua, permeia todo o processo etnográfico e a tecnologia digital está para contribuir com a qualidade ética do trabalho.

No entanto, há o paradoxo entre autonomia e dependência. Pois ao mesmo tempo que a digitalização possibilita certa autonomia e fluidez no decorrer do processo etnográfico, isso se dá por amarras de toda ordem, paradoxo da imagem digital, pois

“se a imagem digital tem, por um lado, a vantagem de armazenar, sob a forma de dados, informações retiradas do original, por outro, ela própria é incapaz de construir conhecimento completo sem recorrer a ferramentas de um sistema de processamento de dados capaz de armazenar, extrair e organizar, de forma seletiva e analítica, suas informações” (Eckert e Rocha, 2016, p. 74).

Trata-se, portanto, do que Eckert e Rocha (2016) chamam de *imagem-síntese*, a imagem processada, armazenada e tratada por um computador. A representação etnográfica pela via da *imagem-síntese* configura novos procedimentos para pensar o sentido da vida social. Neste sentido, as autoras sugerem que para delinear o trajeto que a *imagem-síntese* faz para passar do mundo real, de sinais contínuos, para o mundo do computador e de suas redes digitais e eletrônicas, com sinais discretos, deve-se atentar para quatro universos:

(1) universo físico, em que estão os objetos do mundo real; (2) universo matemático, no qual são formuladas as descrições abstratas desses objetos; (3) universo de representação, que transfere as descrições abstratas para o mundo digital (momento em que os sinais contínuos se tornam discretos); e (4) universo de implementação, onde se codifica o sinal na memória do computador através de uma estrutura de dados” (Eckert e Rocha, 2016, p. 75).

Portanto, na dinâmica da produção etnográfica visual contemporânea, muitas das imagens são, neste sentido, *imagens-síntese*, que são imagens digitais e também virtuais, como as que advêm da Internet, em especial do site de relacionamento *Facebook*. Durante o trabalho de campo desta pesquisa, ao ser questionada sobre a existência de imagens sobre o processo de resistência, a interlocutora Josy Matos me disse que “estão todas no *Facebook*”. Pois o movimento em defesa da FZB/RS possui duas páginas no site de relacionamentos, onde faz a divulgação de sua mobilização através de imagens de diferentes fundos. Passei então a monitorar este ambiente *on line* de interação social, não só monitorar como interagir, pois foi em uma das páginas web do movimento que comuniquei estar a construir um filme sobre o processo de extinção da FZB/RS e, inclusive, através deste ambiente *on line* pude solicitar a uma interlocução mais ampla imagens que viessem a contribuir com a construção do referido filme.



Imagem 41: print da página web do movimento de apoio à FZB/RS no site de relacionamentos Facebook que mostra o comunicado da produção do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica e solicitação de imagens para contribuir na sua produção. Autor: Diogo Dubiela.

A imagem 41 dá a ver a dimensão *on line* da interação durante o trabalho de campo da etnografia visual. Ela remete ao que já foi exposto no capítulo 2 acerca da realidade social constituir-se em um *continuum* entre as dimensões *on line* e *off line* no mundo contemporâneo. Em tempos de cibercultura (Segata e Rifiotis, 2016), as plataformas e ambientes de interação *on line* contribuem não só para a interação no trabalho etnográfico como para a busca de *imagens-síntese* que, por ventura, venham a contribuir na construção da narrativa etnográfica visual. Portanto, do analógico ao digital e virtual, a prática da etnografia visual é impactada tanto no que se refere aos instrumentos de captação imagética utilizados pelo (a) etnógrafo (a), e sua implicação na dinâmica de (re)negociação de sentido da imagem produzida no espaço intersubjetivo, quanto no que se refere à forma da imagem produzida por tais equipamentos e sua circulação no meio social.

Capítulo 3

Fazer um filme é como costurar pedaços de tempo

3.1 Imagens lançadas no mundo

Neste processo etnográfico tenho me afeto com as determinadas condições de possibilidade de produzir etnográfica e imagetivamente. Na sociedade ocularcêntrica contemporânea, temos inúmeras e diversas imagens que estão aí lançadas no mundo. No filme etnográfico *S.O.S. Fundação Zoobotânica*, sobre a FZB/RS e seu processo de extinção, procedo, antes de mais nada, a pincelar uma orquestração de distintos tipos de imagem e temporalidades, a partir de sua negociação de sentido com quem se coloca em cena como interlocução direta da pesquisa. Trata-se, portanto, da imagem etnográfica enquanto um agregado ou emaranhado multivocal, de modo a dar a ver diferentes camadas de tempo.

3.2 Tarkovski: o filme como objeto temporal

Tarkovski (1998) em *Esculpir com o tempo* trata de questões referentes a, por exemplo, tempo, ritmo e montagem cinematográfica. Tarkovski toma o filme como objeto temporal e dotado de uma rítmica própria. Para o autor “o fator dominante e todopoderoso da imagem cinematográfica é o ritmo, que expressa o fluxo do tempo no interior do fotograma” (Tarkovski, 1998, p. 134). O tempo da imagem é o tempo da ficcionalização da realidade, tempo da experiência de reconstituição da experiência vivida. Segundo ele o tempo torna-se o próprio fundamento do cinema, como o som na música, a cor na pintura, o personagem no teatro (Tarkovski, 1998, p. 134), claro, está a tratar da imagem cinematográfica enquanto obra de arte, há que termos um trabalho de aproveitamento dos preceitos para o campo de produção audiovisual etnográfica.

Em relação às idéias de Kuleshov e Eisenstein, Tarkovski defende que a montagem se dá pela conjugação orgânica das imagens produzidas durante a filmagem. Logo, tarkovskianamente a filmagem impõe-se à montagem, em uma relação de indissociabilidade que não apaga a precedência da filmagem sobre a montagem. Segundo Tarkovski, “embora a junção das tomadas seja responsável pela estrutura de um filme, ela

não cria seu ritmo, como se costuma pensar" (Tarkovski, 1998, p. 138). O que determina o ritmo do filme é a pressão temporal intrínseca ao plano filmado, ou seja, "a consistência do tempo que corre através do plano" (Tarkovski, 1998, p. 139). E o próprio "juntar, fazer a montagem é algo que perturba a passagem do tempo, interrompe-a e, simultaneamente, dá-lhe algo de novo. A distorção do tempo pode ser uma maneira de lhe dar expressão rítmica" (Tarkovski, 1998, p. 144).

Fazer um filme é como costurar pedaços de tempo.

Se filmar é "esculpir com o tempo", então a imagem filmada na etnografia é tempo talhado de maneira intersubjetiva. E por uma proposta de montagem de dar a ver algo que não se esgota em sua visualidade, segundo Tarkovski, temos um bom filme

"quando percebemos, com toda clareza, que aquilo que vemos no quadro não se esgota em sua configuração visual, mas é indício de alguma coisa que se estende para além do quadro, para o infinito: um indício de vida." (Tarkovski, 1998, p. 139).

Nesta perspectiva, podemos compreender o filme etnográfico, e a própria etnografia em si, como um indício de vida.

3.3 A estratégia das múltiplas vozes

O filme etnográfico *S.O.S. Fundação Zoobotânica* nos coloca no

"vasto domínio do não mostrável estrutural, ao qual o filme tem acesso através de um desvio de linguagem. Estes são, por exemplo, as representações mentais (mitos, crenças, opiniões, sentimentos, etc.), os processos sociais e culturais (progresso, conflitos de poder ou de valor etc.). Fazê-los sobressair por intermédio do filme implica, muitas vezes, apelar para uma *mise en scène* que, descrevendo ou não uma cronologia de comportamentos, apoie-se sobre uma temática abstrata ou uma problemática cuja imagem vai ilustrar, transversalmente, certos aspectos ou momentos privilegiados de sua representação material. Mais uma vez, a pesquisa fílmica do antropólogo aproxima-se sensivelmente daquela do sociólogo" (De France, 2000, p. 22).

Na produção do filme etnográfico *S.O.S. Fundação Zoobotânica*, recorro à estratégia das múltiplas vozes (MacDougall). Neste caso, o que proponho é múltiplas imagens como inscrição de múltiplas vozes. De volta às imagens lançadas no mundo, elas são de diferentes fundos, imagens de acervo pessoal dos interlocutores na pesquisa, imagens de acervo oficial da FZB/RS, dos museus, imagens jornalísticas, imagens que circulam na web, por exemplo, em sites de relacionamento como o *Facebook*, imagens

que eu produzi durante o trabalho de campo, etc. Cada uma dessas imagens carrega uma ou mais vozes, por isso o trabalho de montagem se coloca aqui também como orquestração. Orquestração das múltiplas vozes acerca do processo, “uma elaboração “múltipla” ao invés de “conjunta”, resultando numa forma de cinema intertextual.” (MacDougall, 2004, p. 74). Segundo MacDougall,

“um cinema intertextual poderia adotar formas mais complexas como a inclusão de vozes múltiplas, o recurso de interpretações diferentes, a montagem de materiais provenientes de realizadores diversos, a sobreposição de antigos textos sobre novos, etc. Tais aproximações colocariam o filme etnográfico em melhor posição para confrontar visões opostas de uma mesma realidade e para assegurar a reciprocidade das experiências.” (MacDougall, 2004, p. 74).

Mesmo assim, qual a independência textual das vozes incorporadas? Como confrontar a intersecção dos mundos que descrevem? Pois “pode-se argumentar que mesmo onde nos é permitido ouvir outras vozes, isso ainda depende exclusivamente da vontade do autor, através de um processo de “transmissão” (MacDougall, 1997, p. 97). Depende da escuta assim como da fala, neste caso foi acordado com pessoas que querem a realização do audiovisual, no sentido de entenderem como importante haver este registro para a memória da FZB/RS e da atuação do movimento em sua defesa. Neste sentido, além das questões éticas de uma estética do consentimento,

“os filmes são claramente importantes para as pessoas filmadas quando têm implicações práticas ou simbólicas para elas. Os filmes são moldados tanto pelas estruturas nas quais estão inseridos, quanto pela forma e intenção a que se propõem. A realização de alguns filmes é, portanto, parte de um processo social maior o que o próprio filme” (MacDougall, 1997, p. 100).

O filme etnográfico *S.O.S. Fundação Zoobotânica* trata-se, portanto, de um filme que dá a ver um processo social, ideias e ideais, de modo que sigo a perspectiva de De France (2000), que propõe ao realizador que deixe de procurar expor certezas absolutas, “mas um ponto de vista argumentado, adquirido ao preço de uma pesquisa cujas incertezas e dificuldades são aqui e ali apontadas. A todo instante, a segurança dos resultados é questionada, e por vezes até mesmo a validade da abordagem” (De France, 2000, p. 25). Neste sentido, proponho também a oscilação entre narração e descrição, sem a definição de uma dominante narrativa ou descritiva.

3.4 Sobre a paisagem sonora

Na produção de um filme o som é sempre uma das grandes questões. Nesta empreitada etnográfica a que me dediquei, muito me inspira os estudos de Vedana e Rocha (2009) sobre etnografia sonora. Para as autoras, a linguagem inclui os sons, a começar pelo som da fala, e devemos estar atentos para elementos que compõe uma “arte de dizer” (De Certeau). O próprio termo interlocução implica a dimensão sonora. Sendo assim, uma preocupação no sentido de investigar “métodos e procedimentos onde as imagens sonoras da vida social possam ganhar corpo e de tal forma serem também expressivas dos processos de subjetivação social em questão em determinada localidade” (Vedana e Rocha, 2009, p. 02). Portanto, recorrer aos “sons e suas sonoridades alusivas a paisagens urbanas presentes ou passadas permitem descrever o sensível como da ordem da duração dos fenômenos temporais.” (Vedana e Rocha, 2009, p. 06).

Em um diálogo entre antropologia urbana, visual e a etnomusicologia, as autoras propõe o conceito de *paisagem sonora*, muito útil para pensar o filme etnográfico *S.O.S. Fundação Zoobotânica*. Georg Simmel (1996), ao abordar o conceito de paisagem, comenta que uma tal noção não se origina como um fenômeno da ordem da natureza, uma vez que o que seria da ordem do natural é da ordem da indistinção. Para este autor, a paisagem se anuncia precisamente quando coisas e os objetos do mundo não mais se encontram justapostas sobre um pedaço de solo, isto é, quando o mundo natural deixa de ser ingenuamente olhado. Para o caso do som e das sonoridades, na música ou na física ondulatória, pode-se afirmar o mesmo, ou seja, eles só existem enquanto singularidades para o espírito humano na medida em que são arrancados da unidade indivisível da natureza.

Logo, a *paisagem sonora* se constitui em uma articulação consciente de múltiplas ambiências sonoras, que são parte dos distintos ambientes inscritos no filme. Da mesma forma que o filme se compõe da conjugação mais ou menos orgânica da inscrição de distintos universos de significação, cada qual carrega em si uma ambiência sonora, trata-se de pensar a própria banda sonora do filme enquanto paisagem.

3.5 Um filme de memória



Imagem 42: folder virtual de divulgação do Encontro Pró-FZB no JBPA. Fonte: página web do movimento em apoio à FZB/RS no site de relacionamentos Facebook. 2018.

O filme etnográfico *S.O.S. Fundação Zoobotânica* também se coloca como um filme de memória (MacDougall). Uma vez que os filmes de memória situam histórias “em uma estrutura que às vezes depende delas para o impulso narrativo, mas, de outra forma, procura criar sua própria narrativa sobre um período histórico ou uma questão política” (MacDougall, 1998, p. 239). Neste sentido, o referido filme é produzido a partir da memória das pessoas que no “encontro em campo atualizam e reelaboram o vivido na criação de uma história, em situação de pesquisa” (Ferraz, 2013, p. 147), ao mesmo tempo que o filme em si, após finalizado, coloca-se como artefato visual da memória da FZB/RS e seu processo de extinção, portanto, memória política e ambiental do Rio Grande do Sul. Pois uma vez disponível ao público, o filme

“pode servir à sociedade como um todo, da mesma forma que as fotografias de famílias servem a comunidades menores - como emblemas de eventos e transições significativos, construindo um conceito do passado, mas também fornecendo maneiras de superá-lo” (Mac Dougall, 1998, p. 233).

Imagem e memória são processos que se superpõem, uma vez que a memória é construída de imagens e motiva a construção de outras imagens (Durand). Moreira Leite (2007) fala da fotografia, mas o mesmo é válido para o filme, onde

“a câmera funciona como uma extensão do olhar, mas como este também é seletivo, funciona ao mesmo tempo que os outros sentidos e dentro de um contexto espacial e temporal que enriquece as impressões

da imagem mental de inúmeros outros aspectos” (Moreira Leite, 2007, p. 226).

Neste sentido, imersos neste mar de imagens lançadas no mundo, temos a questão da decupagem, que traz à tona decisões a serem tomadas no trabalho de ficcionalização da realidade, pois através da fabulação imagética há uma seleção dos momentos do processo etnográfico a ser dado a ver para o público, assim como elegemos certos e determinados encontros como etnográficos. Isto porque no “dever da memória” em contraposição às estratégias de esquecimento, “somos incapazes de nos lembrar de tudo, somos ainda mais incapazes de tudo narrar; a ideia de narrativa exhaustiva é uma perfeita insensatez” (Ricoeur, 2003, p. 7).

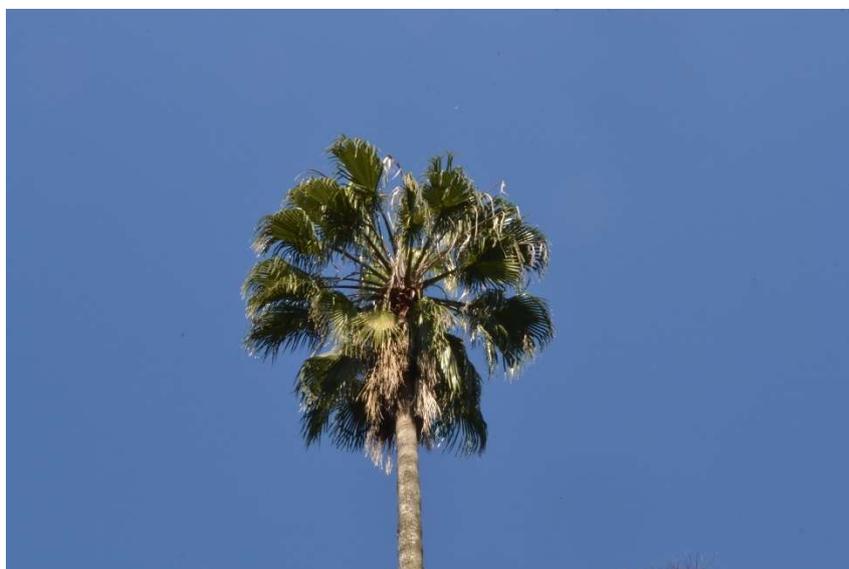


Imagem 43: Washingtonia robusta, “palmeira-de-leque”. Fotografia realizada na entrada do JBPA. Foto: Diogo Dubiela. 2018.

Capítulo 4

Filme etnográfico *S.O.S. Fundação Zoobotânica*

O filme etnográfico está disponível na plataforma Youtube.com

Considerações finais

Esta pesquisa surgiu com o propósito de contribuir para a construção de uma memória coletiva da FZB/RS. Constitui-se em uma *etnografia da duração* com pesquisadores (as) e demais funcionários (as) da fundação, que articulados com outros atores formaram um movimento de resistência à extinção da FZB/RS. Um estudo do caráter temporal da experiência humana presente no mundo contemporâneo e suas repercussões na prática e conhecimento que as pessoas e a instituição constroem em suas relações com a cidade e o meio ambiente. Visto que pensar sobre o tempo é estudar a memória, neste caso, sobretudo memória política e ambiental do Estado do Rio Grande do Sul.

Na história, percebe-se uma relação entre memória, patrimônio, negociação e conflito em sociedades complexas moderno-contemporâneas. A memória está em constante disputa, entre o dizível e o indizível, na construção das narrativas sobre o tempo vivido. De mesmo modo, o patrimônio se situa num divisor de águas de posturas éticas e políticas, de modo a suscitar o embate de distintas forças sociais. Como uma instituição estratégica para a gestão socioambiental do território, a FZB/RS se mostra fundamental ao sistema como um todo na busca por um ponto de equilíbrio entre essas forças, ou seja, construir a sustentabilidade econômica e socioambiental. Portanto, o processo de extinção da FZB/RS é parte do desmonte da política ambiental no país, uma feição local da crise capitalista global. O presente texto e o filme etnográfico *S.O.S. Fundação Zoobotânica* se constituem como dispositivos de memória da luta política em defesa desse patrimônio e da autonomia da produção de conhecimento ambiental no Estado do Rio Grande do Sul.

“A FZB não tem preço, tem valor!” é a frase impressa na camiseta confeccionada pelo movimento de luta contra a extinção da fundação. Mesmo confirmada a extinção, uma luta que segue em frente, com o propósito de resguardar o patrimônio material e imaterial da FZB/RS e garantir a continuidade de seus serviços prestados à sociedade. Embora o processo de extinção da instituição possa ser tomado como feição local de um contexto macro ético, político e econômico, ao mesmo tempo é resultado de um projeto de governo em particular no decorrer do período histórico, portanto, há que se distinguir entre Estado e governo e é posto à prova o próprio entendimento de democracia no mundo contemporâneo.

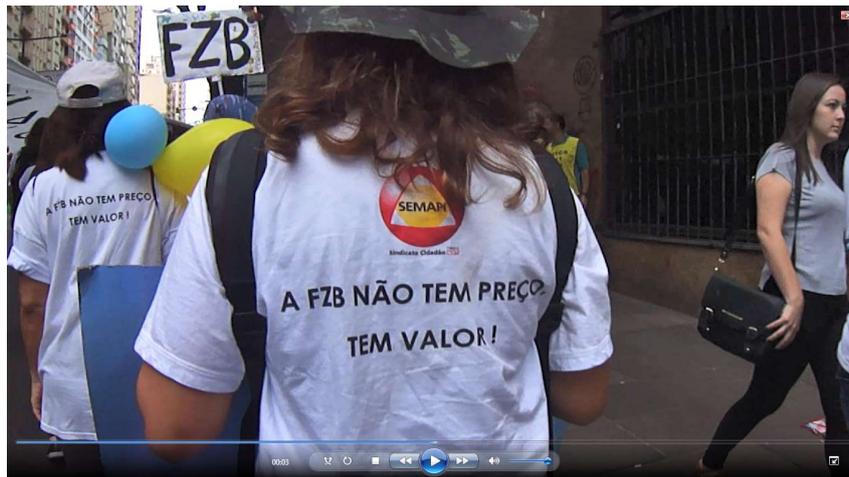


Imagem 44: frame do filme etnográfico S.O.S. Fundação Zoobotânica em que aparece detalhe da camiseta com o slogan “A FZB não tem preço, tem valor!” da campanha em defesa da FZB/RS. Autor: Diogo Dubiela.

Referências

- ABU-LUGHOD, Lila. Writing against Culture. In: FOX, R. (ed.) *Recapturing Anthropology*. Santa Fe: School of American Research, 1991.
- ABU-LUGHOD, Lila. Locating Ethnography. In: *Ethnography*, 2000.
- ARANTES, Antônio. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. *Habitus*, 4(1), 2006.
- ASAD, Talal. Introduction. In: Talal Asad (org.). *Anthropology and the Colonial Encounter*. New York, Humanities, 1973.
- BACHELARD, Gastón. A dialética da duração. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. O ar e os sonhos. Ensaio sobre a imaginação do movimento. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BARTHES, R. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- BERGSON, Henri. Matéria e Memória. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BERND, Zilá; SANTOS, Nádia Maria Weber (Org.). Bens culturais: temas contemporâneos. Porto Alegre: Editora Movimento, 2011.
- BRUNER, Edward. Ethnography as narrative. In: TURNER, Victor; BRUNER, Edward. *The Anthropology of Experience*. Chicago: University of Illinois Press, 1986.
- CARTA DE EX-MINISTROS DO MEIO AMBIENTE. Disponível em <http://www.iea.usp.br/noticias/reuniao-ex-ministros-de-meio-ambiente#comunicado>
- CASTELLS, Alicia Norma González de; NARDI, Leticia (Org.). Patrimônio cultural e cidade contemporânea. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

CLIFFORD, J. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 1998.

DANTAS, Luísa Maria Silva. As domésticas vão acabar? Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UFRGS. Porto Alegre, 2016.

DE CERTEAU, P. A invenção do cotidiano. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. v.2.

DE FRANCE, Claudine. Do filme etnográfico à antropologia fílmica. Campinas: editora da Unicamp, 2000.

_____. Cinema e Antropologia. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

DIÁRIO OFICIAL DO RIO GRANDE DO SUL. Dia 11 de outubro de 2018. Decreto N° 54.268, de 10 de outubro de 2018. Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2054.268.pdf>

DORNELLES, Jonatas. Antropologia e internet: quando o “campo” é a cidade e o computador é a “rede”. In: Horizontes Antropológicos – PPGAS/UFRGS. Ano 10, n. 21. Porto Alegre: 2004.

DURAND, Gilbert. As estruturas antropológicas do imaginário. Lisboa: Presença, 1980.

ECKERT, Cornelia. Memória e Trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão (La Grand-Combe, França). Curitiba: Appris, 2012.

ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas. Porto Alegre: Marcavizual, 2013.

_____. O tempo e a cidade. Porto Alegre, UFRGS, 2005.

_____. Antropologia *da e na* cidade: interpretação sobre as formas da vida urbana. Porto Alegre: Marcavizual, 2013.

_____. A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas. Brasília: ABA Publicações, 2015.

_____. Jean Arlaud: etnografia fílmica con el otro y la ética de la reciprocidad. In: VAILATI, Alex; GODIO, Matias; RIAL, Carmen (Org.). Antropologia audiovisual na prática. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2016.

_____. Antropologia em outras linguagens. Considerações para uma etnografia hipertextual. In: RBCS vol 31, n. 90 fev 2016.

ESCOBAR, Arturo. Bem-vindo à Cyberia: notas para uma antropologia da cibercultura. In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (Org.). Políticas etnográficas no campo da cibercultura. Brasília: ABA Publicações, 2016.

FERRAZ, Ana Lúcia Marques Camargo. Passado-presente na memória de trabalhadores: imagem e presença no filme etnográfico. In: Revista Iluminuras, v. 14, n. 33. Porto Alegre, 2013.

FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabiola; MACHADO, Sandrine, Paula. Ciências na vida: antropologia da ciência em perspectiva. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. Obras e vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela Maria; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. Brasília: ABA Publicações, 2012.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

KLEIN, Naomi. A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LEAL, Onina; SOUZA, Rebeca. Do regime de propriedade intelectual: estudos antropológicos. Porto Alegre: Tomo, 2010.

LINCKE, Matheus de Castro. O debate público sobre a proposta de extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação. UFRGS. Porto Alegre, 2018.

MACDOUGALL, David. De quem é essa história? Cadernos de Antropologia e Imagem, 5 (2). Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

_____. Mas afinal, existe realmente uma antropologia visual?

In: Catálogo II Mostra Internacional do filme etnográfico. Rio de Janeiro: Interior Produções, 2004.

_____. Films of memory. In: Transcultural Cinema. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1998.

_____. Cinema Transcultural. Antípoda: Revista de Antropología y Arqueología. Bogotá: Universidad de Los Andes. 2009.

MACIEL, Maria Eunice; URIARTE, Urpi Montoya (Org.). Patrimônio, cidades e memória social. Salvador: EDUFBA: ABA Publicações, 2016.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARCUS, G. E. O intercâmbio entre arte e antropologia: como a pesquisa de campo em artes cênicas pode informar a reinvenção da pesquisa de campo em antropologia. *Revista de Antropologia*, v. 47, n. 1, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MASOTTA, C. ¿Quién necesita imágenes? Notas sobre la ansiedad etnográfica. *In: Revista Iluminuras*. V. 14, n. 32. Porto Alegre, 2013.

MAUSS, M. 1974 [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In: Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios sobre a diversidade cultural*. Pelotas: Editora da UFPel, 2008.

MORAES FILHO, Evaristo. Formalismo sociológico e a teoria do conflito. *In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). George Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. *Imagem e memória e Barreiras da Iconografia*. *In: Livros de viagem 1803/1900*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Org.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Ana Paula e PERES, Tatiana Romagnolli. Antropologia e imagem sobrevivente na obra de Aby Warburg. *In: Revista Iluminuras*, Porto Alegre, v. 15, n. 35. Porto alegre, 2014.

OLIVEN, Ruben. Por uma antropologia em cidades brasileiras. *In: O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Gilberto Velho (Org.). Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PEIRANO, Mariza. O encontro etnográfico e o diálogo teórico. *In: Anuário Antropológico 1985*. Brasília: Tempo Brasileiro, 1985.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *In: Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989.

RICOEUR, Paul. Memória, história, esquecimento. Conferência proferida em 2003. Disponível em http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos; CHAGAS, Mário de Souza. A linguagem de poder dos museus. *In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MINC/IPHAN/DEMU, 2007.

- SANTOS, Nádía Maria Weber; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes (Org.). Patrimônio cultural e políticas públicas. Canoas: Editora Unilasalle, 2014.
- SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (Org.). Políticas etnográficas no campo da cibercultura. Brasília: ABA Publicações, 2016.
- SILVA, Telma Camargo. Registro fotográfico e a dinâmica das negociações na construção da etnografia: minhas experiências com a pesquisa “Bonecas Karajá”. In: Revista Iluminuras. V. 14, n. 32. Porto Alegre, 2013.
- SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). George Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- SOARES, Ana Paula Marcante. O território mito da orla: antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UFRGS. Porto Alegre, 2014.
- STRATHERN, Marilyn. *Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia* (seguido de comentários e resposta). São Paulo: Terceiro Nome, 2013.
- TARKOVSKI, Andrei. Esculpir com o tempo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- TENTARDINI, Cléber Dioni. Patrimônio Ameaçado. Porto Alegre: Já Editores, 2018.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. Adieu, Culture: A new duty arises. In: *Global Transformations: anthropology and the Modern World*. New York: Palgrave, 2003.
- VALE, Alexandre Fleming Câmara. Por uma estética da restituição: notas sobre o uso do vídeo na pesquisa antropológica. In: Tessituras, vol. 2, n. 2. Pelotas, 2014.
- VEDANA, Viviane; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. A representação imaginal, os dados sensíveis e os jogos da memória: os desafios do campo de uma etnografia sonora. Revista Chilena de Antropología Visual v. 13, 2009.
- VEDANA, Viviane. Territórios sonoros e ambiências: etnografia sonora e antropologia urbana. In Revista Iluminuras, vol. 11, n. 25, 2010.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- _____. O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- _____. Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. Patrimônio, negociação e conflito. In: Revista Mana, vol. 12, n. 1. 2006.
- VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond, MINC/IPHAN/DEMU, 2007.
- VERDUM, Roberto. Os geógrafos frente às dinâmicas sócio-ambientais no Brasil. In: Revista do Departamento de Geografia – USP. V. 16, 2005.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.